



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

38ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH.

Brasília/DF.
31 de outubro de 2017.

(Transcrição *ipsis verbis*)
Empresa ProiXL Estenotíпия

1 **O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA)** – Bom dia, Conselheiros
2 e Conselheiras. Pedimos para que tomem seus assentos para nós iniciarmos a
3 reunião, a trigésima oitava reunião do Conselho Nacional de Recursos
4 Hídricos. Bom dia a todas e a todos. Iniciaremos os trabalhos da trigésima
5 oitava reunião ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e pedimos
6 ao nosso Secretário Executivo, Ex-secretário de Recursos Hídricos e
7 Qualidade Ambiental, Dr. Jair Junior que tome seu assento, por favor. Para
8 presidir a reunião, para efeito de registro em ata, nós registramos que nós
9 estamos com quórum mais que suficiente para abertura da reunião. Antes de
10 iniciarmos propriamente a reunião, temos um informe que o Diário Oficial de
11 hoje publicou uma alteração da Lei 9.433, então temos uma alteração da lei
12 publicada no Diário Oficial de hoje, ao qual eu vou pedir ao nosso colega
13 Antônio para ler, por favor.

14
15
16 **O SR. ANTONIO PAULO BAREA COUTINHO (MDA)** – Bom dia a todos. Bom,
17 no Diário Oficial de hoje saiu essa publicação de uma Lei que altera a Lei 9433
18 de 97, incluindo um inciso no Artigo segundo, o Artigo segundo é o que coloca
19 os objetivos da Lei 9433 e então inclui esse objetivo na lei, que é de incentivar
20 e promover a captação, a preservação e a aproveitamento de águas pluviais,
21 essa lei é a lei número 13501 de 30 de outubro de 2017, ou seja, de ontem,
22 enquanto a gente estava aqui na oficina houve a publicação dessa lei e apenas
23 para conhecimento dos senhores, e caso tenha sugestões de
24 encaminhamentos a respeito por parte do Conselho, estamos à disposição.

25
26
27 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO**
28 **CNRH)** – Então bom dia a todos, sejam bem-vindos senhoras e senhores
29 Conselheiros para 38ª reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, o
30 Ministro Sarney Filho que preside esse Conselho pediu que informasse...
31 Melhorou aí o som atrás? Pediu que informasse aos senhores, da
32 impossibilidade de seu comparecimento tendo em vista uma demanda que
33 surgiu hoje pela manhã, que exigiu a presença dele na Casa Civil da
34 Presidência da República, mas pediu que transmitisse aos senhores o seu
35 abraço e reiterar que ele continua à disposição dos senhores e senhoras
36 Conselheiros. E que ele tem o firme propósito de valorizar cada dia mais o
37 Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Informo que a agenda e demais
38 documentos foram encaminhados anteriormente aos Conselheiros e
39 Conselheiras quando da convocação, solicito ao Sérgio que verifique o quórum
40 do plenário.

41
42
43 **O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA)** – Secretário, nós temos
44 quórum mais que suficiente para abertura da reunião.

45
46
47 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO**
48 **CNRH)** – Declaro aberta a sessão, agradeço ao plenário pelo quórum e solicito
49 que o mesmo seja mantido até o final de reunião. Peço que à cada intervenção

os Conselheiros informem o nome completo e a entidade ou órgão que representam para efeito de registro de gravação da reunião, solicito que os procedimentos para reunião.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Procedimentos: somente terão direito a voto os Conselheiros Titulares ou no caso de ausência de titular o suplente que está substituindo o titular, o Conselheiro suplente terá o direito a voz sempre, os Conselheiros podem delegar a seu critério o uso da palavra para manifestação em plenário, os Conselheiros inscritos serão chamados pela ordem de inscrição, farão o uso da palavra por três minutos, devendo todos se ater exclusivamente sobre o assunto em discussão, encerradas às discussões, os resultados obtidos serão submetidos plenário para aprovação, durante o processo de votação não será concedida a palavra para novos pronunciamentos e nem apartes, a matéria será declarada aprovada ou rejeitada por maioria simples dos membros presentes, então seriam esses os informes, Secretário.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Então vamos dar início aos trabalhos. Pergunto se há solicitação de inversão de pauta ou de retirada da matéria de pauta? Não. Mantida a ordem do dia?

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Então, Secretário, mantemos a pauta e leremos rápido para ficar registrado. É a abertura e aprovação da ata da 37ª reunião, a deliberação sobre a proposta de resoluções que definem os mecanismos e valores da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União inseridos em unidades Estaduais de gerenciamento de recurso hídricos, a sua aplicação em outros procedimentos, matéria encaminhada pela Câmara Técnica de Cobrança. Item 3.2 dispõe sobre o procedimento para atualização dos preços públicos unitários cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União de que trata a lei tem 4338 de janeiro de 97, matéria encaminhada pela Câmara Técnica de Cobrança. Item 3.3 define os procedimentos de indicação de representantes titulares e suplentes dos Ministérios e das Secretarias Especiais da Presidência da República, dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, dos usuários e das organizações civis de recursos hídricos no Conselho Nacional de Recursos Hídricos e institui o cadastro de organizações civis de recurso hídricos, matéria encaminhada pela Câmara Técnica CTIL. Item 4, deliberação de proposta de moção que, 4.1 recomenda ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Goiás e a Assembleia Legislativa de Goiás, que no âmbito de suas respectivas competências adotem os procedimentos necessários para reestabelecimento do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Goiás. Item 5, um processo MMA 02000.001255/2016-91, referente à alteração regimental do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, realizada por meio da deliberação do Conselho de Bacia Hidrográfica do São Francisco número 90 de oito de junho de 2016, encaminhada à reunião da CTIL. Item 6, apresentação,

a situação hídrica na bacia hidrográfica do São Francisco por representantes da Agência Nacional de Águas do Comitê de Bacia Hidrográfica do São Francisco. Item 7 informes e o item 8 Encerramento. Lembrando que a convocação à reunião é durante todo o dia de hoje, até às 18 horas e no dia de amanhã, até às 12 horas e 30.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO

CNRH) – Então vamos ao item 2 da pauta, aprovação da ata de 37º reunião ordinária, realizada em 29 de junho de 2017. Informo que a ata foi encaminhada anteriormente, composta por dois documentos, primeiro a ata que corresponde a transição *ipsis verbis* da reunião e o extrato da ata que é o resumo dos encaminhamentos da reunião. Algum Conselheiro tem sugestão de alteração? Como não há nenhuma sugestão, vamos colocar em votação. Os Senhores Conselheiros que aprovam a ata, por gentileza levantem o crachá. Senhores Conselheiros que rejeitam a ata. Alguma abstenção? Uma abstenção, então declaro aprovada a ata. Item 3.1, deliberação sobre a proposta de Resolução que define mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio de União, inseridos nas Unidades Estaduais de gerenciamento de recursos hídricos, a sua aplicação e outros procedimentos, matéria encaminhada pela Câmara Técnica de Cobrança – CTCOB. Convido a Presidente da CTCOB para apresentação da matéria.

A SRª. LIVIA SOALHEIRO (CERHI/RJ) – Bom dia a todos. Você pode projetar a resolução, por favor. Essa Resolução visa preencher uma lacuna, hoje existente, que passa pela seguinte situação, nós temos unidades de gerenciamento de recursos hídricos estaduais, as regiões hidrográficas, que hoje já tem comitê instalado, já tem o seu plano de bacia elaborado, o seu plano de aplicação preparado e dentro dessa região hidrográfica tem alguma área que corresponde à uma unidade federal, por exemplo, no caso do Rio de Janeiro que é um dos proponentes dessa matéria, nós temos no meio da região hidrográfica da Bahia de Guanabara o Parque Nacional da Tijuca que é uma área federal, uma unidade de conservação federal, dentro deste parque existem captações de água para abastecimento humano, essa captação hoje não é cobrada, é uma água de melhor qualidade, é uma água nobre, que todo o redor dela, todos os usos ao redor dela são cobrados e essa água não é cobrada, então diante disso, o Conselho Estadual do Rio de Janeiro e o Conselho da Paraíba propuseram uma minuta de Resolução ao Conselho Nacional onde a gente criasse a possibilidade da cobrança ser feita nos moldes nos valores e mecanismos do Comitê Estadual já instituído e que a aplicação desse recurso se desse com base no planejamento da bacia hidrográfica, que hoje esse planejamento não deixa de contemplar essa área, só que ele não recebe recurso dessa área, então a minuta de Resolução busca preencher essa lacuna, eu acho válido passarmos à leitura de minuta e depois abrir espaço, se for o caso para as perguntas. Então define mecanismo e valores de cobrança pelos usos de recurso hídricos de domínio da União, inseridos em unidades estaduais e gerenciamento de recursos hídricos, a sua aplicação e outros procedimentos. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos no uso das

competências que lhe são conferidas pelas Leis 9433 de 7 de janeiro de 1997, 9984 de 17 de junho de 2000 e 12334 de setembro de 2010 e tendo em vista o disposto no seu Regimento Interno, anexo à Portaria 437 do dia 8 novembro de 2013, e considerando a diretriz geral para implementação da política nacional de recurso hídricos, de adequação da gestão das recurso hídricos, as diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do País, considerando o Artigo 4º 9433 de 97, que a união articular-se-á com as estados, tendo em vista o gerenciamento de recursos hídricos de interesse comum, considerando a competência do Conselho Nacional para estabelecer diretrizes complementares, para implementação da política nacional de recursos hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, considerando a competência do Conselho Nacional para estabelecer critérios gerais para cobrança pelo uso do recursos hídricos, considerando que compete aos Comitês de bacia hidrográfica estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recurso hídricos e sugerir valores a serem cobrados, considerando a competência do Conselho Nacional para definir valores a serem cobrados uso de recurso hídricos do domínio da União, com base nos mecanismos quantitativos, sugeridos pelos Comitês de bacia hidrográfica, considerando Resolução do Conselho Nacional, número 109 de 13 de abril de 2010, que cria a Unidade de Gestão de Recursos Hídricos de bacias de domínio da União, os GRH, estabelece procedimentos complementares para criação e acompanhamento dos Comitês de bacia, considerando Parágrafo 1º do Artigo 2º da Resolução CNRH, número 109 de 2010, pode abranger a totalidade de uma bacia hidrográfica a sub bacia hidrográfica do curso principal da bacia ou de tributário desse tributário, ou grupos de bacias ou sub bacias hidrográficas contiguas. Considerando a macro diretriz do Plano Nacional de Recursos Hídricos de estabelecer e aperfeiçoar o sistema de cobrança pelo uso de recursos hídricos adequando às peculiaridades regionais e de forma negociada aos Comitês, aos órgãos gestores e aos usuários destinando a aplicação dos recursos à bacia de origem resolve, Artigo primeiro, definir os valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União em áreas inseridas em unidades estaduais de gerenciamento de recursos hídricos, cuja cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio Estadual estiver implementada. Parágrafo Único, entende-se como unidades estaduais de gerenciamento de recursos hídricos a totalidade da bacia hidrográfica, sub-bacia hidrográfica de tributário de curso da água principal da bacia ou de tributário desse tributário ou grupos de bacias e bacias hidrográficas contiguas definido pelo respectivo sistema Estadual de gerenciamento de recursos hídricos, sistema Estadual de recursos hídricos. Artigo 2º, aplicar-se-á cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União em áreas inseridas às unidades estaduais de gerenciamento de recursos hídricos, os mecanismos, os mesmo mecanismos e valores definidos na bacia hidrográfica para cobrança pelo uso de recurso hídricos de domínio Estadual. A aplicação dos valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União em área inseridas em unidades estaduais de gerenciamento de recursos hídricos será realizada conforme o disposto no Parágrafo 6º do Artigo 4º de lei 9984, 17 de julho de 2000, Parágrafo Único, a aplicação dos valores arrecadados respeitará o plano de aplicação aprovado pelo respectivo

Comitê de Bacia Hidrográfica e os Planos de recursos hídricos. Artigo 4º, a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União em áreas inseridas em unidades estaduais de gerenciamento de recursos hídricos terá início após a formalização do instrumento que atenderá ao disposto no Parágrafo 6º do Artigo Quarto da Lei 9984 de 2000. Esta resolução entre em vigor na data de sua publicação. Complementando, na CTCOB esse tema foi apresentado há aproximadamente um ano, que nós vimos discutindo esse tema e achando as palavras mais adequadas para colocar ali, em termos de inseridas, circunscritas, o tema gerou algumas dúvidas e todas elas foram amplamente discutidas. A proposição é no espírito de complementar essa lacuna existente não há nessas áreas interesse em criação de Comitê Federal, seja por diversos motivos, e o comitê Estadual já atua nessa área, ele já aplica recurso, ele já olha para essa área do seu planejamento e percebemos um benefício ao usuário que capta água nessa área e por isso a motivação dos Conselhos Estaduais em trazerem essa demanda ao Conselho Nacional.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Então vamos colocar a matéria em discussão. Senhores Conselheiros que desejaram se manifestar, lembrando que dispõe de três minutos para se manifestarem e que os comentários deverão se ater à matéria. Lembro só para que declinem o nome, o órgão e entidade que representa para efeito de gravação.

O SR FABIANO CHAVES DA SILVA (MPOG) – Vou tentar ser rápido, vou dividir minha fala. Bom dia a todos. Fabiano Chaves, Ministério do Planejamento. Vou dividir a minha fala em dois momentos, o primeiro é em defesa da proposta, e de um agradecimento ao trabalho de todos que até o momento na CTCOB e outras Câmaras contribuíram para a elaboração da Resolução e dessa proposta de solução de arranjo de gestão para esses casos que a Resolução especifica. Como a Lívia colocou, foi um trabalho árduo, consideramos bastante relevante a solução colocada, apenas aproveitamos a oportunidade do momento no Plenário do CNRH de fazer algumas sugestões de forma e, de um acréscimo em relação à proposta da Resolução. Rapidamente, o meu primeiro comentário a respeito do Artigo 1º, até considerando o contexto de outros Artigos, a própria ementa da resolução e dos outros Artigos 2º e 3º é a sugestão de em vez de definir valores, definir os mecanismo e valores a serem cobrados, a primeira sugestão de forma. Em relação, ainda, ao Artigo 1º, eu coloco para análise há uma possível adequação, mais até técnica legislativa de transpor o Parágrafo Único do Artigo 1º para como Parágrafo Único do Artigo 2º como está a redação do Parágrafo Único, porque como ele inicia falando de unidades estaduais de gerenciamento é no Artigo 2º que nós vimos tocar sobre o tema de unidades, então o primeira sugestão de forma, a segunda sugestão de forma é transpor o Parágrafo Único do Artigo 1º para o Artigo 2º. Ainda em relação ao Artigo 1º, tem uma proposta que nós gostaríamos de colocar em consideração do Plenário, é a respeito de garantir e resguardar a participação do CNRH no processo de definição de mecanismos de valores por parte para conhecimento do CNRH é uma redação

de um Parágrafo, de um acréscimo de um Parágrafo no Artigo 1º, além do Parágrafo na seguinte redação, as alterações de mecanismos e valores a que se refere o caput, o caput do Artigo 2º, deverão ser informados pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, acompanhados dos documentos que ensejaram às alterações. Continuando, em relação ao Artigo 2º, como tínhamos comentado, era o deslocamento do Parágrafo do Artigo do Parágrafo Único do primeiro para o segundo. Por último, gostaríamos de acrescentar um último Parágrafo da redação após o Artigo 4º que fala da cobrança, não é isso? O Artigo 4º pela redação fala a cobrança, a nossa sugestão é de acrescentar um novo Artigo que fala exatamente o seguinte, a Agência Nacional de Águas deverá, após um período de 5 anos de vigência desta Resolução, apresentar estudos de avaliação dos resultados e aplicação dos mecanismo e valores de cobrança pelo uso de recurso hídricos do domínio da União inseridos em unidades estaduais de gerenciamento de recursos hídricos, ou seja, de que trata essa Resolução considerando a possibilidade de revisão da presente Resolução pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos. A nossa ideia do acréscimo desse Artigo, nada mais é do que, considerando um período de aplicação dessa Resolução e consideramos um período de 5 anos, o Conselho Nacional de Recurso Hídricos após a elaboração do estudo de aplicação da avaliação dos resultados da efetividade dessa proposta do novo arranjo da gestão, a Agência Nacional de Águas elabora esse estudo para avaliação da efetividade dessa Resolução para que possamos, nós Conselhos, avaliarmos efetividade desse instrumento e aperfeiçoá-los ou revisa-los. Essa é a nossa sugestão de alteração, caso seja necessário eu volto a fala para transcrever melhor as alterações do texto.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Mais algum Conselheiro gostaria de discutir a matéria? João Clímaco.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS) – Primeiramente eu queria saudar aqui o nosso Secretário na pessoa dele e todos os demais membros desse Conselho, desejando um bom trabalho e que consigamos chegar a bom termo nas nossas atividades. A proposta de Resolução em discussão tem sido objeto, ainda de estudos e avaliações do seguimento, tendo em vista que a nosso ver, ela não está ausente, ela não está ruim, ela tem um papel importante de dar, como disse o companheiro que falou antes de mim, uma arrumada na gestão, mas ela para nós ainda é... Sugerem alguns complementos, alguns complementos. Eu penso que a proposta anterior já deu algum avanço, o colega que não sei de qual seguimento, que é do Planejamento, mas ele não focou uma questão fundamental que diz respeito à cobrança, mas também à distribuição da cobrança. Eu queria indagar aos companheiros do Governo Federal, sobretudo do IBAMA ou se tiver aqui ou do órgão ICMBio, IBAMA, ICMBio mudou, né? Se tiver alguma sugestão ou tem alguma avaliação, porque eu estou achando o que posicionamento do Governo Federal foi muito ausente nessa Resolução, haja vista que ela diz respeito ao papel importante que unidades de conservação federais têm no contexto temática da problemática que está

sendo colocada. Eu vi que foi uma ausência de Governo Federal atípica, que eu prefiro não atribuir isso à atual conjuntura, cheia de maldades para a população brasileira, mas essa poderia ser uma maldade para a natureza, para os parques, para as áreas de preservações que são produtoras de água que vão suprimir, que vão suprir as unidades de gestão de um recurso econômico, porque me parece que você tem o que? Tem uma realidade onde unidades federais de conservação geram um recurso econômico, portanto a água enquanto bem na área de abrangência dessas unidades federais contigua, a unidade de gerenciamento Estadual, é um bem natural, é um bem essencialmente ecológico, mas ela se transforma num ambiente da normatização em um bem econômico muito claro, como está aí, só que quando vamos para esse lado, nós temos que olhar com mais cuidado, porque a natureza merece mais respeito no que diz respeito ao provimento que ela dá de bens econômicos e em troca nós damos um carinho e um trabalho mais sério de conservação... E aí as unidades de conservação, por sua vez federais, que estão contiguas a essas áreas estaduais, não se manifestaram, o ICMBio não se manifestou oficialmente nisso e por isso eu estou sentindo a ausência de mais detalhamento no processo de construção de uma Resolução, que tanto contemple, e eu respeito muito as expectativas de quem fez essa Resolução, eu participei da discussão, mas nunca concordei com a pobreza dela não abranger o papel essencial que as áreas federais têm, as que não contem Comitê, mas incorpora-se às áreas federais para um processo de decisão no Comitê, mas ninguém está dizendo como, embora tenha sido falado aqui, como esse recurso poderia ser destinado a... Uma parte desse recurso da Cobrança, já dessa norma, sair uma diretriz para esse recurso prover às áreas federais de recursos financeiros para produção de águas, já a lógica é econômica, quer dizer, você vai ter uma área federal produzindo água que virá um bem econômico, que gera riqueza com a área Estadual, mas não tem nada obrigando que aquele recurso da cobrança vá preservar os parques, sobretudo no Rio de Janeiro que é o exemplo, mas estava a semana passada em um parque Ceará, que também é parque federal e o pessoal está à mingua para manter o parque. Então, eu penso que merecia um olhar mais cuidadoso, o nosso encaminhamento por enquanto é pedir a vocês esses subsídios e numa situação limite a gente sugeri voltar para CTCOB para apresentar essa dimensão que estou colocando, porque nós temos que agradecer à natureza com dinheiro agora, já que a linguagem é capitalista, dar dinheiro para a natureza dos parques de Resende, o parque Agulha Negra produz água para o Rio. Eu espero que tenha sido entendido, Secretário. E coloquem debate e em uma situação limite, pedimos a contribuição de vocês para na CTCOB arrumarmos a questão que estou colocando, a não ser que aqui surja isso.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Com a palavra o Conselheiro Sérgio que havia se inscrito antes, só um minutinho.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Mais uma vez bom dia a todos e todas, estou aqui como presidente da CTIL para dar as explicações

necessárias e ponderar para os Conselheiros e Conselheiras decidiram dentro das explicações. Em primeiro lugar, partindo do princípio do Ministério do Planejamento, o Conselheiro Fabiano sobre as mudanças, em conversa com a presidente da CTCOB. E ela depois falará. Como se trata de uma técnica legislativa de posicionamento da CTIL não teria problema algum da troca, de trazer o Parágrafo Único do Artigo 1º para o como sendo o do segundo, não há problema algum e pelo que conversamos, mas a Livia vai falar, não teria problema algum, então quanto a CTIL disse trabalhar na proposta alternativa em tese, não teria problema, mas esse Plenário é que diz se mantém a original ou se vai querer trabalhar com alternativa, mas não há nenhum problema na questão de CTIL, quanto a isso. Esclarecimento do procedimento, esclarecendo um pouco principalmente ao Conselheiro CLÍMACO e FONASC, resgatando a CTIL, a FONASC tem assento, o Conselheiro estava lá, o representante estava lá e participou de uma maneira muito qualificada, nos ajudou muito, trabalhou fortemente em todas as Resoluções que estão aqui, fazendo um papel muito forte e muito importante e nos ajudou a melhorar todas essas Resoluções que estão aqui, então o representante da FONASC na CTIL estava na reunião e estava presente, não obstante, claro, de ter plenário aqui, é soberano para qualquer coisa os Conselheiros e Conselheiras. Explicação, o Ministério do Meio Ambiente que é como o Governo, o responsável por estar mais atento ainda nas questões que afetam ao meio ambiente e também aos órgãos vinculados como o serviço florestal ICMBio e o IBAMA, quando estava ainda tramitando isso aí ainda no meio do ano, nós tivemos uma preocupação muito forte de fazer uma reunião chamando o Presidente do ICMBio, Diretores do ICMBio as preocupações nossos eram realmente essas, o que isso poderia ou não rebater ou atrapalhar na questão da arrecadação em unidades de conservação? E fizemos uma reunião de governo sobre esse tema, então respondendo, o Governo Federal se reuniu, o Ministério do Meio Ambiente com ICMBio para saber o que isso poderia dar ou não, em que tipo de impacto às unidades, porque nós somos a favor de que as arrecadações vão para dentro dos parques das unidades de conservação, essa era nossa preocupação fundamental e gostaríamos que isso acontecesse, acontece que para que isso aconteça é a Lei do SNUC que tem que ser regulamentada, não é a Lei de recursos hídricos, então é uma esfera da qual o Governo Federal está atento e estamos trabalhando fortemente isso, e digo porque já fui chefe de gabinete do ICMBio e trabalhei com isso, a nossa luta para que as unidades de conservação arrecadem e tenham essa arrecadação que o João Clímaco falou, que é fundamental e importante para unidades, não tenha dúvida disso começando pelo Parque Nacional de Brasília que 30% da água sai desse parque que abastece e nós temos que tomar conta dele, e arrecadar porque é um serviços ambiental feito de conservação, mas acontece que a Lei de recursos hídricos não tem esse espectro, nós teríamos que regulamentar a lei de SNUC, o qual diz sobre os serviços ambientais e a cobrança. Enquanto isso não ocorre, nós temos o entendimento que essa Resolução vem momentaneamente, enquanto outras coisas acontecem em nível federal, resolver e dar uma isonomia sob a cobrança, porque o papel da cobrança da Lei de recursos hídricos da 9433, ela é fundamental, ela é um instrumento fundamental, e hoje essa ausência de regulamentação da cobrança em áreas de unidades de conservação federal, ela desbalanceada e enfraquece o

instrumento cobrança, porque como isso não está regulamentado e isso não tem ou nós temos que criar as bacias federais, aí poderemos cobrar, porque aí se resolve na criação da unidade federal e como essa unidade federal em alguns momentos tem estudos internos que dificilmente serão, neste momento nas análises atuais, dificilmente você conseguirá criar unidades federais em alguns pontos unitários de alguns rios, então nós temos a lacuna. Nós temos a lacuna do SNUC que remete diretamente a unidade de conservação e uma lacuna de unidades federais de bacia, então enquanto isso não ocorre que está na mão do Governo Federal e na mão da regulamentação, há uma lacuna e essa lacuna privilegia aqueles que se utilizam dos recursos hídricos e não pagam nada, nem para o federal, e nem para o Estadual, então para tirar esta lacuna momentânea, essa Resolução a CTIL entendeu que é importante e fundamental, que cria uma isonomia no instrumento cobrança de pagamento e ela é importante também, porque como aquele valor a Agência Nacional de Águas continuará arrecadando, porque é dentro de uma unidade federal e ela fará um termo próprio, um instrumento próprio contratualizando a forma de repasse àquela unidade, aquela bacia Estadual, e dentro dela a disputa natural de aonde se aplica, que é o que ocorre, essa disputa natural que é democrática e instituída por Lei, aí se verá aonde vai se colocar. Com essa melhoraria do Ministério do Planejamento traz desse olhar da União, e ele orientar e ver se aquilo está tomando efeito mesmo, está sendo benéfico, que é um recurso da União sendo repassado a um Comitê Estadual, então esse instrumento nos ajuda muito na gestão e monitoramento, então é para ficar claro. Já encerrar, porque já falei muito, mas para ficar claro o ICMBio foi chamado, conversado, vimos todos os impactos, então não tem ausência do Governo Federal nesse debate, existe sim uma ausência do Governo Federal na regulamentação do SNUC e existe sim uma ausência do Governo Federal na criação talvez de algumas bacias, mas aí a ausência no sentido técnico também, precisa ver se é viável ou não, então é uma questão de momento, de estudo e de oportunidade e que isso vem sim regulamentando o nosso entendimento CTIL, que é importante o fortalecimento do instrumento de cobrança nessas áreas que não estão sendo feitas hoje. Obrigado.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Concedo a palavra a Conselheira Patrícia.

A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (INDÚSTRIA) – Bom dia a todos. Bom dia, Secretário, bom dia, Sérgio, senhoras e senhores Conselheiros. Eu vou desobedecer ao Secretário um minutinho, porque não posso deixar de registrar diante de uma crise hídrica sem precedente que está vivendo o Brasil, lamentar novamente a ausência do Presidente do Conselho, um Presidente de Conselho de Meio Ambiente que nunca falta ao Conselho de Meio Ambiente, quando falta é quando está no exterior e mesmo assim deixa uma mensagem pedindo desculpa por estar ausente e explicando porque está ausente, nesse Conselho mais uma vez o Presidente do Conselho, não é mérito desse Presidente, é uma história longa desse Conselho que continua sempre um Conselho de segunda categoria dentro do Ministério do Meio

442 Ambiente. Segundo ponto que queria falar, Sérgio, é o seguinte, o fato de um
443 Conselheiro de Câmara ter participado da Câmara não constrange uma revisão
444 aqui no plenário, ele pode repensar ou ele consultou as bases, viu que não
445 representou direito e rever, é só para gente não causar esse constrangimento,
446 de a pessoa está discutindo e rever a posição tempo depois, é direito do
447 membro aqui colocar. Bom, sobre a Resolução rapidamente, primeiro eu achei
448 que a Resolução ela cumpria o seu papel, é um direcionamento genérico do
449 que deve ser feito, então eu acho que ela cumpriu bem seu papel, eu acho
450 efetivamente que há erros de técnica legislativa, o Conselheiro tem toda razão,
451 Parágrafo que é para explicar o caput, se no caput não tem um assunto que
452 está no Parágrafo, ninguém está explicando nada, está confuso e então talvez
453 seja revisto. Mas acho que as coisas que foram colocadas, muitas coisas por
454 sinal burocratiza um pouco o processo, que não era a ideia da Resolução de
455 dar o *modus operandi* da questão, era só dar um direcionamento para uma
456 coisa que não está regulamentada e que precisa ser regulamentada, então a
457 minha questão é a seguinte, se vamos analisar ponto a ponto posta pelo
458 Conselheiro, eu acho que nós não temos tempo para isso, eu tenho assim
459 muita dúvida e inclusive quando se fala de alteração no que está posto no
460 caput do Parágrafo do Artigo 1º fala em alteração, enfim, continuamos com o
461 mesmo problema de forma em relação a coisa. E é uma coisa que nós
462 Conselheiros tínhamos que ter mais tempo para avaliar, porque não é uma
463 emenda só de forma, tem propostas de conteúdo, ou nós aprovamos do jeito
464 que está posto o texto-base com a recomendação de revisão de forma ou
465 realmente o tema tem que retornar, porque eu acho que não cabe a nós aqui
466 que estamos tomando conhecimento agora de um substitutivo, praticamente
467 analisar esses pontos, porque eu acho que fica muito inseguro para cada um
468 de nós fazer essa avaliação. Obrigado.

469
470
471 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO**
472 **CNRH) –** Conselheira Jussara.

473
474
475 **A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH) –** Bom dia a todos. Setor das
476 Organizações Técnicas. Na verdade é muito pouca coisa que eu tenho para
477 acrescentar, eu concordo com as questões de forma, as alterações que
478 precisam ser feitas e não tenho a preocupação que o João Clímaco colocou
479 com relação a essa questão, porque na Resolução aparece ali que esses
480 recursos eles deverão ser planejados de acordo com planejamento da bacia,
481 então eu acho que de certa forma a Resolução veio fortalecer a próprio
482 estrutura do sistema que nós temos. Os nossos planos têm que ser melhores
483 equacionados e eles precisam ser aprimorados, nós precisamos evoluir na
484 elaboração dos planos e esses planos, então eu acho que lá é o local melhor
485 aonde... O nosso sistema ele é para ser pensado coletivamente para ver todos
486 os usuários, todos os, enfim, aqueles que pertencem a uma determinada região
487 numa bacia hidrográfica. Então, quer dizer, todos os problemas têm que serem
488 vistos e serem olhados e etc. E isso está refletido no plano, então eu acho que
489 essa preocupação, se ela existe, se ela for realmente importante e eu acho que
490 é, ela vai parecer no Plano, ela tem que parecer no Plano ela é importante

também, porque embora não seja diretamente ligado ao recurso hídrico, é um instrumento de proteção ao próprio recurso hídrico. Então eu não vejo essa preocupação. Obrigado.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Obrigado, Conselheira. Conselheiro João Clímaco.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS) – Mais uma vez em nome do segmento, nós agradecemos essas contribuições que foram dadas após a apresentação e até acho que elas de certa forma corroboram algumas preocupações nossas. Eu primeiro queria esclarecer algumas coisas primeiro, não existe uma polarização quanto ao mérito e demérito da Resolução, de fato nós reconhecemos que a Resolução vem dar uma arrumada nessa questão de gestão na cobrança nesse aspecto, mas não totalmente não há uma polarização, o que nós estamos preocupados e acho que não é uma coisa tão cara à esse egrégio Conselho, é ele fazer o serviço completo, não meia sola, até porque quando se trata de dinheiro você não pode dizer que no plano de bacia, as pessoas muito boazinhas vão fazer como, vão achar que é importante isso ou aquilo. Isso é uma suposição e tem um subjetivismo muito grande, então na verdade estamos cumprindo o nosso papel de dentro da competência do Conselho, como fazemos em outros momentos na CTCOB, a CTCOB tem várias outras Resoluções que ela regulamenta, ela dá diretrizes para cobrança, mas também dá diretrizes para a finalidade da cobrança. Então não vejo, essa polarização é falsa, não estamos aqui querendo criar um ambiente de polarização. Segundo, eu queria corrigir um pouco essa discussão sobre o nosso papel nas Câmaras, até porque não é só o nosso segmento, como também outros, até por uma questão tática, nós vemos que não dá para avançar mais, vejo muito isso nos usuários, chega um limite que a CTIL politiza coisa e não dá mais para avançar, por exemplo, a Resolução que vamos tratar aqui de eleição de organizações civis e tal, ela chegou ao limite máximo onde nós poderíamos melhorar para não prejudicar a gestão de recursos hídricos sobre o ponto de vista dos outros segmentos também. Então na CTIL não existe esse negócio de cumprir o seu papel, não cumprir, essa questão é uma questão tática de comportamento que não merece uma avaliação desse jeito, nós fomos a CTIL melhoramos demais isso aí, mas chega a hora que tem limite na discussão e nós não vamos ficar polarizando eternamente a questão e traz para as mentes mais lúcidas desse plenário avaliar as coisas de maneira diferente. Eu também não concordo que fato de haver uma legislação específica para um ambiente, com o objeto que é a Lei do SNUC não impede, e isso já existe na legislação brasileira em vários, se fosse assim a política de educação só poderia funcionar com o recurso do Fundo Nacional de Educação e o resto ninguém poderia botar dinheiro na educação. Na verdade qualquer política pública ela tem essa flexibilidade de você usar essa flexibilidade para aprimorar a canalização de suporte para essa política pública ser mais eficiente, eu queria dizer que eu vejo, nós vemos nosso segmento, inclusive lá no Rio, o mérito da ideia de que veio para corrigir e resolver alguns problemas, mas pode criar

540 outros, pode criar outros que seriam muito cômodos para nós dizer “Olha deixa
541 esse problema lá no comitê de bacia lá no Rio de Janeiro ou lá no Ceará” que
542 também teve casos parecidos. Porque nós vamos fazer isso? Nós poderíamos
543 acrescentar ao Artigo 3º dessa Resolução uma simples menção ao fato de que
544 caberá aos Comitês de Bacias, nos seus respectivos Planos redimensionar a
545 aplicação desses recursos, as prioridades para aplicação desses recursos nas
546 áreas de produção de água, então não tem nenhuma complicação. Eu não
547 entendo porque que o Governo Federal com tanto poder de fazer essa coisa
548 funcionar melhor, sabe? Chega assim, faz até meia sola, fica um pé calçado e
549 outro pé descalço. Só pedindo essa compreensão, Secretário e a Plenária, não
550 existe polarização. Essa resolução é necessária e muito pertinente seu esforço,
551 nós reconhecemos isso, tivemos uma discussão lá no Rio sobre esses
552 problemas e deu até muito problema para gente lá, mas eu insisto que
553 poderíamos aproveitar o momento desse Conselho e cumprir um grande papel,
554 fazer um grande trabalho e prestar um grande serviço público às águas que
555 estão contiguas no seu uso Federal, Estadual não precisa fazer Comitê lá e um
556 simples acréscimo ao Artigo 3º resolveria o problema. Obrigado.

557
558
559 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO**
560 **CNRH)** – Obrigado, Conselheiro. Mais algum Conselheiro gostaria de fazer
561 uso? Por gentileza.

562
563
564 **O SR. WILSON AZEVEDO FILHO (LAZER E TURISMO)** – Bom dia a todos.
565 Wilson de Azevedo. Eu entendi e eu reconheço o mérito da Resolução, acato
566 as sugestões do Fabiano do Ministério do Planejamento e entendo também a
567 preocupação do João Clímaco e nesse sentido eu gostaria de fazer uma
568 sugestão, para ele promover aqui a redação desse Parágrafo no Artigo 3º, para
569 que nós possamos apreciar ou então alternativamente no Artigo 5º diminuir o
570 número de anos, em vez de cinco anos baixar para dois ou três no máximo,
571 para verificar se realmente esses recursos arrecadados estão sendo investidos
572 nos unidades de conservação, mas eu gostaria muito de ver a redação que o
573 João falou aqui agora, ali projetado. Obrigado.

574
575
576 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO**
577 **CNRH)** – Pois não, Conselheiro.

578
579
580 **O SR. JOÃO ALBERTO TRAVASSOS EVANGELISTA (MINISTÉRIO DA**
581 **FAZENDA)** – João Alberto, Suplente Ministério da Fazenda. Bem, com relação
582 à sugestão do Conselheiro, colocando aí que falou de colocar as
583 documentações, isso está previsto ali no Artigo 3º da Lei, aí vai ser a ANA e
584 então já está no Plano Estadual esses recursos vão ser alocados lá e vai estar
585 no plano. Me parece que é uma dupla exigência, aí seria por causa do 3º que
586 estava sugerindo que colocasse aqueles novos documentos. Eu acho isso
587 desnecessário.

(Intervenção inaudível).

O SR. JOÃO ALBERTO TRAVASSOS EVANGELISTA (MINISTÉRIO DA FAZENDA) – Não, esse aí está correto, que falou de uma documentação, sugerindo documentações já estava lá no Plano.

A SR^a. LIVIA SOALHEIRO (CERHI/RJ) – O que fala de documentação é o Parágrafo 2º que fala que deve remeter, o Conselho Estadual deve remeter documentos que ensejaram a alterações.

O SR. JOÃO ALBERTO TRAVASSOS EVANGELISTA (MINISTÉRIO DA FAZENDA) – Essa parte da documentação que eu acho no que 3º já está anexado ao plano, entendeu? A toda a legislação já de plano, entendeu?

(Intervenção inaudível).

O SR. JOÃO ALBERTO TRAVASSOS EVANGELISTA (MINISTÉRIO DA FAZENDA) – É. Já não precisa pedir documentação porque já está contemplado, só isso a sugestão.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Conselheiro que pediu a palavra por gentileza, não estou nominando o nome de todos os Conselheiros, que houve mudança de 60% do Conselho então não estamos familiarizados com os novos Conselheiros.

O SR. SÉRGIO DE ALMEIDA BASTOS (FIEB) – Bom dia. Meu nome é Sérgio Bastos e eu represento o Setor de Usuários da Federação das Indústrias da Bahia. Secretário, pelas manifestações que estamos observando aqui no Plenário, para mim está claro o seguinte, essa proposta não está madura. Nós vamos ficar ouvindo aqui várias sugestões talvez pertinentes, a minha sugestão é que volte para a CTIL com todas as considerações que foram feitas, para ela voltar redonda para cá, porque nós vamos ficar aqui perdendo a manhã toda para discutir coisas que são da Câmara Técnica, essa é a minha posição.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Mais algum Conselheiro ou Conselheiro que queira discutir a matéria? Então a palavra a presidente da CTCOB.

A SR^a. LIVIA SOALHEIRO (CERHI/RJ) – Primeiro agradecer às contribuições feitas pelo Ministério do Planejamento, que conseguem trazer mais

assertividade para essa Resolução e depois ao Clímaco e ao Wilson, o uso desse recurso, ele está baseado pela Resolução, pela ideia da concepção dessa Resolução, no plano de recursos hídricos da bacia, não dá para gente entrar na seara do Comitê e falar “Comitê, você dentro do seu plano de bacia precisa destinar esse recurso que é recomendado naquela área para aquela própria área”. Nós estamos entrando numa competência que não é nossa, estamos resolvendo aqui um problema de gestão, precisamos sim trabalhar melhor a questão de representatividade de representação, para que os membros dessas unidades de conservação, os representantes dessas unidades estejam presentes no Comitê no momento da elaboração dos planos, da elaboração dos seus planos de aplicação e que esse recurso contribua para melhoraria da qualidade e quantidade de água naquela região, não necessariamente que seja aplicado nela. Nós temos que lembrar que nós estamos com pensamento aqui de bacia hidrográfica e não de micro regiões, a ideia dessa Resolução é isso, por isso assim, peço ao Clímaco e ao Wilson que se lembrem das discussões que nós já tivemos sobre isso na Câmara Técnica, isso foi discutido longamente tanto na CTCOB, quanto na CTIL e em todos os momentos voltamos a esse ponto, olha é o Plano que vai dar essa diretriz de aplicação é o Plano de bacia e é o Plano Plurianual, o orçamento do Comitê que vai dar essa diretriz de aplicação, não cabe a nós, Conselho Nacional definir isso.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – De acordo com a manifestação da CTCOB, ela encampa a proposta de alteração feita pelo Ministério do Planejamento e tem um outro segmento que pede o retorno da matéria à CTCOB. Então, vou colocar em primeiro lugar a proposta atual encampada pela CTCOB, com a mudança proposta pelo Planejamento. Os Senhores Conselheiros que aprovaram a resolução desta forma, por gentileza, levante o crachá. *(Intervenção Inaudível)*. Do jeito que está ali na tela que foi com a alteração de proposta pelo Ministério do Planejamento, está na tela. Desculpe, estou de costas para a tela, mas estou imaginando que esteja.

(Intervenção Inaudível).

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Sim estou colocando em votação a proposta de resolução com as alterações sugeridas pelo plenário. Não está conseguindo ler? Pois não, então vou pedir então que...

A SR^a. LIVIA SOALHEIRO (CERHI/RJ) – Eu vou ler a minuta de novo com as alterações, eu posso ler de novo, passa por favor, independente de eu ler pode aumentar a letra. Bom, os considerandos continuam os mesmos, a alteração começa a partir do Artigo 1º que foi incluída a palavra “mecanismos”, então fica o Artigo 1º, definir os mecanismos e valores a serem cobrados pelo uso de

recursos hídricos de domínio da União em áreas inseridas a unidades estaduais e gerenciamento de recursos hídricos, cuja a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio Estadual estiver implementada, e aí o Parágrafo Único sai do Artigo 1º e passa para a Artigo 2º. Artigo 2º não houve alteração no caput ele permanece da seguinte forma, aplicar-se-á a cobrança de uso de recursos hídricos em domínio da União em áreas inseridas à unidades estaduais de gerenciamento de recursos hídricos, os mecanismos e valores definidos na bacia hidrográfica para cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio Estadual. Parágrafo 1º que era o Parágrafo Único do Artigo 1º, entende-se como unidades estaduais de gerenciamento de recursos hídricos a totalidade de uma bacia hidrográfica, sub bacia hidrográfica de tributário do curso de água ou de tributário desse tributário ou grupo de bacias ou sub bacias hidrográficas contiguas definido pelo respectivo sistema Estadual de recursos hídricos. Parágrafo 2º, também acrescentado, as alterações de mecanismos e valores a que se refere o caput deverão ser informados pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, acompanhados dos documentos que ensejaram as alterações. As alterações no caso de cobrança dos mecanismos e valores, espera aí que vai passar o microfone para você, Patrícia. O que o Ministério do Planejamento explicou é que pretende colocar esse Parágrafo para quando houver alteração.

A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (INDÚSTRIA) – Então tem que ter um caput ou alguma coisa prevendo a alteração. Eu não posso falar de uma alteração que não está prevista em lugar nenhum. Que alteração? Alteração do que?

O SR FABIANO CHAVES DA SILVA (MPOG) – Obrigado, Patrícia, pela oportunidade de explicar e até aproveitar a oportunidade de você contribuir com a proposta. O Artigo 2º fala de aplicar-se para cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União inseridos nessas unidades os mecanismo e valores definidos das bacias hidrográficas para cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio Estadual, ou seja, se estiver valendo a Resolução a partir de hoje, em que já tiver estabelecido, aplicar-se-á o que está estabelecido. A nossa sugestão está contida no que está descrito no Parágrafo 2º é para conhecimento do CNRH se houver alterações dos mecanismos hoje estabelecidos...

A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (INDÚSTRIA) – Que alterações?

O SR FABIANO CHAVES DA SILVA (MPOG) – Hoje tenho em como é até de bacia Estadual.

A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (INDÚSTRIA) – É um outro Artigo, você tem que explicar que havendo se o que implicar, que implicar na aplicação dessa Resolução. Se essa a aplicação dessa Resolução implicar em alterações, essas alterações têm que ser passadas por aqui, porque ficou alterações, as alterações pode ser qualquer coisa, alterações do que?

O SR FABIANO CHAVES DA SILVA (MPOG) – Alterações referidas no caput caso...

A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (INDÚSTRIA) – Mas no caput não tem alteração.

O SR FABIANO CHAVES DA SILVA (MPOG) – Do mecanismos e valores que vão ser aplicados no caput.

A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (INDÚSTRIA) – Então colocar que as alterações dos mecanismos e valores.

O SR FABIANO CHAVES DA SILVA (MPOG) – A que se refere o caput.

A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (INDÚSTRIA) – Normalmente está tudo bem.

A SRª. LIVIA SOALHEIRO (CERHI/RJ) – Está escrito a alterações da mecanismo e valores.

O SR FABIANO CHAVES DA SILVA (MPOG) – Patrícia eu entendo a sua dúvida, que pode gerar perfeitamente, eu acho que no instituto, se não houver se você entendeu a nossa preocupação, Patrícia.

A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (INDÚSTRIA) – Pelo que estou entendendo, me parece haver a hipótese de que já tem valores e alguma coisa estabelecida nessas unidades, o que não é verdade essas unidades está sem valores algum, mas já tem, vamos supor que tenha valores já estabelecidos, se a aplicação dessa resolução resultar em alteração de algum mecanismo já existente que isso seja comunicado ou então não sei do que se trata.

O SR FABIANO CHAVES DA SILVA (MPOG) – Não, o nosso entendimento é o seguinte em relação a essa proposta.

A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (INDÚSTRIA) – Está vendo como é difícil.

O SR FABIANO CHAVES DA SILVA (MPOG) – Não, eu concordo com você. E é por isso que nós estamos aqui para discutir uma melhor proposta, a nossa intenção é que em alguns Comitês Estaduais já existe mecanismos e valores, como no caso, que foi colocado aqui, do Rio de Janeiro, se essa Resolução entrar em vigor, esses mecanismos e valores vão ser aplicados a esses trechos de rio de domínio da União que estão inseridos dentro dessas unidades. Concordam? O que nós estamos colocando é caso esses mecanismos e valores sejam alterados, isso seja informado ao CNRH, simplesmente isso. Não, repito novamente. A nossa intenção era essa para que fosse de conhecimento do CNRH possíveis alterações, eu não estou dizendo que isso vai ser alterado, caso isso esteja causando algum desconforto aos comitês, ou algum outro segmento, a nossa intenção era simplesmente propor o mecanismo dentro..., um dispositivo dentro da Resolução que essas alterações fossem de conhecimento do CNRH, se for do entendimento que eu acho que foi até uma palavra, frase que você usou aqui, vai causar uma burocracia, eu entendo que há crítica quando na sua primeira fala é feito isso, eu não quero aqui causar nenhum..., e o CNRH entende que não precisa desse conhecimento como um todo, não tenho nenhum problema de retirada da sugestão da alteração do § 2º que seja aprovada a Resolução, não tenho problema nenhum.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Conselheiro Theresa pediu a palavra.

A SR^a. THERESA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO (SOCIEDADE CIVIL) – Bom, bom dia a todos. Conselheira Theresa Cristina, representante do segmento das ONGs. Bom, por tudo que o Conselheiro João Clímaco, nosso representante do nosso segmento, e os demais Conselheiros agregaram pensamentos e contribuições a fala do nosso Conselheiro e também gostaria de reiterar a fala da Conselheira Patrícia, quando na verdade a participação do Conselheiro na Câmara não é por si só que impeça que ele aqui se manifeste. É o contrário, esse é um pleno que deva ser um palco de manifestação de todos nós Conselheiros. Bom, enfim, eu gostaria de mais uma vez pedir ao Plenário, que o Plenário faça talvez o que seja..., talvez não, o que seja mais correto voltar a CTIL, porque se voltar a CTIL, eu acho que seria o melhor bom-senso, porque senão nós teremos, eu gostaria já questão de ordem, o nosso segmento pedirá vistas ao tema.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Conselheira Cristina. PC, você pediu a palavra por acaso? Eu vi o Persi levantando a mão também, não? Não? Tá, obrigado. Ok. Senhoras, pois não. Foi a senhora que pediu a palavra? É que me passaram o nome Cristina, viu? Desculpe.

A SR^a MARIA CRISTINA YUAN (INDÚSTRIAS) – Certamente haverá outra Cristina. Cristina Yuan, representante do Segmento Indústria. Só dentro do tema específico que foi abordado aí sobre a questão da inserção de um novo Parágrafo e a justificativa que foi dada. Eu entendo, quer dizer, não participei das reuniões de Câmaras Técnicas aqui do plenário, estou assistindo as discussões de que o foco, o objeto dessa Resolução foi possibilitar que os valores de cobrança já definidos pelos Comitês de Bacia em áreas de domínio Estadual, pudessem esses valores a ser estendidos para áreas de domínio da União. Então se isso já existe, o que essa Resolução está facultando é essa possibilidade, quer dizer, equacionar essa questão, havendo alterações de valor de cobrança por parte do Comitê Estadual, evidentemente isso vai estender para o todo, porque essa Resolução já facultou, já permitiu isso. Então, fica um pouco sem sentido essa questão de alterações, porque alteração, ela não vai ser específica para esta área de domínio da União, já que o Comitê passa a receber delegação para estabelecer os valores como um todo, então fica muito estranho você falar: “Olha houve alteração para cá, vamos informar.”. Então, essa informação é definida pelo Comitê de Bacias, já que essa Resolução está facultando isso, então, também corroboro a preocupação de outros colegas Conselheiros de que talvez, até porque nós temos responsabilidade com a clareza das Resoluções que este Conselho aprova de que isso possa ser maturado e redigido com maior propriedade para evitar dissabores futuros.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Fabiano, por favor.

O SR FABIANO CHAVES DA SILVA (MPOG) – Eu acho que a discussão aqui no Conselho está sendo uma ótima oportunidade para aproveitar a redação e considerando até às preocupações que foram colocadas pela Patrícia. A nossa preocupação inicial era de que a transparência de como essas alterações ocorresse, fossem de conhecimento do CNRH, entendendo que o próprio... Escutei aqui no canto do ouvido as preocupações do Comitê e de outros setores. Eu fico totalmente confortável em retirar a sugestão de § 2º para darmos segmento à votação da Resolução. Para que possamos encontrar o consenso aqui, então em relação a minha proposta, podemos retirar ali que era da nossa autoria, a inclusão de um § 2º, o § 1º fica como Parágrafo Único, e a nossa única inclusão de acréscimo fica a respeito de no artigo, no último artigo que dá um comando de que vamos avaliar em determinado momento em um tempo futuro, que seria por parte da Agência Nacional de Águas. Gostaria que voltasse lá no art. 5º que apresentaria o comando de que a Agência Nacional

de Águas deverá em determinado período, que nós colocamos ali de cinco anos em vigência dessa Resolução deverá apresentar estudo de avaliação dos resultados de aplicação desse formato, desse mecanismo em que vai ser cobrado em rios de domínio inseridos unidades estaduais vai valer esse novo modelo, considerando a possibilidade, eu não estou dizendo nem que a gente vai ver, estou dizendo que daqui há cinco anos vamos retornar essa Resolução, vemos como nós podemos melhorar a nossa proposta, considerando um estudo elaborado pela Agência Nacional de Águas. Então, retomando o que a gente tem proposto, nós fizemos duas propostas de alterações de forma, que é no art. 1º, que é uma alteração do posicionamento do Parágrafo Único do art. 1º para o art. 2º, e um acréscimo de um artigo que fala da proposição de que a ANA em determinado período de tempo, daqui há cinco anos elaborará um estudo para avaliar a aplicação dessa Resolução. Unicamente essa nossa proposta de Resolução, mais uma vez como eu falei no início, nós apoiamos a proposta de Resolução com essas alterações.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Teresa Cristina pediu novamente a palavra.

A SRª. TERESA CRISTINA CAVALCANTI SOARES (MD) – Então, o art. 5º, que é a proposta que a Jussara está pedindo para ler “A Agência Nacional de Águas deverá, após um período de cinco anos de vigência desta Resolução apresentar estudos de avaliação dos resultados da aplicação dos mecanismo e valores da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União inseridos em unidades estaduais de gerenciamento de recurso hídricos, considerando a possibilidade de revisão da presente Resolução pelo Conselho Nacional.”

A SRª. THERESA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO (SOCIEDADE CIVIL) – Na verdade, uma questão de ordem, que tenho um dúvida. Como fará o encaminhamento. O senhor colocará no primeiro momento uma discussão para se retornar ou não a CTIL.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Primeiro pergunta, a Senhora mantém o pedido de vistas? Se senhora mantiver o pedido de vistas...

A SRª. THERESA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO (SOCIEDADE CIVIL) – Com certeza mantenho, sem dúvida, se o senhor está colocando assim, com certeza mantenho, bem objetivo e direto.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Então, o item sai de pauta e volta na próxima reunião.

A SR^a. THERESA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO (SOCIEDADE CIVIL) – Porque o ideal seria mandar para a CTIL. Eu disse isso.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Não, CTIL não, teria que voltar pra CTCOB.

A SR^a. THERESA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO (SOCIEDADE CIVIL) – Então, ótimo. Voltaria para a CTCOB.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Então, se a senhora retirar o pedido de vistas, a gente pode sugerir ao plenário que retorne a CTCOB, mas se não está retirado de pauta. Eu gostaria que a senhora definisse a sua posição.

A SR^a. THERESA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO (SOCIEDADE CIVIL) – Justamente, essa era a minha dúvida, qual é o encaminhamento que o senhor daria, porque eu achei confuso a leitura com mais esses todos os pontos que foram conduzidos aqui.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Se eu colocar em votação a matéria não cabe mais pedido de vistas. Então, estou perguntando a senhora se senhora quer que retire de vistas, ou se dou prosseguimento a votação e colocando prioritariamente a devolução a CTCOB submetendo isso ao plenário ou aprovação da matéria com as mudanças propostas, são três os encaminhamentos possíveis. Conselheira Patrícia.

A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (INDÚSTRIA) – Eu acho que com a retirada daquele § 2º e com acréscimo desse último Parágrafo, que embora a nossa experiência dessa avaliação do Conselho não tem sido muito produtiva, haja visto o nosso papel na avaliação da aplicação do dinheiro da cobrança pelo uso do setor elétrico, que a gente não consegue fazer um acompanhamento a contento, mas de forma João Climaco, eu acho o que esse último artigo contempla a sua preocupação, quer dizer, se você vai ter algum momento, e aí teremos que ser eficientes para ter esse momento, para poder ver essa avaliação de como que está vindo a efeito com relação unidade, esse art. 5º acrescentado pelo Ministério de Planejamento, ele contempla a sua preocupação. E, ademais, damos agilidade a um tema que está em branco, e como Resolução você tem todo o tempo e todo o momento uma maneira de aperfeiçoar, de alterar, inclusive a partir desse art. 5º que foi acrescentado. Eu só queria que vocês fizessem essa reflexão em relação a isso, porque seria um ganho pelo menos no vácuo que fica essa questão até então.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Conselheiro João Clímaco.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS) – Queria deixar evidente a nossa intenção também de dar encaminhamento breve para essa questão, que nós entendemos o mérito importante dela e por isso que já que a gente no art. 5º já atribuiu um papel à Agência Nacional de Águas, que não é ilegal no contexto da nossa competência. Eu sugeri acrescentar um simples Parágrafo onde a gente induz o Comitê de Bacia a ser ator no projeto de Resolução do problema, porque uma coisa é pensar na realidade de hoje e outro dia no dia-a-dia, a grana, o capital é que muda todas as cabeças. Caberá ao CBH sejam receptores dos recursos hídricos, adotar providências para adequação dos demais instrumentos de gestão aos objetivos dessa Resolução. Quer dizer, eu estou dizendo que quando se falou que o Plano de bacia pode contemplar, pode, mas depende de quem vai dizer que pode ou não, de quem querer poder, mas se a gente coloca isso um parágrafo no art. 5º dando esse tom para que Comitês de bacias adequem os instrumentos, sobretudo o plano de bacia à essa situação, sobretudo nossa representação lá no Comitê, e aqui tem a nossa representação com dois rios que é um dos rios que está nesse tópico desse cenário, vai poder ter elementos legais para poder cobrar, ou exercer o seu papel, então eu estou pedindo ao senhor secretário, eu acho que pedir vistas seria uma situação limite que a gente sugere então esse parágrafo no 5º para evitar isso ou então mandar para CTIL ou CTCOB. Caberá ao CNRH, cuja (...) receptores dos recursos hídricos, objeto dessa Resolução, adote providência para adequação dos planos e demais instrumentos da gestão objetivo da mesma, entendeu?

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Digitou Antônio? João Clímaco, ajude aqui na redação, por gentileza, enquanto a gente ouve o Conselheiro Antônio Carlos. Antônio Paulo, desculpe. Antônio Paulo.

O SR. ANTONIO PAULO BAREA COUTINHO (MDA) – Bom dia a todas e todos. Paulo Coutinho da Secretaria Especial da Agricultura Familiar. Compreendo que a Resolução vem preencher uma lacuna, colabora, agora considerando as discussões e algumas dúvidas que possam e parece que perduraram, eu apenas considero cinco anos um período muito longo para essa avaliação, a princípio eu quero acreditar que essa avaliação vai ser bem feita e vai ajudar, mas eu sugiro uma pequena mudança ali de três anos. Eu acho que três anos é um período razoável, pega o próximo Governo eleito no meio do seu mandato e acho que seria uma boa oportunidade histórica e política de rever, cinco anos parece muito extenso o prazo. Só isso.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Antônio, você captou também. Antônio houve a proposta também do Conselheiro Paulo de reduzir de cinco para três anos, foi contemplado? De cinco para três anos. Conselheiro Willy quer fazer o uso da palavra?

O SR. WILLY ORTIZ DE OLIVEIRA (CECNA) – Willy, Setor de ONGs, Rio de Janeiro. Eu não considero redundante e nem tampouco o Conselho interferir na competência do Comitê de Bacia estabelecendo ou indicando algo, que é amparado pela Lei e pela ciência também, que é a preservação da vegetação, que confere qualidade aos recursos hídricos. Esse é um elemento, o segundo é o seguinte, não se trata de uma situação qualquer de bacia hidrográfica, envolve unidades de conservação, unidades essas que vem ao longo do tempo se empobrecendo de recursos de equipamento para manutenção da vegetação com enriquecimento, combate a incêndios e demais ações que unidades de conservação necessitam. Custo de planejamento da ocupação de área de uso, então são ações caras, os equipamentos são caros, combate a incêndio é caro e no caso do Rio de Janeiro que a gente vê é que esses recursos estão desaparecendo. Então, portanto não é uma situação qualquer, não é uma bacia hidrográfica qualquer. Envolve unidade de conservação e a situação de preservação é amparada e obrigatória por Lei. É só isso.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Obrigado. Conselheira, Jussara, por favor.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH) – Na verdade, eu gostaria de fazer uma reflexão de volta a essa questão das unidades de conservação. Nós não podemos confundir as coisas, o Sérgio foi bem claro nisso, uma coisa é o que nós vamos fazer com os recursos da cobrança, que tem o seu objetivo, têm já Resoluções e tem critérios, já algumas diretrizes e etc. que está orientando o que fazer com esse recurso, existe sim a possibilidade de ser utilizado com essa finalidade, mas existem as políticas específicas da questão da conservação. Então eu penso que esse tema, ele pode ser muito bem tratado dentro da questão do plano, eu acho que é importante, eu acho que colocar nessa Resolução é engessar um pouco a própria decisão do planejamento lá adiante cada região é uma região, cada bacia é uma bacia, com as suas particularidades bem distintas e que condizem à diferenças decisões. Então, eu penso que esse assunto colocado como está na proposta de ficar, ser tratado dentro da bacia hidrográfica, no planejamento da bacia hidrográfica fortalece, inclusive, aquilo que a gente coloca, fortalece o próprio Comitê, quer dizer, nós vamos tirar essa visão. Nós estamos de certa forma enfraquecendo, já está engessando e vai cobrar e colocar naquele lugar ponto não. Eu acho que isso é uma reflexão até porque nós temos que trazer para o sistema os recursos que são de outras políticas e de outros setores e somar, então se a gente colocar isso aqui de repente não, mas já tem dinheiro de cobrança lá nós vamos. Não estamos precisando usar o dinheiro lá dos outros recursos, eu acho que os outros recursos têm sim obrigação, os outros setores, as outras políticas de

serem aplicadas e trazer para somar para dentro da área de recursos hídricos. Então, eu não vejo preocupação nenhuma de que a proposta seja alterada em função disso, eu acho que está bem colocado, não há necessidade no meu ponto de vista de que seja alterado isso ou que seja modificado, como está aí eu acho que está ok e não atrapalha de forma alguma toda nossa problemática de preservação dessas áreas de conservação, que são extremamente importantes e caras para o setor de também os recursos hídricos, mas existem outras políticas que precisam ser implementadas nessas áreas. Essa é a minha opinião.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Muito obrigado, Conselheira. Bom, pelo que se depreende Júlio pediu a palavra? Então, Júlio Thadeu, Conselheiro.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Eu creio que só complementando, quer dizer, discordando um pouco do que a Jussara comentou. Eu acho que o art. 5º vem porque a gente entende também que está aqui para ser cobrar de uma área que não tem não está sendo cobrada hoje, quer dizer, tem uma discrepância dentro de uma bacia hidrográfica, tem áreas que está sendo cobrada. Agora, por outro lado, todos nós reconhecemos na fala de diversos Conselheiros aqui, da necessidade que essas áreas de conservação também têm de ter algum tipo de recurso. Então, pensando não deve ser nem oito e nem oitenta, a gente precisa tomar o valor arrecadado não deve ser... Não deveria ser aplicado 100% na área de conservação, mas por outro lado o valor arrecadado na área de conservação não pode ser aplicado zero por cento. Entendeu? Então para isso, eu acho que o art. 5º ele vem a ANA para fazer essa avaliação periódica de como está a situação, se está havendo se realmente o que está sendo proposto nessa Resolução está surtindo efeito, esses dois efeitos aí ou pelo menos o efeito da gente atender unidades de conservação também. Então, eu acho que a proposta que foi feita pelo Ministério do Planejamento e o que o Clímaco sugeriu aí também eu acho que está tranquilo, no meu modo de ver está bem

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Bom, entendo então que acatadas essas várias sugestões propostas chegou-se a um consenso com relação à Resolução. Podemos colocá-la em Votação? CTCOB. Fala ao microfone, por favor.

A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH) – Eu acho válido ler de novo, porque as proposta foram modificadas. Só terminando, volta para o art. 1º, por favor. Então, art. 1º. Definir os mecanismos e valores, a única coisa que se acrescentou foram os mecanismos. Pode ser.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Bom, o que está em negrito é o texto-base. Na próxima vez vamos fazer um curso para ler de trás para frente. Conselheira Jussara.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH) – Nós aprovaríamos o texto-base e aí, mas eu acho que tem que ter uma vírgula, texto-base e depois considerando que serão analisados cada alteração proposta senão aprovando só.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Com certeza. Então nós vamos colocar em votação o texto-base ressaltados os destaques que serão votados na sequência, ok? Em votação o texto-base, ressaltados os destaques. Os senhores Conselheiros que aprovam por gentileza levantem o crachá, ok. Os senhores Conselheiros que rejeitam nenhum voto. Alguma abstenção? Uma abstenção, duas abstenções. Bom, então, está aprovado o texto-base ressaltados os destaques. Agora, vamos colocar em votação os destaques.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH) – Vou fazer a leitura de cada artigo, fica mais fácil. Art. 1º. Definir os mecanismos e valores a ser cobrada pelo uso de recursos hídricos de domínio da União em áreas inseridas em unidades estaduais e gerenciamento de recursos hídricos, cuja cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio Estadual estiver implementada. A única alteração que houve aí foi incluir a palavra “mecanismos” antes de “valores” e a retirada do Parágrafo Único deste art. 1º.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Em votação. Os senhores Conselheiros que aprovam, por gentileza, levantem o crachá. Os senhores Conselheiros que rejeitam. Nenhum voto. Alguma abstenção? Quatro abstenções. Aprovado, então, esse destaque.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH) – Art. 2º. O segundo o *caput* permanece o mesmo e aí tem a proposição da criação de um Parágrafo Único, que é o Parágrafo Único que existia antes no art. 1º. Então, o Parágrafo Único diz: entende-se como unidades estaduais de gerenciamento de recursos hídricos a totalidade de bacia hidrográfica, sub-bacia hidrográfica de tributário de curso d'água principal da bacia, ou de tributário desse tributário, ou grupo de bacias, ou sub-bacias hidrográficas contíguas definido pelo respectivo Sistema Estadual de Recursos Hídricos.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Em votação o destaque. Os Senhores Conselheiros que aprovam, por gentileza, levantem o crachá. Ok. Os Senhores Conselheiros que rejeitam o

destaque. Nenhum voto. Alguma abstenção? Duas abstenções, três abstenções. Então, aprovado o destaque. Próximo, por favor.

A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH) – O art. 3º, então, tem duas proposições de novos parágrafos, o Parágrafo Único está se tornando Parágrafo primeiro e Parágrafo segundo, que é primeira proposição é caberá aos respectivos comitês de bacias hidrográficas, cujos corpos hídricos sejam objeto desta Resolução, adotar providência e definir diretrizes para adequação dos instrumentos de gestão aos objetivos desta Resolução.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Em votação os destaques. Os senhores Conselheiros que aprovam, por gentileza, levantem o crachá. Os que rejeitam, por gentileza, se manifestem. Um voto contrário, dois votos contrários? Por gentileza, votos contrários dois. Alguma abstenção? Uma abstenção. Então, declaro aprovado o destaque.

A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH) – E o parágrafos terceiro, proposto pelo FUNASC, os recursos arrecadados por meio dos mecanismos e valores disciplinados por essa Resolução deverão ser aplicados prioritariamente na conservação da própria unidade onde os recursos foram gerados.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Em votação os destaques. Os senhores Conselheiros que aprovam, por gentileza, levantem o crachá. Seis votos. Os que rejeitam. Ok. Alguma abstenção? Três abstenções. Está rejeitado esse destaque. Próximo, por favor.

A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH) – E aí nós passamos para o art. 5º, que tem duas propostas de redação, não é? Uma proposta fala em cinco anos, e a outra proposta fala em três anos. O texto é “A Agência Nacional de Águas”, espera aí o microfone...

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Parou uma questão de ordem Conselheira Patrícia.

A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (INDÚSTRIA) – Antes de discutir se é cinco ou três anos, vamos discutir primeiro o mérito da proposição e depois vota se cinco ou três anos.

A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH) – Eu vou ler o texto-base. “A Agência Nacional de Águas deverá, após um período de cinco ou três anos de

1221 vigência desta Resolução, apresentar estudos de avaliação dos resultados da
1222 aplicação dos mecanismos e valores da cobrança pelo uso de recursos
1223 hídricos de domínio da União inseridas em unidades estaduais de
1224 gerenciamento de recursos hídricos, considerando a possibilidade de revisão
1225 da presente Resolução pelo Conselho Nacional”.

1226
1227
1228 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO**
1229 **CNRH)** – Bom, está aberta a discussão levantada pela Conselheira Patrícia.
1230 Alguém quer discutir? Porque nós temos duas opções pelo que estou
1231 depreendendo a Conselheira Patrícia mantém os cinco anos, é isso? Não?

1232
1233
1234 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1235
1236
1237 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO**
1238 **CNRH)** – Ok. Está aberto, então, para discussão do conteúdo. A ANA gostaria
1239 de se manifestar? Conselheiro Maurício. Carlos Motta com a palavra.

1240
1241
1242 **O SR. CARLOS MOTTA NUNES (ANA)** – Bom dia. Carlos Motta,
1243 Superintendente Adjunto de Apoio ao SIG da ANA. A gente não é contra esse
1244 Art. 5º no mérito, achamos ele adequado. O nosso problema é em relação aos
1245 três anos, não que seja um prazo curto não para fazer relatório, mas três anos
1246 é um ciclo, não dá tempo de você ter fechado um ciclo, de iniciar a cobrança
1247 naquela região, você poder fazer o repasse do recurso e esse recurso também
1248 poder ser aplicado e começar a dar resultados. Então, três anos é um prazo
1249 que não é suficiente para nós termos, nós vamos voltar daqui a três anos com
1250 o resultados zerado, não foi possível avaliar os resultados. Essa vai ser a
1251 resposta, provavelmente, que nós vamos ter. Então, a gente sugere que sendo
1252 aprovado o mérito dessa inclusão, que fique no cinco anos, que é um tempo
1253 que consideramos adequado para podermos fazer uma avaliação correta da
1254 matéria.

1255
1256
1257 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO**
1258 **CNRH)** – Ok. Alguém mais quer discutir? Então, em votação o mérito. Os
1259 senhores Conselheiros que aprovam, por gentileza, levanten o crachá. Ok. Os
1260 senhores Conselheiros que rejeitam o mérito, por gentileza, levanten o crachá.
1261 Um voto contrário. Alguma abstenção? Duas abstenções. Então, está aprovado
1262 o mérito.

1263
1264
1265 **A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH)** – Agora a votação seria de três ou
1266 cinco anos.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Agora vamos colocar em votação se três ou se cinco anos. Três é a proposta lá. O senhor que pediu a palavra? Quer se manifestar novamente?

O SR. ANTONIO PAULO BAREA COUTINHO (MDA) – Com a manifestação da ANA, eu retiro a proposta de três anos.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Muito bem. Obrigado. Então, a proposta consensuada de cinco anos. Em votação o destaque. Senhores Conselheiros que aprovam levantem o crachá. 5 anos. Ok. Quem rejeita, por gentileza, se manifeste. Nenhum voto contrário. Alguma Abstenção? Três abstenções. Declaro aprovado o destaque. Vamos passar para o próximo item da pauta. Item 3.2, proposta de Resolução que dispõe sobre o procedimento para atualização dos preços públicos unitários, cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União de que trata a Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997, matéria encaminhada pela Câmara Técnica de Cobrança – CTCOB. Convido a Presidente da CTCOB para apresentação da matéria.

A SR^a. LIVIA SOALHEIRO (CERHI/RJ) – Bom, na última reunião do ano passado desse Conselho, a gente estava por discutir a cobrança do Paranaíba. E na discussão de cobrança da Paranaíba, chegou a esse plenário duas minutas, uma prevendo a criação de um índice de conservação de valores, já para a cobrança da Paranaíba, que veio de CTCOB, e uma da CTIL, retirando essa criação desse índice, pelo entendimento de que isso deveria vir numa resolução em separado da forma de criação de uma regra geral para os comitês federais. E aí, esse plenário, há época, devolveu a matéria a CTCOB para que providenciasse uma resolução que tratasse do mérito da conservação dos valores de algum índice, que viesse a conservar esses valores, mas de uma forma como uma regra geral que fosse aplicada a todos os comitês federais. Então, essa resolução é o fruto desse estudo da CTCOB. O plenário tinha até dado um prazo de seis meses para que a CTCOB tratasse a matéria. Respeitamos o prazo, acredito que tenhamos ficado nessa média. Passamos para a CTIL que também apreciou a resolução e hoje ela vem ao plenário. Eu acho que posso fazer uma leitura, a resolução propõe, então, a conservação dos valores por meio do índice do IPCA e foi amplamente debatida na CTCOB. Na CTIL, ela também teve uma discussão intensa e acredito que passando a leitura fique de fácil entendimento para todos, o que essa resolução pretende.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Em discussão da matéria, concedo a palavra... Desculpe, pode ler.

A SR^a. LIVIA SOALHEIRO (CERHI/RJ) – “Dispõe sobre o procedimento para atualização dos preços públicos unitários, cobrados pelo uso de recursos

hídricos de domínio da União, de que trata a lei 9433 de 8 de janeiro de 1997. O Conselho Nacional de Recurso Hídricos, no uso das competências que lhe são conferidas pelas leis nº. 8433 de 8 de janeiro de 1997 e nº. 9984 de 17 de julho de 2000 e tendo em vista o disposto em seu Regimento interno anexo a portaria MMA 437 de 8 de novembro de 2013. E considerando que compete ao Conselho Nacional estabelecer critérios gerais para cobrança pelo uso de recursos hídricos, considerando que compete ao Conselho Nacional estabelecer diretrizes complementares para implementação da política nacional de recursos hídricos, a aplicação de seus instrumentos e a atuação do sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e aprovar valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, sugeridos pelos comitês de bacia hidrográfica nos termos do inciso VI do Art. 4 da lei 9984 de 2000, considerando o disposto nos Artigos 19 e 22 da lei 9433 de 1997 e em especial os objetivos da cobrança, o reconhecimento da água como um bem econômico, o incentivo da racionalização do uso da água, a obtenção de recursos para financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos e assegurar a viabilidade financeira da agência, considerando que a viabilidade técnica e econômica da cobrança pelo usos de recursos hídricos, exerça papel fundamental de fundamental importância na implementação dos planos de recursos hídricos e na indução do usuário aos procedimentos de racionalização, conservação, recuperação e manejo sustentável das bacias hidrográficas e considerando a necessidade de recomposição e conservação dos valores reais dos preços unitários definidos pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos resolve: Art. 1º – Estabelecer procedimentos para atualização dos preços públicos unitários cobrados pelos usos de recurso hídricos de domínio da União. Art. 2º - Os Preços Públicos Unitários definidos para cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União serão atualizados com base na variação do Índice Nacional de preços ao consumidor amplo, IPCA do IBGE, ou o índice que vier a sucedê-lo. § 1º - O comitê poderá apresentar ao Conselho Nacional propostas de outro índice oficial desde que devidamente justificado para o exercício subsequente a aprovação da matéria no plenário do Conselho. § 2º - para o exercício de 2018 e anos subsequentes aplicar-se-á a variação do IPCA/IBGE ao preço público unitário vigente no interstício de 12 meses apurado em outubro do ano anterior. Art. 3º - Os comitês de bacia hidrográfica de rios e domínio da União deverão sugerir, no prazo de um ano, a adequação dos mecanismos e a atualização dos valores a serem cobrados pelos usos de recursos hídricos de domínio da União, de forma a recompor os preços públicos unitários tendo por base a data de última aprovação de seus valores pelo Conselho Nacional. § 1º - Caso o comitê não apresente proposta para recomposição dos valores cobrados nos exercícios anteriores, a aprovação da presente resolução aplicar-se-á para exercício de 2019 à variação do IPCA/IBGE, ao preço público unitário vigente do mês da sua aprovação com resolução do Conselho Nacional até o mês de outubro de 2018. § 2º - Apresentada a proposta no prazo mencionado no caput deste Artigo, o disposto no § 1º desse Artigo, ficará suspenso até que o Conselho Nacional se manifeste sobre a proposta do comitê. § 3º - O prazo mencionado no caput deste Artigo tem seu início na data de publicação da presente resolução. Art. 4º - Caberá à Agência Nacional de Águas: Inciso I - verificar e dar publicidade da variação do IPCA/IBGE no prazo de até 15 dias a

que se refere aos Artigos segundo e terceiro desta resolução; Inciso II - dar publicidade aos preços públicos unitários que terão vigência para o exercício 2018 e para os exercícios seguintes no prazo de 15 dias após a publicação do índice pelo IBGE. Art. 5º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Feita a leitura, está em discussão à matéria, os senhores Conselheiros dispõem de até 3 minutos para se manifestarem os comentários deverão se ater à matéria. Conselheiro João Clímaco.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS) – Senhor secretário, eu acho que nós cometemos uma... É porque eu me lembrarei dessa resolução, talvez para alguns não seja uma lembrança positiva ou negativa em função da resolução. Mas, por motivos muito mais nobres, eu me lembrarei de um colega da Câmara Técnica, que nos deixou essa semana passada, e que ele nos deixou e a gente teve pouco... A gente não lembrou dele, como gesto de carinho e um gesto de solidariedade à família e de respeito pelo trabalho que ele fazia como membro dos comitês, como servidor da ANA. Eu queria pedir um minuto de silêncio para o colega que ajudou, inclusive, a montar isso aí, sem entrar no mérito do fato dele ser um grande servidor público e que deu uma contribuição muito grande a instalação da cobrança na política de recursos hídricos. Eu queria pedir às pessoas para ficarem em pé. E homenagear o Ney que é meu colega de faculdade de muitos anos.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Muito bem. Respeitado o minuto de silêncio, eu pediria uma salva de palmas para o Ney. (*Palmas!*).

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS) – Entrando na discussão propriamente dita, secretário, agradecendo assim o carinho...

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Se me permite, João Clímaco, com gostaria de dedicar essa reunião do Conselho ao Ney Murta.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS) – Muito meritória, a sua proposta. Senhor secretário, essa resolução em que pesa o papel de fulano e ciclano e outras pessoas para a construção dela, ela em parte representa para nós uma coloraria de desapontamento, assim, porque nós, em tese, vamos aprovar a

1416 resolução. Vou logo falar isso, mas não queríamos aprovar a resolução pela
1417 forma como ela está sendo construída, porque ela não representa o
1418 merecimento do debate sobre a cobrança de recursos hídricos como
1419 instrumento da política de recursos hídricos. Ela representa um momento que
1420 teve e que está virando rotina nesse processo de construção da política, que é
1421 já que a política não está servindo, a política no bom sentido, a gente põe uma
1422 cunha, põe um *by pass*, põe um ato unilateral para fazer uma coisa que poderia
1423 ser construída, se houvesse atenção aos problemas urgentes desse Conselho
1424 que pediram a negociação para o setor público, setor usuário e a sociedade
1425 civil. Não existe essa possibilidade pela própria organização do Conselho.
1426 Então, as coisas estão sendo organizadas para cada um chegar e defender
1427 seu interesse, não pensar o interesse público. Essa resolução tem muito de
1428 interesse público, mas também tem um histórico de demonstrar, que nós fomos
1429 ineficazes a construir consensos, e aí, não dá para você ter uma cobrança de
1430 mentirinha, só de inflação vai comendo tudo e você tem lá o comitê de Rio São
1431 Francisco do Paranaíba que é uma mixaria, a cobrança. E aí, vai ficar o
1432 negócio muito... Muito assim... Ficou uma briga de esperto. Eu estou dando
1433 esse registro para dizer que nós vamos aprovar a resolução. Eu acho que a
1434 intenção do Ney não era ajudar a criar uma resolução de cima para baixo, mas
1435 tentar romper com um problema que estava virando o “empurramento”, cada
1436 um empurrava, e essa Resolução vai para o “empurramento” da questão da
1437 cobrança.

1438
1439
1440 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO**
1441 **CNRH)** – Obrigado, Conselheiro João Clímaco. Conselheiro Nelson da
1442 Agricultura.

1443
1444
1445 **O SR. NELSON ANANIAS FILHO (CNA)** – Bom dia a todos. Nelson,
1446 Confederação da Agricultura Pecuária do Brasil. Cumprimento a mesa e
1447 cumprimento a todos os colegas Conselheiros. Esse é um tema e essa
1448 proposta, ela nos incomoda muito, porque impacta diretamente no insumo
1449 produtivo muito utilizado pela agricultura, principalmente pelos irrigantes, e que
1450 a partir do momento que ela toma uma dimensão nacional, com a nova
1451 proposta que houve, existem muitas outras variáveis que entraram como
1452 insumo para gente tomar a decisão de aprovar ou não essa resolução e a
1453 gente não tem condição de avaliar em território nacional como hoje. Apesar de
1454 muito dos conceitos que foram discutidos durante as reuniões, a gente, como
1455 usuários, não entende ou não compreendeu direito. Nós precisamos de um
1456 prazo um pouco maior para poder compreender isso. Inclusive, ações como a
1457 própria aplicação, a gente entende o que comitê de bacia que deveria fazer
1458 essas atualizações, não um índice próprio, nem que seja o IPCA, a própria
1459 aplicação dos recursos, o uso e principalmente a viabilidade econômica e
1460 viabilidade de aplicação da atividade agropecuária como um todo, como fins de
1461 usuário. Então, diante dessas diversas dúvidas e dessa inconsistência nesses
1462 conceitos que a gente entende que essa proposta de resolução tem. A CNA
1463 pede vista dessa resolução, solicita vista desse processo. Obrigado.

1464 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO**
1465 **CNRH)** – Houve pedido de vistas, mantemos a discussão da matéria ou
1466 simplesmente volta para a próxima?
1467
1468
1469 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA)** – Só esclarecimento. Ele
1470 volta automaticamente para a próxima sem direito de pedir vista outra vez.
1471
1472
1473 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO**
1474 **CNRH)** – Mas mantemos a discussão da matéria?
1475
1476
1477 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA)** – Mantém e o segmento
1478 que pediu vista tem que apresentar a justificativa do pedido de vista.
1479
1480
1481 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO**
1482 **CNRH)** – Na próxima reunião. Ok. Conselheira Patrícia está inscrita.
1483
1484
1485 **A SR^a. PATRÍCIA VEIGA (FIEMG)** – Patrícia, FIEMG. A FIEMG acompanha o
1486 pedido de vistas apresentado pelo conselheiro da CNA com as mesmas
1487 justificativas que ele apresentou.
1488
1489
1490 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO**
1491 **CNRH)** – Dois pedidos de vistas já. Conselheiro Paulo.
1492
1493
1494 **O SR. PAULO ROBINSON DA SILVA SAMUEL (CCAIBH)** – Paulo Samuel,
1495 representante dos Comitês de Bacia. Eu só gostaria, já que foi pedido de
1496 vistas, dizer que nós lamentamos muito esse pedido e para nós é um
1497 retrocesso esse pedido de vistas, esse atraso de mais um mês ou mais uns
1498 meses, em função de que, gente, é um imposto de renda nosso todo mês ou
1499 todo ano, ele reajusta. Nós temos que reajustar preço e aqui mais uma vez o
1500 Clímaco falou consenso, consenso. Clímaco, aqui não tem, porque, nessa
1501 plenária, cada um tem os seus interesses aqui. Então, não vai ter consenso
1502 nunca. E aí, a gente precisa ir muitas vezes, secretário, ir para voto depois das
1503 discussões. Obrigado.
1504
1505
1506 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO**
1507 **CNRH)** – Conselheiro, por gentileza a palavra.
1508
1509
1510 **O SR. SÉRGIO DE ALMEIDA BASTOS (FIEB)** – Conselheiro Sérgio Bastos da
1511 Federação da Indústria. Eu acompanho o pedido de vistas e justifico a questão

1512 não... A federação não é... A questão não... É que essa decisão tem que ser
1513 tomada no seio do Comitê de Bacia. Essa é a minha posição.

1514
1515
1516 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO**
1517 **CNRH) –** Pois não...

1518
1519
1520 **O SR. WILSON AZEVEDO FILHO (LAZER E TURISMO) –** Wilson Azevedo,
1521 segmento usuário do turismo. Também pede vista da matéria.

1522
1523
1524 **O SR CARLOS EDUARDO NASCIMENTO ALENCASTRE (COMITÊS DE**
1525 **BACIA) –** Secretário, Carlos Alencastre, Comitês, Conselheiro Suplente. Eu
1526 entendo que essa resolução dá o Norte aos comitês. Vou insistir nisso, porque
1527 ela dá um índice para que o comitê se baseie nos seus reajustes. E tem mais,
1528 ela no seu Art. 2º, dá a liberdade do comitê apresentar outro índice e justifique,
1529 tanto para baixo como para cima. Então, não tira a liberdade dos comitês, ela
1530 apenas dá um panorama, ela dá um índice para que os comitês peguem esse
1531 índice e trabalhem dentro dos comitês e vejam se esse índice realmente
1532 atende ao comitê. Portanto, adiar a aprovação dessa resolução, não vai
1533 implicar em nada. Uma hora nós vamos ter que chegar aqui e estabelecer um
1534 índice que seja nacional, que todos comitês, pelo menos, num primeiro
1535 momento, eles adotem esses parâmetros, mas ele pode também vir e
1536 apresentar outro. Não há problema nenhum. Não está tirando a autonomia do
1537 comitê, pelo contrário, só está dando um parâmetro para o comitê se basear
1538 nos seus reajustes. É isso, obrigado.

1539
1540
1541 **A SRª. THERESA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO (SOCIEDADE**
1542 **CIVIL) –** Eu gostaria de endossar as palavras do Conselheiro que me
1543 antecedeu, porque eu concordo. Está bem claro ali na resolução que o comitê
1544 tem toda a sua liberdade de trabalhar esse assunto. Ela não está engessando
1545 a atividade do comitê e nem tirando o poder do comitê. No meu entender, eu
1546 acho evita que esse assunto de revisão dos valores fique adormecido nos
1547 comitês. Eu acho que isso é importante. Eu acho que senão, nós vamos brincar
1548 de fazer gestão. Nós fazemos cobrança, brincando de fazer cobrança. Não
1549 estou dizendo que isso seja realidade em todos os comitês, mas isso é
1550 importante que esteja colocado. Eu acho que não impede. Enfim, a discussão
1551 ficou para a próxima reunião. Então, obrigada.

1552
1553
1554 **O SR SÍLVIO RENATO SIQUEIRA (SANEAMENTO) –** Sílvio Siqueira,
1555 representante do segmento dos usuários no setor de saneamento. Essa
1556 questão do reajuste, ela passou na CTCOB, já temos tido conversa sobre este
1557 assunto na Câmara há muito tempo. Eu sou do tempo na CTCOB em que as
1558 decisões realmente eram tomadas por consenso. Eu lembro muito bem que
1559 celebrávamos a cada vez que o consenso era obtido numa discussão do
1560 CTCOB. E evidentemente essa matéria divide, polariza a discussão no sentido

daqueles que pagam e daqueles que recebem, não é? Então, jamais teríamos um consenso, acredito, sem muita discussão, sem aprofundamento da discussão, sem que a discussão se desse de maneira extensa, embasada, tecnicamente, que pudesse trazer aos Conselheiros elementos de discussão, elementos concretos, que não o argumento do tipo: “a inflação está comendo recurso”. Esse argumento em que pesa ser real, ele não encontra amparo na legislação de recursos hídricos. A primeira aula que temos de gestão de recursos hídricos é em relação à cobrança e que a cobrança não é um imposto, não é uma taxa. E é isso que a gente está transformando a cobrança, mais um imposto e mais uma taxa. Isso é muito triste, porque ele mácula o conceito da descentralização, conceito constitucional da descentralização que cunhamos na constituição de 1988, que perpassou para a 9433. E é o que faz estarmos todos aqui hoje discutindo a matéria, discutindo com representantes de diversos segmentos, exercício esse que o comitê tem pleno gozo de poder fazer a qualquer momento, né? Todos os mecanismos possíveis para reajuste de preços já existem, já estão à disposição dos comitês, já foi exercitado por dois comitês, pelo menos. Agora há um esforço de discussão? Claro. Há um esforço de debate? Claro. É assim que tem que ser. Esse é o conceito que está na nossa política de recursos hídricos. A medida que esse exercício for sendo praticado, como tudo que é democrático, isso ocorrerá de maneira mais natural, acredito que na medida que futuras discussões, no âmbito do PCJ, do Paraíba do Sul sobre reajustes, que foram os percussores dessa matéria, isso terá, ao longo do tempo, um encaminhamento mais, vamos dizer, atendendo a um consenso que é o que deveríamos sempre almejar. Então, por uma questão de reconhecer que existe algo a ser melhor debatido, mais profundamente embasado, eu queria manifestar que nosso segmento também reitera o pedido de vistas para que a matéria possa ser melhor avaliada e apreciada no âmbito do Conselho. Obrigado.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Mais alguém quer discutir? Bom, então, houve 4 pedidos de vistas. Os pedidos de vistas... Percy, quer falar? Cinco? Eu registrei aqui Patrícia, Nelson, Sérgio e Wilson, mais alguém? Você também, Sílvio? Desculpe. Está ok. Então, são cinco pedidos de vistas. A senhora quer usar a palavra?

O SR. IVO MELLO (IRRIGANTES) – Ivo Melo, IRGA. Nós vamos também acompanhar o pedido de vistas junto com a CNA com as mesmas justificativas.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Ok, são seis pedidos de vistas. Esclarecendo que os pedidos de vistas podem ser apresentados conjuntamente ou individualmente, tendo em vista que a próxima reunião do Conselho em caráter extraordinário já está agendada para os dias 12 e 13 de dezembro, fica estipulado o prazo do dia 24 de novembro para apresentação dos pedidos de vista. Ok? 24 de novembro, porque com quinze dias antes, nós temos que mandar a pauta para os senhores conselheiros. E esses quinze dias vão dar justamente dia 28. Então,

fica estipulado o prazo de 24 de novembro para apresentação dos relatórios. Exatamente. A extraordinária não vai ser por conta disso, é porque já tem uma matéria pautada das barragens, o relatório de barragens, que tem que ser analisado pelo Conselho Nacional este ano ainda. E por isso, essa reunião extraordinária já está acordada para acontecer nos dias 12 e 13. Próximo item da pauta, item 3.3, proposta de resolução que define os procedimentos de indicação de representantes titulares e suplentes dos Ministérios e Secretarias especiais da presidência, dos Conselhos Estaduais de Recurso Hídricos, dos usuários e das organizações civis de recurso hídricos, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos instituiu o cadastro de organizações civis de recurso hídricos, matéria encaminhada pela Câmara Técnica institucional e legal CTIL. Convido o presidente da CTIL para apresentação a matéria.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Conselheiros e Conselheiras, essa matéria já vem sendo trabalhada na CTIL, porque ela também já faz parte dos planos de prioridades que vem do Plano Nacional de Recursos Hídricos, em suas prioridades, nas revisões das prioridades dentro do plano, vem à necessidade dada por esse pleno que a CTIL trabalhasse, e esse trabalho já está feito de alguns anos vem se discutindo, da necessidade de se estabelecer com mais clareza algum instrumentos e regras de que da forma de eleição e de composição desse pleno. Então, essa é uma demanda interna, já histórica e que veio se trabalhando e a CTIL, na sua última reunião, se trabalhou e foi discutido, claro, à exaustão, da câmara e trazida uma proposta a esse pleno, para que esse pleno possa verificar. Uma coisa que está muito clara, e também como várias outras é matérias, essa matéria, ela não se trabalha com consenso claro. Tem disputas naturais e como se faz isso? Esse plenário hoje, nós usamos um pouco, para ficar no entendimento, da expertise do CONAMA que já trabalha, entendendo como funciona, como se trabalha alguns outros plenos de Conselho. E como nosso, dentro do Ministério do Meio Ambiente, nós temos o CONAMA que tem uma história também interessante e grande de disputa, algumas coisas nós aprendemos e fomos visitar os Conselheiros, visitar os representantes das câmaras, visitaram como funciona e trouxemos alguma expertise como o que deve ter em cada astro, como é que você pode se colocar, previamente, se cadastrar, para nesse cadastro prévio, poder concorrer a. Então, isso é um esforço da CTIL e de todos no sentido de melhoraria, do entendimento da melhoraria, da clareza e da transparência para se concorrer a uma cadeira no Conselho. Nós mesmos na CTIL entendemos que poderíamos avançar em algumas outras coisas como sempre e tem outras teses, teses importantes, mas naquele momento a CTIL conseguiu chegar a este termo. É este termo que foi o máximo que conseguimos chegar, abrindo mão de algumas outras coisas, para onde se tentou ter um documento que esse plenário e esse Conselho pudessem no primeiro momento, não nunca estar, pode se rever todas as resoluções a qualquer momento, desde que esse plenário assim o queira, mas é o que se conseguiu nesse sentido. Então, a clareza nossa é um passo a mais do Conselho, mas no estabelecimento de regras e transparência para que se possa concorrer a ter um assento, uma cadeira no Conselho. É isso, então, a resolução que está sendo projetada, é uma resolução extensa. As outras foram

bem menores e todos os Conselheiros e Conselheiras receberam essa resolução com 30 dias, conforme o nosso entendimento do regimento. E talvez eu me proponho aqui de que já se parta direto para as falas e ponderações para evitar de ler item por item, são 4 laudas aqui que nós temos de resolução e que possamos nesse sentido abrir, mais do que ficar lendo, abrir para o debate e ter clareza dos pontos que os Conselheiros e Conselheiras discordam ou querem melhorar essas redações. Seria isso, secretário.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Ok, vamos colocar em discussão a matéria. Senhores Conselheiros, gostariam de se manifestar? João Clímaco.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS) – Primeiramente, secretário, esse tema é sempre muito caro, porque parece sempre que foi feito essas discussões aqui no Conselho. A impressão que dava era que só se queria mudar a questão de representatividade e da representação no que diz respeito às ONGs, a ponto de nós termos que entrar, às vezes, na justiça para anular um item de uma de uma resolução que prejudicava extremamente o princípio de representatividade a nível nacional desse Conselho, de modo que nessa discussão agora, em que pese os nossos esforços, os nossos esforços na discussão na CTIL, antes que meu querido e estimado amigo fale que nós já sofremos na CTIL, mas nós não sofremos tanto ainda, ainda vamos sofrer mais. Mas não queremos sofrer, porque nós não nascemos para sofrer, nascemos para viver e gozar a vida, nossa missão pressupõe nós não fomos assim, a gente não consegue mexer com a água. E aí, nós vemos que essas lacunas poderiam ser sanadas aqui ou então ser melhor trabalhada para poder evitar que prejudique o nosso segmento, mas eu preferiria citar primeiro nos outros segmentos o que é que poderia ser melhorado nessa resolução. No que diz respeito a representação dos estados, nós temos nós padecemos de uma questão de representatividade muito séria, porque a lei diz claramente que cabe aos Conselhos Estaduais exercer essa representação aqui na plenária do Conselho. Só que essa representação, ela tem sido deturpada e impedido que os princípios da descentralização e integração aconteça e, por vezes, a representação dos Conselhos Estaduais termina sendo feita monocraticamente contrato um secretário que encaminha o seu assessor e, as vezes, nem tem a ver com recursos hídricos para vir aqui e na plenária. E nas Câmaras Técnicas, pessoas que participam dos trabalhos, mas não passam a agenda do Conselho nacional para o Conselho Estadual. Quer dizer, nós estamos em três Conselhos estaduais, através de pessoas da nossa coordenação no Paraná, Minas Gerais e no Maranhão. E nos outros Conselhos, a gente tem uma atuação mais assessora com os companheiros que estão lá. O que nós observamos é o seguinte, os Conselhos Estaduais estão sendo representados aqui de maneira equivocada e de maneira insuficiente, porque nós não criamos o mecanismo que sugere aprimoramento no mecanismo. No processo de determinação de quem é esse Conselheiro. Então, por exemplo, haveria de colocar nos Conselho estaduais, no item diz respeito à eleição de Conselhos

estaduais, a aprovação pela plenária do Conselho, dos membros de Câmara Técnica e tudo mais. Quer dizer, o Estado não pode vir para cá em nome de um Conselho que ele não comunica nada, o Órgão Gestor não comunica nada ao Conselho e aí, chega aqui, se candidata, chega aqui, cria uma agenda, põe agenda, pauta as coisas e não passa nada para o Conselho Estadual. E nós estamos no Conselho Estadual, estamos vendo isso. Então, a gente teria que criar um mecanismo nesse item para que houvesse no processo de delegação desse Conselho uma aprovação pela plenária, algum documento da plenária do Conselho, para gente participar aqui do Conselho Estadual representando o Estado. Outro item, diz respeito à participação da Sociedade Civil propriamente dita, onde se criou, se consolidou alguns dogmas que virou dogma, mas não tem amparo nenhum legal, que é a participação do Estado. Quer dizer, é uma questão muito colocada na crônica e que se pede que a política realmente aconteça aqui, mas a gente não pode entender que comitê de bacia é Sociedade Civil. Todo normativo que está aí diz que comitê de bacia é entre Estado e, portanto, não é ONG, não é, não tem CNPJ, não se enquadra juridicamente como ente da Sociedade Civil, no sentido da representação da política pública e sim como ente de Estado. E como tal deveria ser tratado, em que pese o argumento de dizer que o decreto já diz que tem que ser assim, o Conselho vai ter que dar um basta nisso e o momento é agora. Eu sou a favor de colocar os comitês com toda a importância que eles têm no ente de governo e não no meio de Sociedade Civil. E para finalizar, eu acho que houve um bom senso por parte dos trabalhos desenvolvidos até aqui agora, mas não dá para você ter um cadastro de entidades da Sociedade Civil sem a gente seguir o exemplo do CONAMA que dá aos membros desse cadastro uma certa autonomia. Por exemplo, eu acho inapropriado e tem sido assim de maneira muito desgastante para o nosso segmento, a Secretaria Executiva sem uma comissão entre os agentes públicos nomeados por Vossa Senhoria para exercer esse papel, ter essa interface com processo eleitoral com vários funcionários, cada um, às vezes, interpreta de um jeito, às vezes, a gente tem, assim, uma atitude boa, outra atitude não boa, cria-se uma dificuldade burocrática ali, aumentando o nosso esforço para poder participar do processo. Então, caberia à Secretaria Executiva do Conselho, ter como suporte uma comissão que nem tem no CONAMA, uma comissão composta por membros desse Conselho para acompanhar esse cadastro, porque é uma atitude arbitrária de negar, por exemplo, o cadastramento, seria uma atitude não arbitrária se fosse compactuada junto com os membros do próprio Conselho participando dessa comissão de coordenação do cadastro. Eu acho que essa resolução peca por criar essa autonomia, a Secretaria Executiva de qualquer eleição tem comissão eleitoral, não conheço eleição... Aqui se atribuiu genericamente a Secretaria Executiva poder de tirar documento, mandar documento, anular, aceitar ou não, às vezes com certa subjetividade. E o terceiro ponto que eu acho que mereceria ser olhado com carinho é que mais uma vez parece que tem uma certa mal querência, e não estou fazendo o discurso do coitadinho não, mas o que é, até mesmo o usuário que pode pagar sete reais por autenticação de papel, no nosso caso que nós temos normalmente um volume maior de dados que participa. Se a gente for autenticar cada papel que está cobrando aqui, a gente vai gastar... Eu lembro que teve um caso só de um Estado, nós gastamos quase 800 reais para

autenticar papel, só no Maranhão, mais de 800 reais contar, sem contar em Minas e outros Estados, porque a gente teve que pagar. Então, é complicado. E outra coisa, sobre esse assunto tem uma lei federal, que eu infelizmente não estou podendo lembrar agora, que pelo menos isso aí o presidente Temer, com todo o seu respeito ao período de convalescência, ele merecia receber esse elogio. Parece tem uma lei que ele criou um decreto aí anulando esse negócio de autenticação de documento. Eu gostaria de ter trazido aqui para poder dizer que é ilegal essa cobrança de autenticar documento, entende? Porque no nosso caso, se a gente tem 50 entidades e autenticar 50 documentos, inclusive, cobraram autenticação de certidão de CNPJ. Não tem. A gente chega na Internet e vai ter que autenticar o documento de CNPJ? Então, eu acho que deveria se pensar nessas 4 linhas de raciocínio que coloquei aqui, sobre pena de criarmos novamente, evoluir um pouquinho, era isso a minha sugestão.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Em discussão ainda a matéria mais algum Conselheiro? Por gentileza.

O SR. LEONARDO SAMPAIO COSTA (CERH/MS) – Leonardo Sampaio Costa, Conselho Estadual do Mato Grosso do Sul. Eu senti uma falta aqui nessa minuta de resolução das procurações. Não sei se foi discutido na CTIL, mas no Art.9º, eu acho que ser inserido aqui um Parágrafo a mais, § 3º, dizendo que cada procurador pode representar somente uma entidade, para não acontecer isso em todos os setores, tanto de usuário, como de... Até mesmo dos Conselhos estaduais, como Sociedade Civil, para não ter uma pessoa só com várias procurações dentro de uma assembleia deliberativa. Então, é uma proposta que coloco aqui que seja discutida essa inserção.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Secretário, a título de esclarecimento até do conselheiro. A ideia realmente... Esse processo é para... Um dos objetivos até para dar mais transparência a tudo isso é acabar com procuração, porque a partir que você se cadastre e nós temos a criação, a ideia de criação de módulo de votação eletrônica, você pode votar de qualquer lugar evitando qualquer tipo de procuração. Então, só aquela entidade teria esse processo. Então, a ideia é entre a modernização e a transparência, é evitar até que... Até porque a procuração às vezes você não consegue pegar e a entidade pode até querer votar naquele parceiro seu. Tem os dois lados bons nisso tudo. Então, o módulo que se prevê é cadastrar é o primeiro passo, então, você tem o cadastramento, só pode votar as cadastradas que forem aprovadas dentro dessa linha da FONASC colocada, claro, que é de uma comissão que vai aprovar e é uma linha interessante, dá mais transparência ainda de que uma comissão de plenário olhe para dizer que tem capacidade... Perdão, quem está atendendo todos os trâmites e todos os preceitos para se cadastrar e ela é uma entidade cadastrada. A partir dela cadastrada, ela está apta, ela mesma, a ser candidata ou apoiar numa negociação alguém para representar. Então, esse procedimento é um módulo cada vez mais usado,

1806 muito simples, você recebe uma senha eletrônica pelo correio, gerada no
1807 sistema e pode até alterá-la ou não, mas você vai ter. E no dia a votação, você
1808 pode fazer isso simplesmente eletronicamente. E no site que nós estamos
1809 trabalhando já, e já está contratado o novo site do Conselho, nós tivemos até
1810 uma reunião agora na Secretaria Executiva com a pessoa que está montando o
1811 novo site, que vai criar chat de discussão e outras coisas, já está previsto um
1812 módulo de votação eletrônica. Bom, a ideia realmente dessa preocupação é
1813 cada vez evitar mais e as pessoas terem o voto direto e não na procuração. Só
1814 como esclarecimento desse procedimento. Não estou contrapondo, nem
1815 tirando o mérito disso, só estou explicando do processo. Não, perfeito, claro.

1816
1817
1818 **O SR. LEONARDO SAMPAIO COSTA (CERH/MS)** – Acho que esse é o
1819 grande problema: o que foi explicado não está aqui dentro. Então, a gente fica
1820 ainda com essa dúvida que ainda sendo colocada.

1821
1822
1823 **O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA)** – Que é onde está
1824 prejudicada a sua proposta de ficar claro do número, que isso também não
1825 atrapalharia em nada, foi só mais uma explicação.

1826
1827
1828 **A SR^a. TERESA CRISTINA ESMERALDO DE OLIVEIRA (CERH/DF)** – Teresa
1829 Cristina, Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Distrito Federal. No Art.
1830 3º, uma sugestão que os Conselhos Estaduais escolherão seus representantes
1831 mediante a representação de seus membros. Só essa mudança, em vez de
1832 dirigentes para membros. E uma complementação, além do § 1º e um outro
1833 Parágrafo, além do primeiro e segundo, quando o primeiro fala: “os suplentes
1834 do estaduais deverão obrigatoriamente ser de Estado diverso do Estado do
1835 titular”, atualmente isso já acontece? E há um revezamento, mas ainda é uma
1836 questão que não está regulamentado isso. Isso não é formalizado. Então, é
1837 para uma ideia de formalizar isso, colocar um outro Artigo esclarecendo isso.
1838 Haverá revezamento entre os representantes titulares e suplentes dos
1839 Conselhos estaduais durante esse período de três anos que é o que está
1840 previsto para o mandato do Conselheiro. É uma sugestão.

1841
1842
1843 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO**
1844 **CNRH)** – Mais alguém que queira discutir? Conselheiro Willy.

1845
1846
1847 **O SR. WILLY ORTIZ DE OLIVEIRA (CECNA)** – Dos 4 elementos o que
1848 Conselheiro João colocou aqui, alguns já foram muito bem contemplados, mas
1849 eu gostaria de ouvir o que pensam os colegas sobre o fato de os Comitês de
1850 Bacia constarem como Sociedade Civil. Aproveito para dizer que achamos que
1851 os comitês são numericamente mal representados no Conselho, mas eu puxo a
1852 discussão sobre o enquadramento dos comitês em Sociedade Civil, que nós
1853 não concordamos. Gostaríamos de ouvir a opinião dos colegas, presidente.

O SR CARLOS EDUARDO NASCIMENTO ALENCASTRE (COMITÊS) –

Carlos, representando aqui os comitês, como Conselheiro suplente. Eu entendo que não foi criado no regramento do Conselho um espaço para comitês. Então, ele foi colocado realmente nesse espaço de entidades civis. Agora, o que precisa esclarecer é o seguinte, o comitê, ele não é nem Estado, nem Governo, e nem Sociedade Civil. Ele está no meio. Bom, ele está previsto no decreto, a participação no comitê, mas ele não é nenhuma coisa e nem outra. Ele é um organismo de uma entidade de Estado, não do Estado, é de Estado e não do Estado. Então, a diferença enorme nessa palavra “do” para “de”. Então, ele não pode nem estar na parte do Governo e nem estar na parte de baixo que se cria, então, o espaço de comitês. E a representação aí depende da reformulação do decreto que regulamenta o CNRH, não depende dos comitês. A questão de estudar, levar a Presidência da República, ao Ministro que regulamente de uma forma uma participação maior dos comitês no Conselho no Conselho nacional, entendo que é dessa forma. Obrigado.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS) –

Não vamos entrar numa polêmica que vai ser talvez infrutífera, porque temos coisa que tem que ter um decreto e tal. Mas, caberia ao Conselho já sinalizar um problema que nós estamos botando uma espécie de tapete em cima e, na verdade, isso está desvirtuando o conceito representatividade, de representação e, sobretudo, prejudicando a essência do processo político do Conselho. Todos os entes que participam, que são de Estado, tipo ANA ou órgão público ou principalmente de Estado e do Estado, sabe? Todo aquele ente jurídico, seja ele através de um decreto, como é o caso dos comitês ou o CNPJ, participando uma política pública, no meu modo de entender, ele é um ente que está no âmbito do Estado e, portanto, o poder de decisão dessa política pública, ele é um ente de Estado e do Estado também. Então, é uma polêmica desnecessária. Eu penso que do nosso ponto de vista, a gente poderia sanar esse problema tirando os comitês de bacias sem prejuízo do conceito de que a gente entende que os comitês de bacia têm que estar aqui no Conselho, não tem essa de no comitê não participar. Só que talvez também como os Conselhos estaduais, era interessante que os comitês que tivessem aqui, tivessem uma dinâmica própria para indicar quem está aqui representando o comitê. Agora, não dá é para gente ficar fazendo esse falseamento de um ente de uma política pública atuando como ente de Estado, muitas vezes nunca vota com a Sociedade Civil, vota sempre com o Estado e cria esse desvirtuamento. Nós vamos votar para que esse assunto seja começado a tratar de maneira séria no ilustre mandato do nosso secretário, já, pelo menos isso, passar por esse secretariado desse Conselho, pelo menos esse seria um dos assuntos nevrálgicos que o senhor teria independência e competência legal para começar a dar uma arrumada. E nós vamos propor que tire isso daí de Sociedade Civil e nós colocarmos isso em outro ou então cria um mecanismo... Enfim, uma moção ao lugar de direito para que altere o decreto. Ela não dá para ficar trabalhando na ilegalidade. Eu só pediria a compreensão dos companheiros do comitê e do senhor para entrar para a grande história do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Obrigado, Conselheiro. Conselheiro Júlio Thadeu.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Talvez seja uma questão de ordem, mas o assunto, é um assunto interessante para ser discutido, mas não tem... Não está... Então, o assunto é um assunto, enfim, importante que tem que ser discutido, mas isso já está previsto nessa discussão dentro da CTIL quando nós formos discutir a composição do Conselho. Ou seja, esse decreto, então, essa discussão, eu acho que tem que se dar no momento certo. Agora, nós estamos discutindo a criação do cadastro. E a criação do cadastro, se isso for modificado, automaticamente altera a resolução, alterou, são coisas separadas. Então, eu acho que é uma questão de ordem que nós voltemos para discussão do cadastro com as sugestões que foram feitas, enfim, com relação à resolução do cadastro e essa questão se o comitê deva ou não deva entrar fique para discussão superior quando a composição da mudança do decreto que já está previsto entrar na pauta da CTIL, inclusive, foi um dos resultados ou do produto desse trabalho que está sendo feito pelo legado que têm uma sugestão.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – CTIL já, inclusive, vai trabalhar em cima dessa sugestão, João Clímaco, para que se proponha uma proposta de decreto para o Senhor Presidente da República. Conselheira Theresa.

A SR^a. THERESA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO (SOCIEDADE CIVIL) – Na verdade, endossando esse tema abordado pelo João Clímaco, em especial, os comitês de bacias hidrográficas. Segundo ponto, eu não entendi a colocação do Conselheiro Sérgio. À medida que no documento não faz nenhuma referência ao processo eleitoral por via eletrônica e quando isso foi em assembleia. Eu, pelo menos, não consegui captar nesse teor desse texto aonde tem essa possibilidade ou essas informações que o senhor trouxe. Agora, isso não está claro, pelo menos para minha pessoa, isso não se encontra claro nesse texto. Segundo ponto é realmente essa questão das eleições da representação do Conselho Estadual, e isso é de suma importância lá no Estado do Maranhão. Nós padecemos dessa situação, apesar de termos a moção aprovada que Conselho deveria fazer essa indicação, mas não há um ambiente político favorável a esse entendimento e isso nunca se dá. E o que a gente vê são as informações que o João Clímaco aborda e que eu não vou ser redundante. O terceiro ponto que eu gostaria de colocar são das procurações. Aqui fala da procuração. Eu, assim, entendo que a procuração é um instrumento legal e acho que não cabe a ninguém questionar se um jovem qualquer ou cidadão tem 20, 30, 40 procurações. Isso no meu entendimento representa prestígio, representa a seriedade, porque ninguém dá uma procuração para quem não tenha a responsabilidade, não tenha a seriedade. Então, eu mesmo tenho um histórico que eu venho para as eleições aonde eu participo, até por uma dificuldade de logística, por exemplo, sou do Estado do

1953 Maranhão e é impossível nós pensarmos em termos 30, 40 entidades
1954 participando do processo eleitoral como tem sido como tem sido nos últimos
1955 anos. Então, eu acho que discutir a questão de procuração eu acho que é um
1956 fator, quantidade de procuração, eu acho que é um fator, assim, totalmente...
1957 Não entendo, gostaria que quem defenda, pudesse apresentar argumentos
1958 bem legais e argumentos que não sejam legal, mas que reforcem e venham me
1959 ajudar a compreender, porque na minha avaliação não vejo nenhum problema.
1960 É um processo eleitoral sim, é voto e vai ganhar a eleição quem tiver mais
1961 articulação, quem tiver mais seriedade, mais competência e mais votos, votos
1962 significa todo esse processo. Então, não vejo essa preocupação em podar, em
1963 cercear alguém que entenda que eu tenha as condições, todas as condições,
1964 para fazer o exercício de sua representação em qualquer lugar que eu esteja
1965 para representá-lo. Muito obrigada.

1966
1967
1968 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO**
1969 **CNRH) –** Mais alguém que queira discutir a matéria? Bom, com a palavra o
1970 presidente da CTIL.

1971
1972
1973 **O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) –** Vou tentar esclarecer
1974 algumas coisas que ocorreram na CTIL. E se não me fiz entender, eu já peço
1975 desculpas. Uma coisa foi tentar dar algumas informações de procedimento que
1976 devem ter se misturado na minha fala com procedimentos da CTIL. Então,
1977 conselheira, realmente, na resolução não tem nada escrito isso, não é mesmo,
1978 não é forma. Então, eu peço desculpas pela talvez a forma de se colocar eu
1979 tenha misturado e dado informações de procedimento e misturado essas
1980 informações de outras coisas que estão andando no sentido de modernização
1981 na Secretaria Executiva do Conselho com os procedimentos que é um dos
1982 também da questão de melhoraria e transparência. Então, não está realmente
1983 nesse processo, não está o novo site, chats, isso são formas instruções dadas
1984 até como recomendações do Conselho e das prioridades da questão da
1985 transparência. Então nós estamos trabalhando paralelamente na melhor
1986 transparência e possibilidade de que com a modernidade, nós possamos ter
1987 um Conselho mais atuante até privilegiando a oportunidade daquelas pessoas
1988 que não têm capacidade de se deslocar para vir para uma reunião de Câmara
1989 Técnica ou de vir para uma plenária. E poder até usarmos um pouco mais da
1990 tecnologia em nosso favor de fazer reuniões futuras até ou vídeo conferência,
1991 chats e etc. Então, isso é uma coisa que é real, que é nossa obrigação do
1992 sistema público de modernizar e isso está acontecendo. Agora, em função da
1993 resolução, então, essa resolução já vem sendo discutida, só para reafirmar,
1994 dentro da CTIL há um bom tempo. Então, isso é uma determinação do
1995 Conselho das prioridades das Câmaras Técnicas, então, isso já está na pauta
1996 da... Já estava, eu assumi a CTIL na última reunião aonde o Júlio Thadeu ficou
1997 na última gestão como presidente, eu assumi agora, mas já era uma pauta
1998 feita, isso não importa. E nós demos andamento da melhor maneira possível
1999 daquela possibilidade, daquele pleno da CTIL, de se tirar o melhor possível que
2000 foi isso. Isso é que nós conseguimos chegar lá na reunião. O Conselheiro João
2001 Clímaco coloca pertinentemente algumas coisa muito interessantes que esse

plenário aqui, como foi feito na resolução anterior, eu até gostaria que nós fizéssemos a mesma forma que foi feito da CTCOB, pudéssemos já acrescentar aquelas propostas aqui como criação desse Colegiado que vai avaliar, porque seria colocar essas proposta que até o momento a resolução ainda está em discussão para aprovação e para que ela não perca essa oportunidade de melhoria, eu acredito as proposta do Conselheiro João Clímaco, nós poderíamos já acrescentar já no texto, naquele Artigos específicos para que se possa ser analisada nesse pleno. Então, se for possível, a não ser que tenha outro tipo de encaminhamento, que por enquanto não teve, não teve nenhum outro tipo de encaminhamento. Teve encaminhamento de melhoria, com todas as limitações que isso ainda tem, mas de melhoria da resolução, salvo o melhor juízo é isso. A questão do decreto, nós temos que mudar isso, está na pauta da CTIL. Aí, nós vamos ter que ver na CTIL qual é a estratégia melhor. Dentro da CTIL, nós podemos trabalhar na mudança do decreto como um todo, aí, vai desde a composição, o número de componentes e até essa modificação de quem fica melhor em qual lugar ou não e fazer uma resolução trazermos para esse pleno uma... Não é nenhuma resolução, mas seria um encaminhamento, seria uma moção encaminhando, aí, o presidente do Conselho sendo aprovado, o Ministro do Estado, que apresenta o Conselho, encaminharia à Presidência da República o pedido de um novo decreto de recomposição. Agora, também podemos ver, que aí é uma questão de discussão lá, se nós vamos fazer algumas alterações mais simples que já resolvam alguns problemas imediatos e podemos fazer como é um decreto, o decreto você pode fazer ele fatiado e resolvendo algumas coisas como essa que pode ser uma proposta ou uma proposta de resolução de encaminhamento de uma revisão do todo do decreto. Aí, é uma questão de negociação dentro da CTIL para ver o que é melhor e o que esse plenário acha melhor. Se trabalharmos aos pedaços ou trabalharmos como um todo, mas isso... Então, voltando. Nós temos uma resolução, uma proposta que é da CTIL, que é esta. Com a fala do Conselheiro João Clímaco, ele tem a propostas de melhoria a Artigos que poderiam ser já colocadas. Então, até esse momento, nós não tivemos nenhum outro tipo de encaminhamento, então, eu pediria que o João Clímaco pudesse colocar as suas propostas de encaminhamento dentro da resolução, porque por enquanto é o que temos até o momento, proposta de melhoria.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Tem do Leonardo também. A proposta de Conselheiro Leonardo.

O SR. LEONARDO SAMPAIO COSTA (CERH/MS) – Só para confirmar. Eu fiz uma proposta sim, mas das procurações. Eu entendo que procuração não tenha nenhum problema jurídico ou legal em ter a procuração, mas tem sim problemas de transparência desse processo. Mas entendendo que o Conselho já está trabalhando para modernização do seu processo de eleição, eu retiro a minha proposta de colocar o item para procurações.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Peço desculpas ao Conselheiro Leonardo e também a Conselheira Theresa Cristina que fez uma proposta que ela está escrevendo já. Então, já está escrevendo a proposta dela, a retirada do Leonardo e peço, por favor, ao João Clímaco que possa colocar também as suas propostas dentro da resolução.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Enquanto isso, tem outro Conselheiro que pediu a palavra. O senhor quer fazer o uso da palavra? Pois não.

O SR. PAULO ROBINSON DA SILVA SAMUEL (CCAIBH) – Obrigado. Bom, nós fomos, como o comitê de bacia, fomos citados e gostaria de fazer alguns esclarecimentos. Paulo Samuel, comitê GRAVATAI, segmento comitê de bacia. Bom, nós como comitê de bacias, nós participamos de todo o processo, somos hoje no Brasil em torno de 220. Então. Esse processo, ele é aberto, comitês se inscrevem, como está aqui na minuta de resolução, nós temos que provar os comitês, tem que provar que eles existem, tem que encaminhar as atas dos últimos 12 meses, então, todo um processo de disputa também. Eu gostaria de explicar essa e foi colocado aqui pelo Conselheiro Clímaco. Então, nós tivemos na nossa última plenária em torno de 40 comitês e nós estamos aqui representando, fomos eleitos na última reunião e estamos aqui representando os últimos os 212, 220 comitês de bacias. Nós temos um processo de todas as reuniões, secretário, que nós participamos seja do Conselho ou seja das Câmaras Técnicas, todo representante nosso tem 10 dias para entregar a síntese das reuniões, a nossa síntese, ela é publicada no site do REBOB, onde tem bem na frente o espaço dos comitês de bacias, lá estão todas as nossas reuniões, todas as nossas sínteses de reuniões e nossos posicionamentos. Clímaco, Conselheiro, nós não votamos somente com o Governo, nós votamos aqui, quando nós discutimos as nossas posições e nós trazemos essas posições para cá. Não é a posição do Paulo, não é a posição do Carlos, não é a posição do Paulatino, que é o nosso suplente, nós temos uma discussão e discutimos os temas polêmicos e trazemos para essas plenárias. Então, eu gostaria de deixar esse relato e ficar e fico bem tranquilo com as nossas posições, com os nossos votos aqui dentro dessa plenária, que não é um voto do Paulo, do Carlos ou Paulatino, é um voto do segmento. E dentro desse segmento, tem usuários e dos diferentes setores, tem governos e também tem as organizações civis ao qual eu pertenço, eu represento lá no meu comitê ABES - a associação brasileira de engenharia sanitária e muitas vezes, voto contra a ABES, por quê? O plenário decide o voto e eu tenho que, como representante de um segmento, votar muitas vezes contrário ao meu de origem. Era isso que queria deixar bem claro.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Obrigado, Conselheiro. Mais algum Conselheiro queira fazer o uso da palavra para discutir? Não? Então, podemos colocar em votação? Só o texto-base e depois os destaques pode ser?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.).

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Não é esse o nosso desejo. Está acatada a tua sugestão...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.).

O SR. O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Conselheira Theresa da FONASC, lembrando que a questão das procurações foi já retirada do texto.

A SR^a. THERESA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO (SOCIEDADE CIVIL) – Não, o que eu estava colocando aqui era da necessidade de todos que falam a frente é que usem o microfone, senão fica realmente inviável a gente está aqui, se não está ouvindo.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Bom, gostaria de fazer uma consulta ao plenário. Enquanto termina de fazer a redação para proposta ali pelo Clímaco, poderíamos sair para almoço e retornar às 14h, para continuar a discussão? Podemos? Há um consenso do plenário? Então, Ok. Retornamos, então, pontualmente às 14h para continuação da discussão. Obrigado.

(Intervalo para o almoço).

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Bom, boa tarde a todos! Declaro aí reabertos os trabalhos. Vamos dar continuidade à nossa..., a nossa pauta. Já houve aí, então, um acordo com relação à redação dos destaques. Eu sugiro colocar em votação o texto-base. Ok? E em seguida nós votamos os destaques. Podemos assim proceder? Então, em votação o texto-base. Aqueles Conselheiros que aprovam, por gentileza, levantem o crachá. Texto-base. Aqueles Conselheiros que rejeitam, por gentileza, se manifestem. Nenhum voto contrário. Alguma abstenção? Duas abstenções. Então, está aprovado o texto-base. Em votação os destaques. Por gentileza, Presidente da CTIL.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Conselheiros e Conselheiras, nós vamos dar... Como o texto-base foi aprovado. Então, agora nós vamos ler só textos que tenham algum tipo de destaque, ou troca de palavra, ou melhoria de texto. Então, no art. 1º no § 2º, os representantes dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos serão escolhidos em reuniões

mediante articulação entre si de seus Conselheiros, aí tirou a palavra 'dirigentes' e os dos usuários e das organizações civis de recursos hídricos, indicados em assembleias setoriais promovidas pela Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, exclusivamente com essa finalidade. Então, aí nesse parágrafo temos a troca da palavra dirigentes por Conselheiros.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)*. Votação e destaque. Aqueles Conselheiros que aprovam, por gentileza, levantem o crachá. Ok. Aqueles Conselheiros contrários à proposta se manifestem. Nenhum voto contrário. Alguma abstenção? Duas? A senhora está se abstendo? Não? Há duas abstenções. Ok. Então, está aprovado o destaque. Por gentileza, CTIL continue. Duas abstenções.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Vamos lá. Art. 3º. Vamos lá. Os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos escolherão os seus representantes, mediante articulação de seus Conselheiros, dentro do prazo estabelecido pela Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Passo a palavra para a Raquel, por favor.

A SRª RACHEL LANDGRAF (DRH/MMA) – Só uma correção. O que o João pediu na parte da manhã e a Tereza ajustou agora no texto, Tereza, é o que está agora, realmente § 3º, onde fala: os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos escolherão os seus representantes, mediante articulação de seus Conselheiros. Tudo bem, isso lá no colegiado do Estado. Em cima não dá para trocar dirigentes por Conselheiros, porque a intenção do de cima, do texto de cima... Sobe um pouquinho Antônio. É, mas é porque nós não prestamos atenção no texto. Olha só, os representantes dos Conselhos Estaduais serão escolhidos em reuniões aqui em Brasília, aquelas que são as assembleias setoriais e quem vem pelos Conselhos é o dirigente do Conselho. É o Presidente. Então, nesse caso não dá para trocar dirigente por Conselheiro. Nós não prestamos atenção nisso na hora, mas em cima tem que permanecer dirigente, porque quem vem é o Presidente do Conselho representar o Conselho aqui nas assembleias e embaixo dá para trocar, porque aí é reunião deles lá no Estado. Entenderam?

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Precisamos refazer a votação do primeiro destaque?

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Presidente, tem que olhar para ver se vamos ter que refazer ou não, porque pode acontecer como acontece aqui, o Ministro, que é o presidente do Conselho, não é Conselheiro.

Só que o Secretário-Executivo não é o Conselheiro do Ministério. Então, pode acontecer de ser o dirigente, mas não ser o Conselheiro.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – E aí, vamos manifestar, plenária, a respeito? Júlio Thadeu, em seguida a senhora.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Eu acho que o Conselho, o representante do Conselho é escolhido para participar da assembleia. Talvez, então, para simplificar isso do presidente, essas coisas, poderia colocar: os representantes do Conselho Estadual serão escolhidos em reuniões, mediante articulação entre eles. Pronto. Entre os representantes, sejam eles quais forem, escolhidos pelo próprio Conselho Estadual. Entendeu? Seja ele dirigente, seja ele quem quer que seja e deixa, porque eu acho que o Conselho Estadual não precisa, não precisa necessariamente ser representado por um dirigente. Ele pode ser representado por um Conselheiro. Então, nem ser dirigente, nem Conselheiro, mediante articulação entre os representantes.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Senhora Conselheira.

A SR^a. ELIANE PINTO BARBOSA (Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro) – Eliane Barbosa do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro. Eu acho que o problema só era nós invertermos, na verdade os artigos, porque nós primeiro elegemos e escolhemos dentro do Conselho e quando vier para a reunião do CNRH é que nós vamos fazer a seleção ou a escolha final. Então, eu acho que se nós fizéssemos essa seleção nos Estados dentro dos Conselhos Estaduais, escolheria quem é o representante daquele Conselho, em assembleia ou em Reunião Ordinária, na assembleia. Depois você vem para Brasília, e aí sim, no Conselho Nacional você, junto com seus pares, você faz a escolha de quem vai representar ou não. Se no caso nosso como é hoje, eu represento o Conselho, o meu suplente é São Paulo. Aí nós acordamos que na outra vez nós invertemos essa representação. Mas, primeiro tem que escolher dentro do Estado quem é que vem, porque nem sempre, como disseram aqui, você tem como dirigente um membro, um Conselheiro, ainda mais no Estado do Rio de Janeiro que é eleito. Não é?

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Mais alguém gostaria de discutir?

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Tem uma proposta que caberia mediante articulação entre si. Vírgula. Ai cairia esse pedaço entre

essa dúvida de..., dúvida não, esse conflito de dirigente e Conselheiro. O que acham? Secretário, então, o que está agora... Bom, o Plenário acata voltar essa votação?

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Sim. Eu gostaria de consultar o Plenário. Podemos retornar, então, para esse primeiro destaque, para fazer dessa forma consensuada como foi construída agora? Pode ser? O Plenário se manifesta favoravelmente? Sim. Então, ok.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Então, ok. Então, vamos agora passar realmente ao art. 3º. Então, voltando ao art. 3º, então, para retomar e não ter dúvida. Então, art. 3º. Os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos escolherão seus representantes, mediante articulação de seus Conselheiros, dentro do prazo estabelecido pela Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Ok? Então, em votação. Senhores Conselheiros que aprovam, por gentileza, levantem o crachá? Ok. Senhores Conselheiros que rejeitam a proposta? Nenhum voto. Alguma abstenção? Uma abstenção. Ok, podemos passar ao próximo item. Aprovado o destaque.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – É o seguinte, o mesmo art. 3º § 2º, é um parágrafo novo. Correto? Está todo em vermelho, haverá revezamento entre os Esta..., entre o Estado titular e o Estado suplente no mandato de 3 anos, sendo 18 meses para cada. A justificativa da Conselheira foi que isso já ocorre em acordo, já ocorre na ata da própria escolha, mas que isso poderia já ficar já representado, para não ter dúvida dentro dessa Resolução.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Podemos colocar em votação? Aqueles Conselheiros que aprovam, por gentileza levantem o crachá? Os Conselheiros que rejeitam a proposta? 2 votos contrários. Abstenções? 3 abstenções. Então, está aprovado o destaque.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Seguindo ainda no art. 3º § 3º, é um parágrafo novo que também é nessa questão dos Estados do mandato. No caso da vaga que contenha um Estado titular e 2 suplentes, haverá revezamento entre o titular e os suplentes no mandato de 3 anos, sendo 12 meses para cada. Só lembrando, como temos 27 unidades da Federação não temo número impar. Então, tem uma das vagas que são 3, não

2 como no artigo... No parágrafo anterior. O que está é regulamentando que para esse aqui tem 3 Estados juntos. É um ano para cada um.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Ok. Em votação. Os senhores Conselheiros que aprovam, por gentileza levantem o crachá? Ok. Os senhores Conselheiros que rejeitam a proposta? Um voto contrário. Alguma abstenção? Duas abstenções... 3 abstenções. Ok. Está aprovado o destaque.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Continuando no art. 3º § 4º. A representação do Conselho Estadual deverá ser homologada, bem como a sua agenda de atividades no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, pela Plenária do Conselho Estadual. Por favor, quem propôs... O Conselheiro que propôs poderia fazer uma defesa para entendimento desse texto? Por favor, lê de novo. A representação do Conselho Estadual deverá ser homologada, bem como a sua agenda de atividades no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, pela Plenária do Conselho Estadual. É o texto que foi dado pelo Conselheiro João Clímaco.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – É. Está meio dúbio.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – A Fonasc fez essa proposta pelo Conselheiro João Clímaco. Eu gostaria que a Fonasc pudesse...

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Não tem ninguém da Fonasc aí, não é? Nem o João Clímaco, nem Thereza Cristina? Nem Willy? Vou colocar em votação. Já que a Fonasc não está aqui. Conselheira Jussara quer falar?

A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH) – Eu acho um pouco complicado, porque você tem uma agenda de Conselho Nacional e aí você não tem tempo de fazer a Plenária no Estado em função da agenda do Estado ser diferenciada, pode ocorrer que gere conflito com isso aí. Eu acho que... Não sei se é interessante não. Eu acho que é bom refletir sobre isso.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Conselheiro Júlio Thadeu.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Eu concordo com a Jussara. Eu sugiro, porque eu acho que ele tem uma preocupação, não sei, eu

não quero falar em nome, mas com conversa... Preocupação que o Conselho participe na escolha do representante. O Conselho Estadual. Então, a minha sugestão era, a representação do Conselho Estadual deverá ser homologada, tira isso, bem como a sua agenda de atividade, pela Plenária do respectivo Conselho.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!!).

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Existem Conselhos Estaduais, isso acontece no Mato Grosso do Sul, mas eu acho que acontece na maioria dos Estados também, que no seu Regimento Interno fala que quem representa o Conselho Estadual é o Presidente, ou o Secretário-Executivo, ou quem ele indicar. Então, nós estávamos querendo fazer uma ingerência em cima do Conselho Estadual que eu acho que não vale a pena. A verdade é essa. Não só na sua agenda, que para mim eu acho que é inviável. Não é nem que não vale a pena. É inviável, mas também já está falando em cima, que tem que ser Conselheiro. Tem que ser conselheiro já está lá colocado.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Conselheiro Noquelli que tinha pedido a palavra.

O SR. LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI (Mato Grosso) – Na mesma linha do Léo. Noquelli, Mato Grosso, não Mato Grosso do Sul, Conselheiro titular. Realmente, esse item 4 nós estávamos olhando aqui, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, é a mesma coisa. Quem tem o mando é o Presidente do Conselho e ele que indica. Mas lá já não está falando no caput que serão escolhidos representantes mediante articulação dos seus Conselheiros? Então, esse § 4º tem que ser descartado.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Alguém mais queira discutir? Então, vamos colocar em votação.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Presidente, olha, com a proposta do Júlio eu pedi para criar uma nova proposta, porque tem uma proposta nova. Porque não dá para mexer em cima da proposta de um Conselheiro, de uma instituição que está aqui.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Que está ausente. Perfeito.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Que está ausente. Que nós não temos... Criou-se, então, uma proposta nova.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH). Essa que eu estou querendo colocar em votação. Em votação essa nova proposta feita pelo Conselheiro Júlio Thadeu.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Eu vou ler, por favor. Então, ficou, a representação do Conselho Estadual deverá ser homologada pela Plenária do respectivo Conselho.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Ok? Tem proposta de Conselheiro... Conselheira, pois não, com a palavra.

A SR^a. TERESA CRISTINA ESMERALDO DE OLIVEIRA (CERH/DF) – Tereza Cristina, Conselho Estadual do DF. Parablenizo os Conselhos que já isso previsto em Regimento Interno, mas não é o caso, por exemplo, do DF e não sei se outros, mas é interessante que além... Por isso o meu reforço de esclarecer, e ali, tirar dirigentes para Conselheiros para ser, não entre só a direção, mas entre todos os Conselheiros, e isso está lá no caput, mas esse artigo agora, com esse auxílio do Júlio, ficou bem interessante, quer dizer, homologado, porque mesmo que seja só o presidente que decida porque está no seu Regimento Interno, mas pelo menos o Conselho, o pleno, toma pelo menos conhecimento e homologa. Porque para não haver, por exemplo, a experiência que tenho percebido, nos anos que eu participei mais, inclusive de Câmara Técnica aqui no Conselho, é de ter representações capacitadas, bem fundamentadas, que contribui, mas nos seus Estados não levam resultado. Isso não reflete o que está acontecendo no Estado. Não tem uma relação com o que está acontecendo no sistema, no Estado. E é importante haver essa maior relação entre o sistema federal, e os sistemas estaduais, e a responsabilização de todo o Conselho nas suas representações. Isso não só em uma pessoa, porque por enquanto, pelo menos o que eu tenho conhecimento, há muitas pessoas se esforçando, se dedicando e não... Mesmo a sua instituição ou o seu Estado. E eu acho que isso vem a contribuir para que haja esse maior envolvimento. Sem prejuízo das competências de cada Conselho.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Ok. Aguarda só um minutinho, porque o Conselheiro da Fonasc chegou, está sendo consultado ali, pela nossa equipe técnica.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Lembrando, nós temos, então, para o § 4º duas propostas, a original da Fonasc, uma outra proposta feita em seguida pelo Conselheiro Júlio. São as duas propostas que estão hoje aí. Ou assim, o que existe. O nada também existe.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Ok. Então, vamos colocar em votação a proposta da Fonasc. Ok? Aqueles Conselheiros que aprovam a proposta da Fonasc, por gentileza levantem o crachá? Nenhum voto favorável. Contrário? Alguma abstenção? Cinco, 6 abstenções. Está está rejeitada a proposta da Fonasc. Em votação o próximo item, que é a sugestão do Conselheiro Júlio Thadeu. Aqueles Conselheiros que aprovam, por gentileza levantem o crachá? Contrário? Alguma abstenção? 3, 6, 7 abstenções. Está rejeitada também, a proposta do Conselheiro Júlio.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Perfeito. Com isso reenumerando. Agora vamos para o art. 4º. Então, a próxima emenda que tem de destaque é no art. 15. Eu vou ler o artigo, embora não tenha nada, só para contextualizar. Para os fins de representação no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, são reconhecidas como organizações civis de recursos hídricos, entidades sem fins lucrativos, em cujos objetivos sociais previstos em seus estatutos conste ao menos uma das seguintes atividades e atribuições. Aí vem no Inciso I. Defesa, preservação, e conservação de recursos hídricos, e meio ambiente. Então, juntada tem o 'e'. O 'e' é acréscimo. Então, além de recursos hídricos também tem que ter meio ambiente. Lembrando que nós estamos acrescentando que não basta ser só recursos hídricos. Tem que ter 'e meio ambiente', também.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Em votação...

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Nós temos o original. Nós temos o original que pararia... É bom... Ficar mais claro, por favor, Antônio, copia ele inteirinho, mantém o original, que é até o preto, cópia ele todo, porque nós vamos ter o original contra esse que acrescenta.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Ok. O Conselheiro Júlio Thadeu pediu a palavra.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Esse acrescentar e meio ambiente, não que, é óbvio que... É óbvio que é a intenção, mas nós não podemos também aqui... Quais são as nossa atribuições? Mexer, trabalhar com recursos hídricos. Na hora que nós estamos acrescentando 'e meio

ambiente', muitas das entidades que trabalham hoje com recursos hídricos somente, não vão poder participar, porque elas não trabalham com meio ambiente. Seja o meio ambiente preservar animal, preservar coisa. Então, ela precisa não só trabalhar com a gestão de recursos hídricos, mas também com meio ambiente. Então, eu sugiro que permaneça a redação original.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Conselheiro João Clímaco.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS) – Eu acho que uma medida alternativa para atender esse falso problema, é um falso problema, seria 'e/ou'. Por quê? Porque durante 15 anos a norma permitiu que as entidades, inclusive que deram história sua para construir a Política de Recursos Hídricos, no primeiro momento eram entidades de meio ambiente e que com o processo evolutivo da história, a questão da água, meio ambiente se tornou uma coisa muito horizontal. Hoje todas as instituições, muitas atuam na questão ambiental. E também recursos hídricos está virando uma questão muito horizontal, porque a questão da água está sendo pauta até de sindicato, não é? Sindicato de trabalhador, sindicato patronal. Então, eu acho uma injustiça na hora que está um assunto sendo absorvido pela sociedade, de uma maneira até positiva, aí você exclui as entidades ambientalistas que foram, historicamente deram um apoio imenso a Política de Recursos Hídricos. Construíram a Política de Recursos Hídricos. Não foi entidade de recurso hídrico. Essa história de entidade de recursos hídricos para poder consolidar a política de águas, foi no primeiro momento convocado, quem mais me sensibilizou foram as entidades ambientalistas. Depois a questão foi ficando mais horizontal e vários segmentos. Eu acho que fora disso aí nós estamos reforçando um problema que só faz prejudicar a Política de Recursos Hídricos, que é o corporativismo, tanto o ambientalista, o corporativismo de recurso hídrico, que existe uma tendência ideológica dentro da Política de Recursos Hídricos que quer nos transformar em uma igreja e nós somos política pública. Então, quanto mais nós... Não que eu tenha nada contra Igreja, mas a igreja tem uma coisa fechada, assim, é uma coisa meio, cada um tem o seu código. Na verdade nós estamos trabalhando com questões públicas, com coisa de interesse público. Meio ambiente é discutir recursos ambientais que não tem jeito de você discutir recursos ambientais se não interagir com água. Não tem jeito, se você discutir meio ambiente, recursos ambientais se não interagir com água. Então, eu acho um falso problema e inventaram isso aí exatamente para impedir que entidades ambientalistas que costumam ajudar a Política de Recursos Hídricos, fique fora.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Obrigado Conselheiro. Conselheira Jussara está inscrita.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH) – Bem, eu discordo um pouco do João. Eu entendo o seguinte, eu acho que o Conselho é de Recursos Hídricos, a entidade que vai discutir tem experiência em recursos hídricos, que tenha isso como atividade principal, não é? Quer dizer, a parte ambiental ela não está descolada. Quando nós trabalhamos com recursos hídricos nós sempre entra. Só que nós temos uma outra política, temos um outro Conselho, etc., para discutir as demais questões ambientais. Então, eu acho assim, olha, o Conselho é de recursos hídricos, eu acho que entidade que vem para cá ela tem que ser uma entidade que seja atuante na área de recursos hídricos, que discuta recursos hídricos, que promova ações e recursos hídricos, que trabalhe com a Política de Recursos Hídricos, para que nós tenhamos uma representação muito qualificada nessa área. Não que a entidade ambientalista e eu sou instituidora de uma entidade ambientalista, em uma fundação, não que esse tipo de instituição ela não possa também ter boa qualificação para estar lá. Mas eu acho que no Conselho tem que ser aquela instituição que seja como foco principal recurso hídrico. É a minha ideia.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Conselheiro Júlio, em seguida Conselheiro Jefferson. Não. Declinou? Conselheiro Jefferson.

O SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (UNESP) – Boa tarde a todos! Jefferson Nascimento OTEP. Uma questão que eu levanto aí, primeiro é no... Antes de chegar no artigo, nas divisões, você tem, representações. Por favor. Passou. Lá embaixo. Mais um pouco. Mais. Não. Não. Essa daqui. Está vendo aí? Como organizações civis de recursos hídricos. Se você coloca essa questão como está sendo aventado aí sobre meio ambiente, eu posso ter saúde e sustentabilidade. Eu tenho cursos de Mestrado e Doutorado nesse País de saúde e sustentabilidade. Sustentabilidade ambiental. Que não perpassam recursos hídricos. Certo? Então, nós vamos colocar um ‘e’ aí, quer dizer, eu tenho que fazer as duas coisas, me preocupar com recurso hídrico e me preocupar com meio ambiente. Foi colocado pela Conselheira Jussara a questão que também nós temos um outro Conselho aqui, que é o de meio ambiente. Então, eu não acredito que seja válido, realmente colocar esse ‘e’ nem o ‘ou’. Devemos manter essa situação, nós cuidamos de recurso hídrico, já é uma coisa que engloba muitas situações, não é? Permita-me o Conselheiro Clímaco. Saiu. Então... Está ali, firme e forte. Voltou com a mochila. Então, é o seguinte, permita-me o Conselheiro Clímaco discordar um pouco. Por quê? Porque eu tenho a Associação Brasileira de Recursos Hídricos, Associação Brasileira de Águas Subterrâneas, eu tenho também a Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem. São 3 associações que tem, setor civil, setor da universidade, que mexe exclusivamente com recurso hídrico. O meio ambiente ele passa e perpassa tudo isso, porém não deve ser

colocado aí. Essa é a minha sugestão, tirar, tanto 'e' como 'ou', simplesmente continuarmos na nossa seara que é recurso hídrico. Muito obrigado.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Obrigado. Pois não, Nelson. Wilson.

O SR. WILSON AZEVEDO FILHO (LAZER E TURISMO) – Wilson de Azevedo. Bom, eu não posso deixar de considerar o que está escrito no art. 47 da Lei 9433. Não é? O que está escrito aqui fala, não é? Sim, mas o quê?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. WILSON AZEVEDO FILHO (LAZER E TURISMO) – Não. Na 9433, art. 47 ele fala, o caput fala, são consideradas para efeitos desta Lei, organizações civis de recursos hídricos. Aí fala no item 1: consórcio e associações, associações regionais legais, setoriais de usuários de recursos hídricos, organizações técnicas de ensino e pesquisa, com interesse na área de recursos hídricos, organizações não governamentais com objetivos de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedades. Então, eu acho que... *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).* Relacionado com recursos hídricos, quando na Lei não consta isso. Não é? Então, eu acho o seguinte, é uma decisão nossa aqui, mas na Lei fala apenas o seguinte, outras organizações não governamentais com objetivos de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade. Está certo? Então, eu acho que deveria prevalecer nesse caso, a redação que está na Lei.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Temos mais duas inscrições, João Clímaco, Jussara em seguida.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS) – O bom da política não é nós vencermos ou perdermos. É nós fazermos aquele que está fazendo coisas, pensando de um jeito, talvez mudar de opinião. Eu acho que o artigo da Lei é muito explícito quando ele deu base para que este artigo do processo eleitoral sempre tivesse isso. Agora, a Lei ela não... Ela não é taxativa e absoluta dizendo quando você deve considerar essa ou aquela entidade que não ode ser de caráter difuso. A Lei ela dá exatamente o sentido que eu estou falando. Interesse difuso (...). Dizer que meio ambiente não é parte desses interesses é contrariar esse artigo da Lei. Eu não sei se o Wilson entendeu assim quando veio para cá fazer esse argumento. Eu estou entendendo que está exatamente, que está corroborando o pedido que sempre foi assim no Conselho. Agora nessa... Agora mudo por quê? Porque meio ambiente está virando uma questão muito mais horizontal, e coletiva para a sociedade, e também recursos hídricos. E como nós temos uma

ideologia corporativista muito grande, quer fazer essa separação agora. Por que ficou até agora, 15 anos, tinha meio ambiente e agora não tem? O motivo que não eu estou entendendo isso não é operacional, conceitual, vai ao encontro do meu combate permanente, não só na Política de Recursos Hídricos, mas em todas as Políticas públicas. O corporativismo ele acaba com as políticas públicas. Está aí, olha, meio ambiente está dentro desse artigo que o nosso companheiro Wilson acabou de falar e nós temos um argumento agora, legal, para contestar essa Resolução que está incompleta. Se for para tirar meio ambiente. Até porque, muitas entidades que também entraram conosco trabalham com meio ambiente.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Mais alguém que queira discutir a matéria? Jussara. A Conselheira Jussara está inscrita.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH) – Na verdade, eu estou com uma dúvida. A Lei está colocada lá tranquilo, dessa forma, mas nós não podemos regulamentar? Não é esse o papel das resoluções? Quer dizer, a Lei está genérica e nós estamos tratando de recursos hídricos. Então, eu penso que essa questão é possível, na minha ideia, mas como eu não sou da área jurídica. Então, eu fico com essa dúvida, se isso é problema, porque eu acho que... Regulamentar. Não é? Organizações civis de recursos hídricos. É, pelo caput. Dá para colocar a Resolução ali Antônio? Ali. Ali. Então. Não. Onde é que está? Ali. Não é? Então, ali, a questão de colocar o 'ou' como também foi sugerido, se colocar o 'ou' pior ainda, porque daí pode ser que apareça só de meio ambiente e não tenha nada a ver com recurso hídrico. Então, 'ou' é mais perigoso do que 'e'. Essa é a ressalva que eu faço também, com relação a isso.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Mais alguém quer falar? A CTIL quer se pronunciar?

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Secretário, nós temos duas propostas, a original e a proposta com acréscimo de 'e meio ambiente'.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Sim, mas tem 'e' e 'ou'. Eu entendo que são 3 propostas, ou estou equivocado? Tem 'e' e 'e/ou', além da original. Não foi isso?

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – A fala do Conselheiro Clímaco comentou, mas ele formulou oficialmente essa proposta de colocar o 'ou'? Por favor.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Ok. Então, vamos colocar em votação a proposta original. Aqueles Conselheiros que aprovam, por gentileza levantem o crachá? Ok. Aqueles Conselheiros que rejeitam levantem o crachá. Nenhum voto contrário. Alguma abstenção? Cinco abstenções. Então, está aprovada a proposta. Original. Em estando aprovada a proposta original submetemos ainda a outra. Não é? Não? Acabou? Ok. Não tem mais sentido. Ok. Então, vamos passar para o próximo item.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Continuando a leitura, a próxima solicitação de modificação está no art. 6º, no Inciso I. Não é? Que está aqui. Comitês e consórcios... Comitês, e consórcios, e associações intermunicipais de bacias hidrográficas. A proposta é retirar a palavra comitês. Então, eu vou ler o § 6º. As organizações civis de recursos hídricos escolherão seus representantes indicando cada um dos setores abaixo relacionados. Então, no Inciso I está, comitês, e consórcios, e associações intermunicipais de bacias hidrográficas. A proposta feita pela Fonasc é retirar ‘comitês’. Então, ficaria, consórcios e associações intermunicipais de bacias.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Pois não Conselheiro.

O SR CARLOS EDUARDO NASCIMENTO ALENCASTRE (COMITÊS DE BACIA) – Bem, essa discussão é longa aqui no Conselho. Não é? Já vem de décadas. Agora...

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Conselheiro, por gentileza (...) o nome só para efeito de gravação.

O SR CARLOS EDUARDO NASCIMENTO ALENCASTRE (COMITÊS DE BACIA) – Carlos Alencastre, representando aqui os suplentes dos Comitês. Agora, para retirar os comitês aqui, antes de fazer isso você tem que mudar o Decreto, se não me engano 37300. Se não em engano. Que é de 2003. Não é? Teria que mudar o Decreto, porque senão isso não passa na Consultoria Jurídica. Você está... Você teria que mudar. Aí sim, mudando a Lei e o Decreto colocaria os comitês em outro espaço devidamente adequado, mas senão, não adianta o Conselho deliberar aqui, essa Resolução depois bate no Decreto. Não tem jeito. É essa a posição.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Conselheiro João Clímaco.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS) –

É bom que se esclareça que em nenhum momento nós falamos aqui que nós temos interesse em tirar Comitê de Bacia de ter sua representação no Conselho Nacional. Não é? Eu acho que são duas coisas diferentes. E outra coisa é ficar subalternizando um problema a outro, quando você pode resolver parte do problema e dar condições para dar encaminhamentos para resolverem o restante todo. Eu vejo que realmente é uma celeuma, mas tem que chegar o momento que nós temos que acabar com isso. E o momento que eu estou vendo é agora, porque essa reunião, essa situação vem de 3 em 3 anos, aí a Sociedade civil fica com número reduzido de cada vez mais de oportunidade de participação, os comitês de bacia ficam nesse ambiente assim, de “deslegitimidade” na representação e nós ficamos fazendo, empurrando o problema... Um problema para debaixo do tapete. O Sérgio falou de manhã, o nosso Doutor Sérgio, que existe também uma preocupação já, de alguns encaminhamentos sobre isso, se nós tivéssemos pelo menos uma iniciativa já, derivada dessa discussão, viu secretário? Para que se criasse uma proposta, um GT específico para formular uma moção, não para outras coisas, porque isso aqui de 3 em 3 anos é a mesma coisa, nós terminamos enganando a nós mesmos. Nós formulamos um grupo lá na CTIL para consubstanciar uma proposta de um Decreto para esse assunto. Não adianta fazer como esse negócio de legado aí, que tentou implodir todo o sistema e querer resolver tudo, aí você vai resolver coisa por coisa. E esse é sério, porque se tira a legitimidade das representações. Então, eu penso, viu secretário? Que se a CTIL retomasse esse assunto e fizesse uma proposta para a primeira sessão do ano que vem, de criar um Decreto... Uma alteração nesse Decreto em relação a esse assunto, seria assim, uma forma correta de nós não ficarmos aqui... Pelo menos eu estou aqui não assumindo a ilegalidade. Eu acho que todo deveria fazer a mesma coisa, nós estamos entendendo o problema, e estamos propondo uma solução, e nós faríamos no primeiro... Aprovaríamos uma moção alterando o Decreto para resolver esse problema, porque de 3 em 3 anos vem esse problema. Então, nós ficamos assim... Não é legal fazer isso. É bom que o comitê esteja aqui e não desse jeito, disputando espaço com a Sociedade Civil. É Estado. Eu queria pedir o seu entendimento sobre isso.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Mais alguém que queira discutir a matéria? Júlio Thadeu.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Talvez o Sérgio possa complementar aqui, mas eu estou ainda com o cachimbo da boca torta aqui. Mas como eu mencionei anteriormente, esse assunto, Clímaco, está na pauta da CTIL. Deve entrar... Aí o Sérgio vai... Ou na próxima reunião, ou na reunião da primeira do ano que vem. Está na pauta, reformulação do Decreto da composição do Conselho. Aí entra esse assunto. Já está na pauta da CTIL.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH) – Eu também acho. Eu acho que o Comitê não pode sair porque nós estamos fechando o Decreto, etc., vamos ficar na ilegalidade. Eu acho que não há condições disso aí. Mas eu gostaria de fazer uma proposta, de acrescentar ali no item 3, coletivos da sociedade voltados as questões de recursos hídricos. A temática de recursos hídricos, enfim. É bom. Bom também.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Mais alguém para discutir?

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH) – É, porque lá em cima nós deixamos claro, não é? Eu acho que aqui também valia a pena deixar claro para não deixar dúvidas. Não é? Para garantir coletivos da sociedade voltados aos interesses de recursos hídricos. É uma proposta.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Presidente da CTIL, então, para consolidar aí.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Vou precisar da Jussara para redigir essa proposta... Conselheira, veja... É no 3º Jussara, que acrescentaria? Seria isso?

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH) – É no 3º sim. Não é um novo... é só acrescentar. A minha proposta é acrescentar ‘de interesse na área de recursos hídricos’. Coletivos, parará... Isso. Agora não sei se deu com interesse na área... Isso.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Secretário. Então, nós temos aqui, após os debates, o art. 6º, um acréscimo ainda também mais no Inciso III. Então, vamos ler para não ter dúvida? Então, art. 6º. As organizações civis de recursos hídricos escolherão os seus representantes indicando cada um dos setores abaixo relacionados. Onde tem alteração, no Inciso I. Comitês, consórcio e associações intermunicipais de bacias hidrográficas. Proposta substitutiva a essa, a retirada da palavra comitês. E aí no º tem, um acréscimo, original, organizações não governamentais com objetivos de defesa de interesse difuso e coletivos da sociedade. A outra proposta é, acrescentar depois de sociedade, com interesse na área de recursos hídricos. A OTEP fez essa alteração e no primeiro é a Fonasc.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Então, vamos ter 4 votações para esse item, o texto-base e as 3 propostas. Ok? Então, vamos colocar em votação o texto-base. Original.

Aqueles Conselheiros que aprovam o texto original, por gentileza levante o crachá? Ok. Contrário? Nenhum voto contrário. Alguma abstenção? 3 abstenções. Então, estão prejudicadas as propostas de alteração nesse segmento. Mantida a aprovação do texto original.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – E no 3º agora tem o acréscimo, secretário. No 3º tem um acréscimo...

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Eu acho que ele está prejudicado na medida que foi aprovado o texto original.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Não. Esse é no 3, aqui é o da OTEP e da Conselheira Jussara o acréscimo. Tem o texto original que vai até sociedade, em seguida com interesse na área de recursos hídricos.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Perfeito. É porque eu estou prejudicado, porque ainda não aprendi a ler aqui de costas. Então, fica meio difícil. Mas eu vou aprender. Eu vou aprender a ler de costas, ou, então, inventar um painel que se projete dos 2 lados, iria ser o ideal. Mas, então, em votação a proposta da Conselheira Jussara. Aqueles Conselheiros que aprovam, por gentileza levante o crachá. A proposta apresentada pela Conselheira Jussara que acrescenta... Lê aí para mim, porque de costas não dá.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Organizações não governamentais com objetivos de defesa de interesse difuso e coletivos da sociedade, com interesse na área de recursos hídricos. O acréscimo é: com interesse na área de recursos hídricos. (*Intervenção fora do microfone. Inaudível!*). Atuação. Ficou agora com atuação na área de recursos hídricos.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Ok. Então, em votação. Aqueles Conselheiros que aprovam, por gentileza levante o crachá? Ok. Contrários à proposta? 4, 5 votos contrários. Alguma abstenção? 3 abstenções, 4 abstenções. Está aprovada a proposta. Podemos progredir, Sérgio. 4 abstenções.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – A Conselheira Eliana está observando aqui, Conselheira do Estado do Rio de Janeiro, que agora o § Único, ele perde o objeto. Perfeito, então. Ok. Não teve nenhum problema com isso. Vamos seguir. Foi. Foi aprovado. Então, seguindo, o próximo... Isso. Aí já temos. No art. 9º, os usuários de recursos hídricos e as organizações civis de

recursos hídricos interessados em habilitar-se para participar das respectivas assembleias setoriais, deverão inscrever-se mediante a, apresentação a Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos dos seguintes documentos. Então, nós temos o Inciso II, no original estaria cópia autenticada e a solicitação de mudança para cópia. Então, tudo que estava para ficar no 2, no 3 e no 4, onde estaria escrito cópia autenticada, a solicitação é que tire a palavra 'autenticada' e que fique apenas cópia. Aí nós podemos, se for o caso secretário, de fazer uma única votação. Se for o caso.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Concordo. Então, alguém queira discutir a matéria? A alteração? Pois não, Wilson.

O SR. WILSON AZEVEDO FILHO (LAZER E TURISMO) – Wilson de Azevedo. Eu gostaria de sugerir a inclusão no item 4, que fala, cópia da Ata de eleição da atual diretoria, devidamente registrada no cartório. Não precisa ser autenticada, mas eu acho que tem que estar registrada em cartório. Não é?

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Ok. Perfeito.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Então, como esse tem um pouco mais de acréscimo, não só cópia. Então, se for o caso, secretário, nós poderíamos, esse que é só cópia, o 2 e o 3, trabalharmos só nele e o 4 separado.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Ok. Então, vamos colocar em votação, a supressão da palavra... A Thereza quer usar da palavra. Thereza Cristina, por gentileza. Fonasc.

A SR^a. THERESA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO (SOCIEDADE CIVIL) – Bom. Senhor secretário, questão de ordem. Por todas as argumentações levantadas pelo Conselheiro João Clímaco, que representa o entendimento do nosso segmento, por todas essas alegações, nós estamos pedindo de vistas à matéria.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Conselheiro Jefferson. Conselheiro Jefferson, ainda quer fazer uso da palavra? Não. Não. Agora, Conselheira Tereza Cristina, o Regimento diz que quando já iniciou o processo de votação não cabe mais pedido de vistas. Então, por gentileza, não cabe o pedido de vistas, ok? De acordo com o Regimento. Pois não, a senhora quer falar? Pode usar da palavra nosso.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!). Sim, está concedida a palavra. O microfone está chegando aí à senhora.

A SR^a. THERESA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO (SOCIEDADE CIVIL) – Bom, no momento foi a aprovação do texto-base, não foi isso?

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Então, era o texto-base. Exatamente.

A SR^a. THERESA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO (SOCIEDADE CIVIL) – E depois de ter aprovado o texto-base...

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – A senhora não pode pedir vistas de um item. O texto-base já está aprovado. Então, eu acho incabível o pedido de vistas do todo. Só o que nós estamos tratando agora é dos destaques. Então, vamos colocar em votação a supressão da palavra autenticada nesses 3 itens. Aqueles Conselheiros que estão favoráveis à supressão da palavra autenticada, por gentileza levantem o crachá. Os contrários, por gentileza? 2 votos contrários. Alguma abstenção? 3 abstenções. Então, está aprovada a supressão da palavra autenticada.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – E voltamos agora, secretário, ao 4º, que tem agora um acréscimo pelo Conselheiro Wilson, que cópia da Ata de eleição da atual diretoria e posse com acréscimo, devidamente registrada em cartório.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Então, e votação a proposta do Conselheiro Wilson, lida pelo Presidente da CTIL. Aqueles Conselheiros que aprovam, por gentileza levantem o crachá? Ok. Os contrários, por gentileza se manifestem? Nenhum voto contrário. Alguma abstenção? Duas abstenções. Está aprovada a alteração.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Pois não Conselheiro.

(56min37seg) O SR. NÃO IDENTIFICADO – É o seguinte, os comitês eles não registram ata em cartório, eles publicam no Diário Oficial. Então, se colocar esse tipo de coisa nós vamos ter que registrar essa ata em cartório, que é... Dá um problema. Então, eu acho que é como couber, porque a publicação em

Diário Oficial eu acho que supre a questão de legalidade aí, de cópia, etc. e tal. Ou coloque registrado em cartório, ou publicada em Diário Oficial.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Ok. Então, vamos proceder à nova correção e nós submetemos novamente a votação. Ok. Então, vamos colocar em votação com o acréscimo proposto pelo representante dos Comitês de Bacias. Aqueles Conselheiros que aprovam, por gentileza levante o crachá? Ok. Os contrários? Nenhum voto contrário. Alguma abstenção? 4 abstenções. Está aprovado... 4 abstenções.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Como é o mesmo art. 9º eu vou de novo ler o caput para poder... Que nós vamos rolar a barra ainda muito, para não perder o contexto. Art. 9º. Os usuários de recursos hídricos e as organizações civis de recursos hídricos interessados em habilitar-se para participar das respectivas assembleias setoriais, deverão inscrever-se mediante apresentação a Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos dos seguintes documentos. Aí vamos lá, por favor, Antônio. Agora tem que esperar ele carregar. Pronto. Então, nós vamos. Parágrafo... Então, temos acréscimo de 23 novos parágrafos. § 3º, acrescendo, a entidade habilitada no processo eleitoral participará somente com um representante devidamente credenciado.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Ok? Podemos colocar em votação essa alteração proposta? Aqueles Conselheiros que aprovam, por gentileza levantem o crachá? Alguém quer se manifestar antes?

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Eu acho que ninguém entendeu isso aí, Secretário. Ninguém está entendendo o que é isso.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Então... Quem propôs com a palavra. Wilson.

O SR. WILSON AZEVEDO FILHO (LAZER E TURISMO) – Na Assembleia Setorial cada entidade habilitada ela tem um representante, porque tu não podes entrar com 5, 6 representantes da mesma entidade em uma assembleia, porque aí tumultua o processo. Então, só quem for o representante é que tem acesso a assembleia. Não é? É, basicamente a ideia é essa, desse parágrafo.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Clareou? Podemos colocar, então, em votação? Aqueles Conselheiros que aprovam, por gentileza levantem o crachá? 17 votos

favoráveis, 18, 19. Os contrários, por gentileza? Um voto contrário. Alguma abstenção? 9 abstenções. Então, está aprovada a alteração.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Então, agora um acréscimo também do § 4º, o 3º foi aprovado. Cada representante credenciado representará uma e somente uma entidade habilitada ao processo eleitoral.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Em votação. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)*.

(1h01min48s) O SR. NÃO IDENTIFICADO – Esclarecimento. Por exemplo, nós temos 220 comitês de bacia hoje no Brasil, como é que você vai trazer 220 representantes, um de cada comitê para vir votar? Então, o que se faz até hoje? Trazer procuração dos comitês. Certo. Então, vem um representante, 3, 4, 5, 10 procurações. Enquanto não houver essa proposta já em vigor, de votar eletronicamente, aí cada um vota no seu Estado, o Comitê lá do Acre vota de lá, o do Rio Grande do Sul vota de lá, ninguém precisa vir aqui. Não tem nem assembleia, é uma assembleia virtual. Certo? Eu acho que tem que manter processo de ser representado por um, no caso Comitê. Não sei como são as Organizações Não Governamentais, se virá todas as organizações para votar aqui, não sei se haverá recurso suficiente para isso.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Mais alguém que queira discutir? Então, em votação. Aqueles Conselheiros que aprovam... Pois não Jefferson.

O SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (UNESP) – Mas ele não está esclarecido ainda. Jefferson, OTEP. Não está esclarecido ainda com relação a isso, não é? Porque se nós votamos esse negócio aí, quer dizer... Entendeu? Ok. Porque desse jeito que está aí vocês forçam as pessoas e tem entidades que vão ser prejudicadas.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Perfeito. Então, nós teremos duas votações, uma como está e a outra com a proposta de retirada. Ok? Então, em votação a redação original. Aqueles Conselheiros que aprovam, por gentileza levantem o crachá? *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)*. Sem o § 4º.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – A original não tinha esse parágrafo. Esse é um acréscimo. Não é? Só para ficar claro. Na CTIL não tem esse parágrafo, na que veio, no texto-base. Essa é um acréscimo.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – É um acréscimo. Aí, então, nós... Porque nós sem lermos, realmente fica difícil de nós... De nós visualizarmos aqui o que foi proposto. Então, nós temos uma proposta que vai estar com ou sem o § 4º. Ok?

(1h04min21s) O SR. NÃO IDENTIFICADO – Então, a procuração cai, senhor Presidente, ou não? Porque no caso aí, nós estamos com uma dúvida nesse sentido, não é? Cada representante credenciado representará uma e somente uma entidade habilitada. Certo? Caindo isso. Então, as pessoas podem vir com procuração ou não?

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Sim. Exatamente.

(1h04min39s) O SR. NÃO IDENTIFICADO – Sim. Então, continua tudo como era antes? Só uma procuração, não 24, 42, 89. Ok.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Esse é o entendimento. Wilson, quer usar a palavra?

O SR. WILSON AZEVEDO FILHO (LAZER E TURISMO) – A proposta desse § 4º foi baseada nas regras eleitorais do Comitê do Paranaíba. Mas eu entendo que para o Conselho Nacional, devido a dimensão do território nosso, talvez torne muito difícil a presença da pessoa, do representante na assembleia. Nós comitês de bacia fica mais fácil, porque a área é menor. Mas a questão aí também reside na procuração, quer dizer, se suprimir esse § 4º, quer dizer, eu posso vir com 90 procurações para a Assembleia, ou 220, no caso dos comitês, não é? E aí eu sozinho não sou assembleia. Eu mesmo me elejo e resolvo tudo. A assembleia é teatro. Não é? Então, eu acho que nós temos que pensar nisso, porque... Então, Não é? Porque de repente a própria Secretaria já declararia o resultado. Para que fazer assembleia? Bom, eu fiquei com dúvida, mas resolvi submeter, até para ensejar a discussão e o amadurecimento desse assunto.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Secretário me permita na CTIL. Então, só para ficar claro. O texto que a CTIL encaminhou, que não consta nesse 4º, ela permite o status de hoje. As pessoas trazem as procurações, tantas, quantas conseguirem. Com o acréscimo desse 4º, cada um poderia só trazer uma procuração. Com esse acréscimo. Então, no texto-base não tinha esse artigo. Esse parágrafo. Perdão. Não tinha. Então, é o status de hoje, cada um traz quantas procurações assim conseguir. Com o acréscimo disso, já não. Então, o que está hoje é, acrescentando não vai mais

poder trazer quantas proposta, quantas procurações. Aí se o 4º for aprovado. Não sendo aprovados mantemos o que é o status de hoje.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Feito o esclarecimento. Então...

(1h07min10s) O SR. NÃO IDENTIFICADO – Do jeito que está hoje é impraticável você colocar esse art. 4º. É Inciso? O § 4º. Não dá. Quando se tornar uma assembleia eletrônica, que vai ser uma assembleia eletrônica, ninguém precisa vir, aí está perfeito, não precisa nem ter isso, vai uma votação eletrônica. Porque hoje eu creio que não dá para fazer isso. Fica... Aqueles que tiverem mais poder, na realidade é que vão fazer as suas eleições, porque quem tiver dinheiro para vir, vai eleger quem quiser. Isso que vai ficar.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Pois não Conselheira.

A SRª. ELIANE PINTO BARBOSA (Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro) – Eliane Barbosa, do Conselho Estadual de Recursos Hídrico do Rio de Janeiro. É uma questão da dúvida mesmo. Se a entidade credenciada ela vem para o Conselho, supõe-se, pressupõe-se que ela já vem com o voto daqueles 220 ou dos 100. Ela já ouviu os seus pares. A pergunta é essa. Ela já ouviu ou ela precisa trazer para cá os 220?

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Esse se trata de processo eleitoral.

A SRª. ELIANE PINTO BARBOSA (Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro) – Aqui?

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Então, ele tem que trazer para saber quem vai ser...

A SRª. ELIANE PINTO BARBOSA (Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro) – Mas ela não faz uma prévia antes entre os seus pares? A pergunta é essa. Ela não faz? Ela vem para cá? Porque o que o Wilson colocou é uma realidade, se eu chegar aqui com 220 eu não preciso ter (...), eu não preciso ter, na assembleia nenhuma. Indicaram. Eu já tenho a maioria.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

A SRª. ELIANE PINTO BARBOSA (Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro) – Teoricamente ele deveria antes estar discutindo... Mas tem muita gente que sabe... A maioria já dá uma procuração independente de...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

(1h09min30s) O SR. NÃO IDENTIFICADO – E está tendo essa... Ele tem essa prerrogativa.

A SRª. ELIANE PINTO BARBOSA (Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro) – Pois é, mas aí ele chega aqui para disputar a vaga dos comitês, se ele tem 220 ele não está disputando nada.

(1h09min42s) O SR. NÃO IDENTIFICADO – Sim, mas é do processo. É do processo.

(1h09min48s) O SR. NÃO IDENTIFICADO – Nesse caso é que os comitês é um ponto diferenciado, porque se ele já trouxe as procurações, ele já acordou, eles já acordaram. Mas tem outros setores que não tem essa facilidade, por isso é que aí... Aí as procurações têm que peso diferente, porque como isso é um processo eleitoral e é aqui, se ele não traz, cada um traz as suas. Na indústria é diferente, você tem vários tipos de indústria. Então, cada um tem que se articular dentro da sua área de atuação. Nos comitês é mais fácil no sentido de já vir, em tese articulado.

(1h10min18s) O SR. NÃO IDENTIFICADO – Sim, a articulação é lá na base. Nós já sabemos quem é o nosso candidato, quem é o candidato a suplente, etc. e tal, e normalmente os candidatos vem para cá, se articularam, conversam, aparece o candidato contrário. Isso tudo é negociação. Isso é negociação. Isso é negociação. Agora, se você não puder fazer com procuração, você vai onerar demais esse processo. Fica uma coisa muito difícil. Muito difícil.

A SRª. ELIANE PINTO BARBOSA (Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro) – Entendi. Obrigada.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Conselheiro Júlio Thadeu.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Lembrando sempre que o objetivo nosso foi aquele que o Sérgio colocou, de no futuro nós termos uma eleição eletrônica. Não é? Esse tema já faz anos e anos que nós estamos discutindo dentro do Conselho essa representatividade e a procuração. E até agora, a não ser essa opção de eletrônico, não tinha... Não tem solução, porque tem isso, a ONG lá do Amazonas o cara não vai vir aqui para votar. Não tem. Mesmo assim, o Comitê também não vir aqui. Então, eu encaro de nós mantermos para essa eleição, para essa, porque vai ser a próxima, vai ser agora e depois a outra vai ser daqui a 3 anos, aí provavelmente, espero que nós já tenhamos o sistema implementado, é como se fosse uma regra de transição, apesar que não está... Vai mantendo o que já vai sendo feito agora, porque senão vai ser... Eu vejo um complicador danado tentar mudar, nessa fase agora não tem... Quer dizer, é meio que complicado nós tentarmos mudar. E agora... E quando deu o exemplo aqui, de Comitê. Comitê nós sabemos, são 220. Então, se tiver 111 nós já sabemos que ganhou. Realmente nem precisa vir aqui, o cara já avisa, olha temos 111 (...). Mas ONGs, usuários e outras coisas nós não sabemos o número que tem no Brasil e nem como é que. Então, é necessita uma assembleia e necessita... O único instrumento que nós vimos e sempre vemos nesse período todo foi a procuração com todos os benefícios e malefícios que pode trazer. Mas é a única forma que se tem de nós socializarmos a participação de todos no processo.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Conselheira Jussara.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH) – Só para botar lenha na fogueira eu vou fazer uma pergunta. Se o edital, por exemplo, prevê uma data de recebimento de votos e aí esse voto vem pelo correio registrado pelos representantes legais das instituições que vão concorrer? Aí é uma eleição remota, não é ainda eletrônica, mas dá para receber dos votos pelo correio. E aí a mobilização, cabe a mobilização dos candidatos, entrarem em contato com seus pares para conseguir esses votos. É uma, enfim, não sei se é possível, mas é uma sugestão.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Conselheira, para fazer essa sugestão ela tem que entrar como uma proposta, que ela não existe. Só para ficar claro. Na CTIL, a CTIL, para ficar claro, optou entre... Os pares da CTIL, em trazer para o Plenário mantendo as procurações. É o que está aí. Sem o 4º é manter o status de hoje. Então, tem agora, no Plenário, uma inclusão de permitir só uma procuração e agora pode ter a outra de ter voto remoto, mas é outra proposta que tem que entrar aqui. Essa proposta não existe dentro do texto da CTIL. Só para ficar claro.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Pois não Conselheira.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH) – Na verdade eu só... Desculpe. Eu só convoquei... Porque se o edital... Não precisa estar na Resolução, se o edital constar isso pode estar... Pode ser um só, não precisa estar na Resolução, porque o edital pode descrever isso lá. Eu não sei se isso pode constar no edital. Se puder constar no Edital não precisa estar na Resolução e aí pode ficar o § 4º. Essa é a reflexão que eu estou fazendo. Mas é claro, eu não conheço exatamente todos os mecanismos possíveis.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Pois não Conselheiro.

O SR. JOÃO ALBERTO TRAVASSOS EVANGELISTA (Ministério da Fazenda) – João, do Ministério da Fazenda. O colega ali disse que a eleição eletrônica não é uma coisa assim, um bicho de 7 cabeças e dado, assim, fica muito mais limpa a eleição cada entidade um voto. Eu sugiro que assim, que tentasse fazer pelo voto eletrônico ou mesmo a proposta o voto fechado. O TRE mesmo, parece que ele... Você pode disponibilizar.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. JOÃO ALBERTO TRAVASSOS EVANGELISTA (Ministério da Fazenda) – Você não gostaria de falar aqui colega, a sua proposta, por gentileza.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Só para ficar claro, hoje a Secretaria Executiva do Conselho não tem capacidade institucional e tecnológica para a próxima eleição, que já no próximo ano estar com esse portal eletrônico. Só para ficar claro, porque tem os editais, não temos essa capacidade. Para esse momento.

O SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (UNESP) – Exatamente essa era a minha pergunta. Nós estamos discutindo uma coisa sobre futuro. Esse futuro agora está bem claro para mim. A próxima eleição é ano que vem e não temos condição. É. No início. Quer dizer, você tem aí 2 meses e meio, no máximo, para fazer esse tipo de situação. Quer dizer, por isso a CTIL deve ter tido essa preocupação lá no seu fórum. Certo? Então, nós estamos discutindo uma coisa que é inépcia, porque não vai adiantar nada. Certo? Quer dizer, nós vamos colocar uma coisa aqui que vai inviabilizar muitas organizações de estarem presentes e ampliar a nossa voz aqui no Conselho. Então, eu acho

que não cabe mais essa discussão, sabendo dessa diretriz, que não teremos tempo hábil para instituir o voto digital.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Pois não Conselheiro.

O SR. ROBERTO DE PAULA PINTO (Ministério do Turismo) – Roberto, Ministério do Turismo. Mas ela não é apta para mais tempo? Ela não é apta para mais tempo, para a próxima eleição? Que formula em relação a TI uma estrutura para poder fazer a votação eletrônica é tranquilo. Aí você não consegue isso, fazer isso para a eleições futuras e já deixar pré-definido que isso vai ser feito? Até para TI, para tecnologia ter isso?

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Difícil. Conselheiro Júlio.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Veja bem, na medida que nós formos estabelecer que o sistema seja eletrônico, vai ter que ter uma Resolução para isso, quer dizer, não é a mesma sistemática que vai chegar aqui e vai votar, sei lá, vai ter que ter 2 turnos, quer dizer, vai ter que aparecer os candidatos primeiros. Os candidatos vão (...), vão fazer uma lista e daí eles vão ser votados. Tudo isso vai ter que ser pensado, quem vai ser credenciado, vai ter que ter... O cadastro está completo, não é? Para que nós tenhamos esse acesso. Não dá. Não dá tempo... Há tempo hábil e nem operacional para se fazer. Então, essa coisa toda que nós pretendemos estabelecer, nós vamos ter tempo depois para a segunda eleição. A segunda eleição vai ser daqui a 4 anos, 3 anos e meio, aí terá tempo para nós fazermos isso, discutirmos aqui como vai ser o processo, como vai ser a inscrição, como vai ser... Se é um turno, 2 turnos. Enfim. Vai mudar, não é como é agora, que chega, aparece o candidato na hora da... Não vai, porque o candidato precisa estar conhecido para que as pessoas votem. Então, essas coisas todas vamos ter que discutir com mais calma. Não é direto assim não.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Mais alguém que queira discutir? Pois não Wilson.

O SR. WILSON AZEVEDO FILHO (LAZER E TURISMO) – Wilson de Azevedo. Como fui eu que apresentei esse destaque eu vou retirar ele para encerrar essa discussão.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Aí, muito bem.

(Palmas!).

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Bom. Então, já que foi retirado o destaque podemos dar prosseguimento aí, não é Sérgio? Porque não tem o que colocar em votação. Está mantido o texto.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Então, agora vamos ao art. 10. Art. 10. A coordenação é a relatoria dos procedimentos de escolha dos representantes de cada um dos setores listados nos art. 4º e 6º, durante a Assembleia Setorial deliberativa. Caberá aos seus respectivos representantes titulares ou suplentes, em exercício do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Nós temos acréscimo de 2 parágrafos. Primeiro, o secretário ou Secretária-Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, no âmbito de suas prerrogativas, nomeará dentro dos representantes do Conselho Nacional de Recursos Hídricos uma Comissão Eleitoral formada por 2 membros, que responderão pelo processo eleitoral.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Em votação. Aqueles Conselheiros que aprovam a proposta, por gentileza levantem o crachá. Quer discutir? Pois não. Então, vamos lá. Conselheiro Júlio.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Essa proposta não está clara. Na coordenação a relatoria dos procedimentos de escolha dos representantes... É. De cada um dos setores listados no artigo durante a assemblei setorial deliberativo, caberá aos seus representantes trazer exercício do... Em exercício na CNRH. É essa que é a coordenação. Aí o Secretário-Executivo no âmbito de suas prerrogativas, nomeará, dentro dos representantes, Comissão eleitoral. Aí realmente... Quer dizer, vai ter uma Comissão eleitoral para cada uma das assembleias. Para mim isso não está claro. Está meio confuso.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Essa foi uma proposta, se não me engano, do João Clímaco. Não é? Quer discutir João Clímaco? *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)*.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Isso é outra coisa. Então, aí isso é outra coisa. A Comissão para examinar o cadastro, tudo bem, é outra coisa. Aí não. Aí do jeito que está inscrito a cada assembleia vai ter 2... Que está contraditório, inclusive, o § 1º com o caput.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Mais alguém que queira discutir a matéria? Conselheiro João Clímaco não está presente. Alguém da Fonasc quer discutir? Conselheira Thereza Cristina.

A SR^a. THERESA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO (SOCIEDADE CIVIL) – Secretário, na verdade a ideia é que nós pudéssemos evoluir, para que durante o processo eleitoral, quando tem a fase de encaminhamento de documentos a Secretaria Executiva, tem um Norte. A quem nós vamos dialogar? A quem nós vamos tirar dúvidas? Porque na verdade o que acontece, por essa experiência das outras eleições? A Secretaria Executiva como um todo fica observando, colaborando, tirando dúvidas, isso gera um certo... Uma indefinição de a quem eu vou me reportar. Por exemplo, na última eleição passada nós tivemos 24 entidades não habilitadas, e não habilitadas, não justificado a não habilitação, e a quem nós falamos, naquele momento, na Secretaria Executiva? Quem respondeu por isso? A Secretaria Executiva? Na pessoa de quem? Como isso se dá? Então, eu acho que o objetivo e exatamente evoluir para que se otimize esse processo e não fique... Uma entidade quer se colocar, se coloca quem? Perante quem? Então, fica confuso esse processo. E aí também o outro ponto que nós observamos é que, de repente, conforme o perfil de quem você dialoga, quem está a frente, há o encaminhamento, de repente você fala com outra pessoa há um outro entendimento. Então, não é... Isso não fica claro. Não é? Eu acho que esse que seria o objetivo, que nós realmente procuremos melhorar essa fase desse processo eleitoral.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Conselheiro Júlio.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Thereza, eu até entendo a sua colocação, mas não é no art. 10. O art. 10 é da assembleia, quer dizer, a assembleia, quem coordena a assembleia, tudo. O que você está se referindo é no período de cadastramento. É outra coisa, não é no art. 10. Aí talvez nós possamos discutir em outro art. específico, mas não nesse 10. Esse 10 não tem nada a ver.

A SR^a. THERESA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO (SOCIEDADE CIVIL) – Na verdade eu acho que eu fui bem clara, eu apenas... O meu raciocínio foi baseado no procedimento. Em momento nenhum eu discuti, eu argumentei ou defendi que deveria ficar nesse local onde está digitado em vermelho. Eu acho que eu fui bem clara. Eu nem me ative a essa questão. Eu me ative ao fato, ao pensamento que nós estaríamos para dividir com todos os senhores. Nós que tivemos, secretário, vários problemas nas eleições, inclusive eu estou aqui me limitando mais a ouvir, mas eu agora me permitir a falar mais um pouco. Problema de procuração realmente é algo que

impossibilita a participação. Realmente no nosso segmento há uma discussão na base. Quando nós chegamos aqui com X, Y procurações, um trabalho imenso de sentar, ouvir, propor. Então, quando nós chegamos aqui, realmente tem e vou deixar público porque é público, está registrado em ata. Na nossa primeira eleição nós chegamos aqui com o número suficiente de votos, para se quisesse em uma atitude mais... Menos conciliadora, menos participativa, de somar, nós poderíamos ter dado encaminhamento de um olhar unilateral. Ao contrário. Naquele momento, apesar de termos votos suficientes para conduzir esse processo naquela assembleia, nós resolvemos compor, abrir para participação de outros que estavam naquele momento nessa assembleia. Então, eu acho essas questões assim, muito relativas para nós, nesse momento ficarmos afirmando, fazendo certas afirmações que nós ouvimos falar, como eleição limpa, em causa um pouco de surpresa essa expressão. Eleição limpa. Não é? Bom, enfim. Então, eram essas considerações que eu queria colocar e se nós pudéssemos verificar esse ponto, é importante, faz falta. Isso no dia-a-dia do processo é muito tumultuado, tanto é, o senhor deve conhecimento, que precisamos duas, 3 vezes socorrer de Ministério Público e fomos bem-sucedidos no Ministério Público, as nossas argumentações não eram tão levianas e não... E muito bem, não eram não tão assim, pouco bem calçadas que foram acatadas.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Ok. Mais alguém que queira discutir? Mais ninguém. Por gentileza Presidente da CTIL.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Secretário. Então, nós temos essa proposta feita, que está no art. 10 § 1º. Foi já justificado, o Plenário tem que decidir.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Ok. Então, vamos colocar em votação. Aqueles Conselheiros que aprovam, por gentileza levantem o crachá? Aprova a inclusão, proposta que está aí na tela.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – § 1º. – § 1º. Está dando para ver aí atrás? Precisa ler? O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, no âmbito de suas... Das suas prerrogativas nomeará, dentro dos representantes do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, uma Comissão eleitoral formada por 2 membros que responderão pelo processo eleitoral.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Em votação essa inclusão. Aqueles Conselheiros que aprovarem, por

gentileza levantem o crachá. Nenhum voto favorável. Contrários? Ok. Alguma abstenção? 2, 3, 4, 6 abstenções. Então, está rejeitada a proposta.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Continuando no mesmo artigo, secretário, nós temos uma inclusão do § 2º. Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, no âmbito de suas prerrogativas, nomeará, dentro dos quadros do Governo, um assessor jurídico para acompanhar o processo eleitoral.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Em votação a proposta. Aqueles Conselheiros que aprovam, por gentileza levante o crachá. Quer discutir?

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Quero. Como CTIL sim. Eu questiono até a prerrogativa do Secretário-Executivo poder nomear um assessor jurídico. A Assessoria Jurídica é formada por uma carreira própria que tem uma outra prerrogativa e nós podemos pedir assessoria. Não é? Então, nós temos uma questão que tem que ser estudada, se nós temos a competência de nomear um acesso jurídico dentro do Governo em uma carreira de advogados como... Aí nós teríamos que discutir o termo correto, porque nós poderíamos estar incumbindo... Às vezes não é o mérito. Ter uma assessoria não é o mérito, é isso que está se discutindo. É a forma do Secretário-Executivo ter essa prerrogativa de nomear... De colocar para um advogado da União, que é uma carreira própria de advogados, se ele pode ou não fazer isso. Que esse é o assessor jurídico. O Conselho... Então, é só uma questão da própria CTIL de colocar, porque como não foi discutido isso e visto a forma correta, a ideia pode ser muito interessante, até o próprio Conselho, ele não tem um assessor jurídico. Perfeito? Nomeado para as reuniões, porque tem que saber como é que isso funciona. É só uma dúvida também da própria CTIL, que isso não foi discutido lá.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Conselheiro Júlio com a palavra.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Assessor jurídico vai funcionar como juiz? É ele que vai chegar e vai dar a palavra final na assembleia? É isso que quer? Então...

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Então, vamos colocar em votação a mudança, que aí já cai logo. Em votação a proposta. Aqueles Conselheiros que aprovarem, por gentileza levantem o crachá? Nenhum voto favorável. Contrários? Alguma abstenção? 5 abstenções. 6 abstenções. 6 abstenções. Então, está rejeitada a proposta.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Então, depois só teríamos que renumerar, porque 2º ficou 1º, mas é uma questão... É, mas só uma questão de renumerar. Vamos seguir, então, por favor? Sem problema. Não sei, vamos seguir. Não temos mais nenhuma... Secretário, não temos mais nenhuma observação nem destaque a ser votado.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Ok. Então, bota-se o texto final. Está tudo aprovado. Então, podemos passar para o próximo item da pauta. Item 4.1. Proposta de moção que recomenda o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Goiás a Assembleia Legislativa de Goiás e ao Ministério Público, que no âmbito de suas respectivas competências adotem os procedimentos necessários para o restabelecimento do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Goiás. Informo que na 37ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, foi dada a ciência a esse colegiado sobre o teor da moção 19 de 2017 do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, motivada pela promulgação da Lei do Estado de Goiás, nº 19.574 de 29 de dezembro de 2016, na parte que extingue o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Goiás e sua incorporação ao Conselho Estadual de Saneamento Meio Ambiente e Recursos Hídricos, composto pelas Câmaras Temáticas de saneamento de meio ambiente e de recursos hídricos. Naquela ocasião esse Plenário deliberou pelo retorno da matéria a CTIL, para que desse os encaminhamentos cabíveis ao assunto. Sendo assim, convido o senhor Sérgio Gonçalves, Presidente da CTIL, para fazer o relato de como se deu a construção da proposta de moção.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Senhoras Conselheiras, senhores Conselheiros, a CTIL convidou-se para a reunião, um representante do Estado de Goiás, como já foi dito, e o representante esteve lá na reunião, tanto é, o representante é o Conselheiro de Goiás nesse pleno. O Conselheiro esteve lá na reunião, se colocou, nós explicamos, ele fez as explicações a CTIL de como foi feita essa reforma administrativa dentro do Estado. E só reafirmando, que a preocupação da CTIL ficou muito clara lá que é, em primeiro ponto, em todo momento o respeito ao Pacto Federativo, respeito aos Estados e autonomia de cada Estado da Federação. Esse foi o primeiro momento, em nenhum instante a CTIL teve esse cuidado em analisar e escutar o Conselheiro, mas ao mesmo tempo colocando a preocupação da CTIL como Conselho, como sistema de recursos hídricos, como órgão do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, da necessidade da manutenção, não é? Conforme a Legislação assim o preconiza, para que se tenha o sistema a Lei dá algumas prerrogativas e obrigações para que você seja reconhecido. Então, a Legislação Federal, a Lei Nacional, não é uma Lei Federal. É uma Lei Nacional de Recursos Hídricos. Então, a Lei diz que para você ter o sistema de recursos hídricos, fazer parte do sistema, ter assento no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, você tem que fazer parte do Sistema Nacional de Recursos Hídricos. E para se fazer parte do Sistema Nacional de Recursos Hídricos, cada Estado da Federação, assim o optando, deve seguir as recomendações. Então, esse momento foi de se colocar para que, essa moção, caso aprovada

nesse pleno, vá ao Governador do Estado de Goiás, ao Presidente da Assembleia Legislativa, porque essas legislações de reforma de Estado passam na assembleia e que dentro da prerrogativa se coloque a nossa preocupação, o sistema externalize a preocupação de que algumas mudanças podem prejudicar o sistema e fazer com que isso também não se tenha em um Estado da Federação importante, fazendo parte desse sistema. Então, é uma moção que se vai para a análise do Estado, do Governador, e da assembleia, e eles o farão a análise da forma que melhor julgarem. Então, nós estamos fazendo a nossa parte da CTIL de é, alertar, e informar a preocupação do Conselho Nacional Recursos Hídricos, para que esse Estado importante da Federação, não por algum motivo fique fora do sistema, e até em último caso perca o seu assento no sistema, porque não atende a Legislação... Não possa não atender a Legislação. É nesse sentido que a CTIL fez aquele texto, que todos já receberam. Claro, o texto sempre está pronto para ser mexido, e mudado, e modificado, mas nós tomamos um cuidado de, em todo momento respeitar a posição do Estado de Goiás.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Em discussão a matéria. Aqueles Conselheiros que desejarem disporão de 3 minutos para se manifestar, devendo nos comentários, se aterem a matéria. Pois não Conselheiro.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Boa tarde a todos! Eu vou passar a palavra ao representante de Goiás, porque nós fazemos a dobradinha, Mato Grosso e Goiás aqui no Conselho. Então, eu acho que é bom ouvir.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Conselheiro só por gentileza, decline o nome...

O SR. LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI (Mato Grosso) – Noquelli, Mato Grosso. Eu vou passar a palavra para o representante do Estado de Goiás, João Ricardo.

O SR. JOÃO RICARDO RAISER (Secima/GO) – Bem, Boa tarde a todos os Conselheiros e Conselheiras. Eu estou hoje aqui representando o Estado de Goiás, o Superintendente de Recursos Hídricos, que é o Conselheiro, ele não pôde vir em função da situação de crise hídrica no momento, que nós enfrentamos no Estado de Goiás com a Capital em uma situação bastante crítica em relação às fontes de abastecimento. Bom, tratando do Conselho, fazer um breve histórico, o Estado de Goiás nós, como órgão gestor, nós fomos pegos de surpresa nesse processo da exclusão e extinção do Conselho junto a área ambiental, isso era uma coisa que... Ambiental e de saneamento, isso era uma questão que já tinha sido proposta anteriormente pela área de meio

ambiental, a fusão dos 2 Conselhos. Anteriormente isso em 2015 a área de recursos hídricos foi contrária a esse processo, justificando todas essas questões que foram apresentadas aqui, quanto à importância da participação, o Conselho como o órgão máximo do Sistema Estadual de Gestão. E aí agora em 2016, em uma reforma administrativa, a área foi pega de surpresa com esse processo, quando nós ficamos sabendo dessa questão isso foi informado aos demais componentes do sistema. Isso gerou uma manifestação do Comitê do Paranaíba como uma primeira moção desse processo que, inclusive foi encaminhado aqui, ao Conselho Nacional. Isso gerou também uma discussão no Fórum Goiano de Recursos Hídricos, dentro desse processo. E aí, então, o Ministério Público encaminhou junto com essa moção do Fórum Goiano de Recursos Hídricos, foi encaminhado aqui também ao Conselho Nacional. Foi gerada uma Nota Técnica para o secretário, se posicionando contrário a esse processo, inclusive sugerindo retorno do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. O Conselho Estadual de Meio Ambiente acabou entrando nessa nota técnica também, pela sua importância. É importante frisar que foi a única manifestação de retorno, inclusive do Conselho Estadual de Meio Ambiente, foi essa nota gerada pela área de recursos hídricos. E o Conselho de Saneamento que havia sido incorporado a essa área, foi sugerido que fosse incorporado ao Conselho de Cidades, para que fosse tratado, então, o saneamento em todas as suas vertentes junto ao Conselho de Cidades. Essa manifestação foi encaminhada pelo secretário ao Governador e o Governador encaminhou semana passada o autorizo a Assembleia, solicitando, então, que a Assembleia analisasse e providenciasse o restabelecimento do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, o restabelecimento do Conselho Estadual de Meio Ambiente e também essa incorporação da área de saneamento ao Conselho de Cidades. Mas isso eu acho que não retira a importância dessa moção, dessa manifestação do Conselho, uma vez que isso ainda não foi efetivado pela Assembleia, que como foi frisado aqui pela CTIL, é a entidade responsável por providenciar essas alterações. Então, era esse o relato que eu queria fazer, (...) as providências que já foram adotadas pelo... Também pelo Estado de Goiás. Obrigado pela atenção.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Obrigado. Representante, Conselheiro Jefferson.

O SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (UNESP) – Boa tarde mais uma vez a todos. Jefferson, OTEP. Bem, realmente causou muita estranheza a esse Conselho quando surgiu essa notícia e ela veio justamente na hora em que o Estado está atravessando uma grave crise, eu acho que a maior crise que o Estado está atravessando nos últimos tempos. Então, isso aí mostra claramente que, embora não possamos fazer nenhum tipo de ingerência sobre Estados, mas a preocupação deve ser norteadada por isso. Está? Existem obrigações, os Estados têm que saber dessa Federação que para fazer parte aqui tem que ter obrigações. Minha obrigação é zelar pelo bem maior que nós temos que é a água. Então, todo mundo que está acompanhando essa crise já viu aí, situações como invasão de reservatório da Saneago, pessoas presas e

cuidado, nós estamos no faroeste, para depois ter mortes é um pulinho. Então, é realmente ter muito cuidado, isso quase aconteceu em São Paulo, mesmo tendo uma secretaria forte. Agora quando você enfraquece a secretaria, junta tudo, saneamento, meio ambiente. Por isso a nossa preocupação anterior é em colocar meio ambiente aqui. Está...? Nós somos um Conselho de recursos hídricos, nós temos um... Embora, realmente como muitos Conselheiros já frisaram antes de mim, que está deficitário, muitas Câmaras Técnicas precisam ser reimplementadas, nós temos que primordialmente verificar essa situação. O País atravessa, não de hoje, uma crise que deve ser levantada e dirimida ou tentar dirimir nessas secretarias. Então, eu acho que essa moção ela tem que ser aprovada, creio que por unanimidade aqui dentro, porque esse tipo de situação... Nós vamos ter agora um pleito eleitoral o ano que vem e que pode realmente abrir um precedente, que seria de uma forma intangível um retrocesso para o país. Muito obrigado.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Obrigado Conselheiro Jefferson. Com a palavra o Conselheiro Wilson.

O SR. WILSON AZEVEDO FILHO (LAZER E TURISMO) – Wilson de Azevedo. Eu vou fazer coro com o que já foi falado aqui e gostaria de chamar atenção, que a Política Nacional de Recursos Hídricos previu a criação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, do qual os Conselhos estaduais são... Fazem parte, são integrantes. Então, nós temos acompanhado durante esses anos, esses 20 anos de política, muitos avanços e muitos retrocessos, como se a política que foi criada por Lei estivesse afeição dos dirigentes políticos, que ao seu bel-prazer podem botar na geladeira uma política ou podem botar ela para andar. Eu acho que a função desse Conselho, precípua, também é promover essa articulação, e acompanhar de uma forma bastante consistente todas essas mudanças que ocorrem nos sistemas estaduais, e se manifestar dentro das suas competências, e possibilidades da forma como está se manifestando no caso de Goiás. Então, era essa observação que eu queria fazer. Obrigado.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Obrigado Conselheiro Wilson. Pois não Conselheiro.

O SR. LEONARDO SAMPAIO COSTA (IMASUL) – Conselheiro Leonardo, Mato Grosso do Sul. Então, com... Em articulação com... Até em conversa com o pessoal de Goiás, resolvemos fazer uma proposta de acréscimo de só uma frase no final ali, na moção e o fortalecimento do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Só para constar como proposta já. Já está escrita já, na moção.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Mais algum Conselheiro? Pois não.

O SR SÍLVIO RENATO SIQUEIRA (SANEAMENTO) – Sílvio Siqueira, Saneamento. Bom, eu acho que é muito... Todos aqui eu acho que estão de acordo com a proposta que está sendo colocada. Eu queria sugerir a inserção de mais um considerando, talvez para agregar ainda um aspecto importante no processo de gestão que teremos notadamente em 2018, que o Brasil sediará o Fórum Mundial da Água, ou seja, estamos justamente no momento de celebrarmos a questão da gestão de recursos hídricos, enaltecer a importância da gestão de recursos hídricos. E esse é o momento, então, que talvez a moção pudesse também fazer menção a questão do fórum como mais um elemento de valoração nessa retomada do Estado de Goiás, no sentido de manter o seu Conselho Estado de Recursos Hídricos. Obrigado.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Obrigado Conselheiro. Mais algum Conselheiro que queira fazer uso da palavra? Ninguém mais? Exatamente. Então, agora vamos... Sérgio, vamos ver, então, como é que vai ficar a redação, para nós colocarmos em votação?

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Secretário, nós temos 2 pedidos de acréscimo, ao texto?

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Isso. 2. O Leonardo e o Siqueira.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Só um minuto que... Já conseguiu? Já fechou? Só estamos acabando, secretário, de colocar o texto. Por favor, só um minuto.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Conselheiro Jefferson com a palavra.

O SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (UNESP) – Só uma informação. Quem colocou essa questão do 8º Fórum? Você acha realmente necessário? Porque é o seguinte, essa situação ela já vem de antes disso. É uma situação premente dentro do Estado que está atravessando uma grave crise, independente do Fórum estar presente ou não na nossa vida.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Secretário. Então, nós temos aqui um pedido de acréscimo de considerando, considerando que o

Brasil sediará o 8º Fórum Mundial da Água, que ocorrerá em março de 2018. E outro considerando... Não. Não. Perfeito. No aprovar é um acréscimo na moção mesmo, que no final dela, após o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Goiás e o respectivo fortalecimento do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos hídricos. Então, no caso teremos que fazer duas votações, uma de acréscimo de considerando e uma de acréscimo no próximo texto.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Não seria o caso de primeiro votar a moção e depois os acréscimos?

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Pode ser. Claro. Sempre como...

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Eu acho que seria mais prudente. Vamos, então, colocar em votação a proposta original e depois nós colocamos em votação os destaques apresentados. Em votação a moção. Aqueles Conselheiros que aprovam, por gentileza levantem o crachá? Ok. Aqueles que rejeitam? 2 votos contrários. Abstenção? Nenhuma abstenção. Então, o texto está aprovado. Ressalvados os destaques que nós votaremos agora. Primeiro item, Sérgio, por favor.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Então, o primeiro destaque é um considerando, um acréscimo de considerando. Considerando que o Brasil sediará o 8º Fórum Mundial da Água, que ocorrerá em março de 2018.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Em votação a proposta dos Conselheiro Siqueira. Aqueles Conselheiros que aprovam essa proposta, por gentileza levantem o crachá? Contrários? Alguma abstenção? 3 abstenções. 4 abstenções. Então, está aprovada a proposta.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Então, seguindo agora na aprovação da moção, que agora é embaixo. É aprovado. Então, ficou, o texto, ficaria com acréscimo do que já está no texto original, aonde e/ou respectivo fortalecimento do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – É a proposta do Conselheiro Leonardo. Não é isso? Então, em votação a proposta. Aqueles Conselheiros que aprovam, por gentileza

3854 levantem o crachá? Ok. Os contrários? Um voto contrário. Alguma abstenção?
3855 4 abstenções. Está aprovada a proposta de alteração.

3856
3857
3858 **O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) –** Perfeito.

3859
3860
3861 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO**
3862 **CNRH) –** Então, vamos passar ao próximo item da pauta. Item 5, processo
3863 MMA nº 02000001255/2016-91, referente à alteração regimental do Comitê da
3864 Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, realizada por meio da deliberação
3865 CBHSF nº 90 de 8 de junho de 2016. Encaminhamento da 140ª Reunião da
3866 CTIL. Convido o Presidente da CTIL para apresentação da matéria.

3867
3868
3869 **O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) –** Conselheiros e
3870 Conselheiras, essa matéria veio já ao Plenário, como já foi dito e o Plenário
3871 encaminhou, pediu encaminhamento para a CTIL se posicionar. A CTIL na
3872 reunião convidou o Comitê de Bacia, através do seu presidente, o Anivaldo,
3873 que esteve presente junto com o Presidente da CTIL do Comitê. Tudo agora
3874 voltou ao normal. Vamos lá. Então, foi apresentado pelo Comitê de Bacia
3875 Hidrográfica do São Francisco, todas as suas posições é de motivos mostrando
3876 a CTIL que todos os seus procedimentos internos seguiram processos internos
3877 na CTIL local e no Plenário, onde foi feita uma alteração do seu Regimento.
3878 Essa alteração foi respaldada pelo Plenário do Comitê de Bacia, onde na
3879 alegação, por uma lacuna na Resolução 5 deste Conselho, que faz a
3880 instituição, e os procedimentos dos Comitês, onde não estava regulamentado
3881 os mandatos tampões, quando um presidente não termina o seu mandato, e
3882 outra pessoa é colocada naquele cargo de presidente. Não é? Então, como
3883 isso não está regulamentado e não foi regulamentado, o Comitê de Bacia do
3884 São Francisco assim o regulamentou dentro do seu Regimento Interno,
3885 fazendo com que pudesse considerar que um determinado mandato, até um
3886 limite não tendo sido completado, aquele não contaria como um mandato.
3887 Então, podendo ser aquela pessoa que foi, que entrou com um mandato
3888 tampão, eleita uma primeira vez, aí sim reeleita. Então, foi o entendimento e foi
3889 colocado. Isso está nos autos, é um processo muito grande. A CTIL teve um
3890 debate enorme entre todos os seus membros. Tivemos lá, naquele momento,
3891 todas as explicações do Comitê, do Presidente e do Presidente da CTIL, com
3892 manifestações locais, com pareceres internos da própria OAB local, com o
3893 próprio procedimento interno. E a CTIL achou por bem que, tendo em vista que
3894 foi detectado uma lacuna de regulamentação, que nós trabalhássemos
3895 imediatamente na revisão da Resolução 5, até para sanar esses problemas, e
3896 temos outros, a Resolução 5 ela tem, já tem bons anos, mais de uma década.
3897 Então, nós observamos da necessidade de rever isso e outras coisas, porque
3898 também, além disso, os próprios mandatos, cada Comitê não está
3899 regulamentado qual é o mandato, qual é o máximo, qual é o mínimo. Então,
3900 nós observamos em referendar o que foi feito pelo Comitê de Bacia do São
3901 Francisco, por entendermos que ele não fez nenhuma ilegalidade, foi um
3902 entendimento pode ter outros, mas foi um entendimento do Comitê. E nós

referendamos na CTIL o que aconteceu, mas imediatamente nos impusemos ao Conselho, na CTIL, impusemos para que trouxéssemos a esse pleno um pedido de que o pleno nos autorize a fazer a revisão da 5 e atualizarmos para os momentos atuais. Está presente aqui nesse Plenário o Presidente do Comitê de Bacia do São Francisco, que também poderá falar, está aqui aberto, não tem problema. Mas o parecer fundamentalmente é que, é um processo denso, têm contraditórios, tem entendimentos, mas no entendimento final nós acreditamos que pela ausência de uma regulamentação mais clara na Resolução 5, é que dê o objetivo a essas possibilidades. Então, nós refendamos o que foi feito, e gostaríamos que nós pudéssemos ter aprovado por esse pleno, que nós pudéssemos já começar a revisão da 5 para atualizarmos ela aos nossos tempos, e observando o que aconteceu, e tirarmos, e termos uma eficiência maior, e uma... Para que todos os comitês de bacias, e federais, pudessem ter uma regra mais clara para seguir. Então, nesse momento, Presidente, aí não sei, mas a CTIL, nós convidamos o Presidente do Comitê, Anivaldo. Então, não sei se... Poderia dar a palavra a ele, mas para que não tenha dúvida que a CTIL não teve nenhum óbice ao que aconteceu e referendou as modificações nos regimentos do Comitê do São Francisco.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Com a palavra o Presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica do São Francisco, Doutor Anivaldo.

O SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (CBHSF) – Bem, Boa tarde! Eu quero em primeiro lugar destacar o acerto da Resolução adotada por este Conselho Nacional, quando remeteu esse assunto para análise de sua Câmara Técnica Institucional e Legal. Eu acho que todo esse processo surgiu de um excesso de interpretação, poderíamos ter precedido desse gasto de energias, porque de fato o Comitê do São Francisco, no uso das suas atribuições não invadiu qualquer dos limites estabelecidos na Resolução 05, apenas tratou de sanar uma lacuna a respeito de uma Resolução que já tem vários aspectos de obsolescência. Então, desde o início nós tivemos muito cuidado no encaminhamento dessa matéria, que surgiu das próprias necessidades do Comitê, visto que o Comitê de Bacia trabalha com desafios permanentes, é uma estrutura dinâmica e evidentemente precisa dessa autonomia que a Lei lhe concede e absolutamente de forma clara, para resolver os seus problemas. Esse caso foi remetido pela Agência Nacional de Águas, a presidência da agência, informando que ali havia a possibilidade de um excesso cometido da parte do Comitê. O processo caminhou na direção da assessoria jurídica do Ministro, mas em bom tempo foi visto aqui, que o caminho natural dele seria a Câmara Técnica Institucional e Legal, visto que o Comitê na hierarquia do Conselho Nacional de Recursos Hídricos se reporta a esse Conselho. Não houve qualquer possibilidade do Comitê querer invadir as atribuições do Conselho, muito pelo contrário, o Comitê da Bacia do São Francisco tem uma visão muito clara desse assunto. Nós somos favoráveis ao fortalecimento do Sistema Nacional de Recursos Hídricos e o único, digamos assim, a única

3952 questão que nós queremos destacar é apenas a preocupação, não só de
3953 fortalecer esse sistema externamente, mas como fortalecer também a
3954 solidariedade interna dentro do sistema. Eu quero lembrar que nós formamos
3955 aqui uma pirâmide, na base dessa pirâmide estão os comitês e evidente que no
3956 alto da pirâmide está o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Há de vez
3957 enquanto uma tendência de, digamos assim, ignorar esse fato. Na realidade o
3958 Comitê se reporta ao Conselho Nacional. Então, a questão foi colocada, acho
3959 que o equívoco foi absolutamente esclarecido, na jurisprudência há vários,
3960 digamos assim, exemplos, o exemplo recente foi aqui, na própria Câmara dos
3961 Deputados, a recondução do Presidente da Câmara Rodrigo Maia, encaixa-se
3962 exatamente na mesma questão. E em contáveis exemplos, evidente que um
3963 mandato incompleto não pode ser caracterizado como um mandato normal,
3964 regular. Então, nós fizemos modificações no Regimento, por demanda do
3965 próprio Plenário do Comitê. Este assunto foi encaminhado por nossa Câmara
3966 Técnica Institucional e Legal, que é o espaço onde essas coisas se discutem.
3967 Foi aprovado reiteradamente pelo Plenário do Comitê. Havia no início, de fato,
3968 uma redação que extrapolava o limite quando colocava que era admitida a
3969 reeleição, mas isso foi visto através de recomendação da Agência Nacional, foi
3970 corrido e no segundo momento apenas um parágrafo foi adicionado para
3971 regular a questão do mandato incompleto. Quero dizer que o nosso processo
3972 eleitoral foi regularmente realizado. Nos processos eleitorais deste Comitê nós
3973 fazemos um processo de mobilização de 3 meses. Processo de mobilização
3974 envolve a bacia por inteiro, esta bacia ocupa quase 7% do território nacional.
3975 As cidades chaves durante 3 meses são submetidas a um processo de ampla
3976 mobilização, na mídia, de visitas de equipes que mobilizam para o processo
3977 eleitoral. O processo eleitoral nos segmentos que se submetem a escolha
3978 eletiva, ele prevê como previu e o nós realizamos audiências e reuniões por
3979 segmentos, todos os segmentos. Isso foi feito da forma mais democrática
3980 possível. Quero informar que no nosso comitê é vedada a votação por
3981 procuração, de fato os interessados têm que se apresentar neste contexto.
3982 Assim é feito o processo. O processo foi encerrado e durante o
3983 encaminhamento do processo eu quero informar também que a nossa
3984 Comissão Eleitoral contou com a participação, inclusive da própria Agência
3985 Nacional que lá esteve representada, conduziu o processo junto com
3986 representantes das secretarias de Estado, dos Estados da bacia. Todo esse
3987 processo foi realizado, conduzido, inclusive com a presença do representante
3988 da Agência Nacional, foi homologado pelo Plenário e, portanto um processo
3989 concluído. Eu quero aqui agradecer o Secretário Nacional Jair, que conduziu
3990 com muita serenidade essa questão. Eu quero elogiar também a Câmara
3991 Técnica Institucional e Legal. Está aqui o Doutor Júlio THADEU e os demais
3992 componentes, fizemos uma discussão serena, o Comitê se encarregou de
3993 apresentar um arrazoado por inteiro sobre essa questão, aludindo a questão da
3994 transparência, aludindo a questão do que a Legislação coloca. Quero dizer que
3995 a nossa Câmara Técnica é constituída em sua grande maioria por operadores
3996 do direito, inclusive tivemos a colaboração da Ordem dos Advogados do Brasil,
3997 a seccional de Alagoas, neste processo. Enfim, essas coisas foram
3998 encaminhadas dentro do preceito de que o Comitê é uma instituição complexa,
3999 com 62 instituições, que são titulares, mais 62 que são suplentes. Portanto, o
4000 Comitê é um colegiado responsável, é um colegiado que hoje dirige uma

política evidentemente dentro de todos os preceitos do que mandam as normas. Mas o Comitê, como eu disse, vou mais uma vez reprisar, é uma organização autônoma. E se alguma coisa precisamos evidentemente tirar deste episódio, eu acho que é exatamente isso. A Câmara Técnica também, do Conselho Nacional, tem razão em prover essa lacuna, até porque a situação do Comitê do São Francisco foi a primeira, já tínhamos precedentes no Comitê do Velhas, no Comitê do Urucuia, que saia em outros comitês. Essa questão foi evidentemente levantada. Portanto eu quero agradecer e quero dizer que o futuro desse sistema depende, sobretudo dos que os integra, porque o que o sistema precisa é de solidariedade. O sistema, eu quero reprisar mais uma vez, a base deste sistema são os comitês de bacia. É preciso que o Conselho Nacional e os comitês de bacias dialoguem mais. É importante, eu queria aqui convidar e até sugerir que o Conselho crie comissões para participar das Plenárias dos comitês desde já. O Comitê do São Francisco vai realizar uma plenária em dezembro próximo, na Cidade de Paulo Afonso, em Pernambuco e nós gostaríamos de ter e contar com a presença de uma delegação aqui deste Conselho Nacional, para que essas coisas possam criar um novo momento de dinâmica, de interação, até para impedir que assuntos como esse, uma filigrana como essa possa gastar tanta energia. Eu quero dizer que só o custo das energias que nós gastamos, da reunião plenária, das viagens, da nossa presença aqui, etc., realmente secretário, não vale a pena, e talvez seja esse distanciamento entre o Conselho Nacional, e os comitês de base que realmente geram coisas como essa. Temos muitos desafios, nós somos favoráveis ao fortalecimento do Conselho Nacional. Durante o processo da discussão desse legado nós estamos dando opiniões sobre isso. Encaramos como correta a preocupação da Secretária Nacional, da Agência Nacional de fazer uma composição onde os Comitês estejam mais presentes aqui. Estivemos discutindo agora, eu pude observar ali, várias questões que são atinentes aos comitês e quero dizer que em muitas daquelas questões os comitês teriam muito a dizer a este Plenário, de talvez contribuir, evidentemente, com aqueles processos que aqui foram decididos. Entretanto eu acho que a vida nos ensina a avançar, a crise também. Eu quero agradecer a forma, mais uma vez dizer, serena como essa questão foi encaminhada e espero que o desfecho seja não olhando pelo retrovisor, mas olhando para o futuro. Muito obrigado pela oportunidade. Obrigado.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Obrigado Presidente Anivaldo. Em discussão a matéria. Aqueles conselheiros que desejarem terão 3 minutos para se manifestar, atendo-se ao tema. Primeiro inscrito é a Conselheira Patrícia.

A SR^a. PATRICIA HELENA GAMBOGI BOSON (FIEMG) – Boa tarde! Patrícia Boson, FIEMG. É só para dizer e reforçar aqui a legitimidade e transparência de todo o processo que elegeu Anivaldo, eu estava no Comitê a época e acompanhei bem de perto. E para dizer também que como tal, e como Conselheira também, aqui no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, realmente nós não ficamos muito confortáveis em não ter o amparo legal. A Lei

não dizia que não podia, mas também não dizia que podia. Então, ficou muito desconfortável. Então, eu quero é dar os parabéns aí, pela condução do processo. Eu acho que não é preciso ler as 200 e tantas páginas, está muito claro que faltou um esclarecimento sobre a questão do mandato tampão, de fato não tem, e era uma coisa até meio injusta, porque a pessoa se prestava a substituir por um tempo e depois ficava impedida de participar, de concorrer. Então, seria coisa até meio injusta com quem se prestava a esse serviço árduo aí, que é presidir um comitê de bacia hidrográfica. Então, eu acho que é uma matéria que não merece, assim, muita discussão, porque ela está muito clara e foi muito bem conduzida. Obrigada.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Obrigado Conselheira Patrícia. Conselheiro... Seguindo o Conselheiro Jefferson.

O SR. PAULO ROBINSON DA SILVA SAMUEL (Comitê de Bacia) – Paulo Samuel, Comitê Gravataí, segmento do Comitê de Bacia. Bom, em primeiro lugar eu gostaria de nos manifestar em função desse processo. Esse processo, conforme o presidente do comitê São Francisco relatou, ele iniciou... Vou fazer um histórico um pouquinho, para... Aqui nesse Plenário 8 de dezembro de 2016. Aí entrou em agosto de 2000 e... Então, há mais de um ano esse processo está em andamento. Então, para mostrar um pouco a esse Conselho... Então, toda a energia que se é colocada em um processo ao qual, pelos relatos e pelos documentos que nós analisamos e participamos, toda a discussão na CTIL, ele vinha, ele, todos, o Governo Federal, a OAB, participaram do processo todo. Então, a nosso ver, se esses processos tivessem algum problema, algum empecilho, ele já teria sido barrado lá na origem. Então, todos os órgãos, todos os técnicos que participaram desse processo, deram o aval, e ele andou conforme a determinação, e o Regimento do Comitê de Bacia. Nós respeitamos, e nós defendemos aqui os comitês de bacia, todas as manifestações, e todas as deliberações dos comitês de bacia nós sempre defendemos aqui, nessa Plenária, e continuaremos a defender. Portanto, nós ratificamos aqui, a posição da CTIL, e nada mais do que parabenizar o Comitê São Francisco por todo esse processo, e aí essa, a Secretaria pela condução que deu a todo esse encaminhamento. Obrigado.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Muito obrigado Conselheiro Paulo. Com a palavra o Conselheiro Jefferson.

O SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (UNESP) – Jefferson Nascimento, OTEP. Bem, isso aí que o Conselheiro Paulo acabou de falar é muito importante para você ver o número de homens hora que foi gasto. Não é? Nós estamos aí com quase um ano, você colocou aí dezembro de 2016. Não é? Eu vi, presenciei, estive também nessa tribuna em dezembro de 2016

defendendo essa posição do Comitê de Bacia. Uma coisa que muito me alegra, o que o Sérgio falou, é a questão dinâmica das leis. As leis não podem ser estáticas. Não é? Você acabou de falar aí, a questão do 5, o Normativo dessa Resolução 5. Não é? Resolução. Então, essa Resolução tem que ser revista à luz dos novos tempos. Então, eu acredito que, como foi colocado aqui pela Conselheira que nos antecedeu, o trabalho árduo de ser um presidente de Comitê de Bacia em um período curto e ainda inviabilizar que você consiga continuar o trabalho que tenha sido realizado. Então, eu acredito que tanto eu como a nossa representante da OTEP, a Professora Jussara, nos posicionamos favoravelmente. E oxalá que tenhamos sempre essas boas ideias não tão demoradas, não é? De rever leis. Certo? Senão nós estaríamos ainda somente com os 10 mandamentos ou, então, draconianamente legislando aqui no país. Então, nós devemos sempre tentar melhorar essas leis, não com o sentido de retroagir, mas no sentido de avanço. Muito obrigado.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Obrigado Conselheiro Jefferson. Mais alguém que queira discutir a matéria? Não havendo mais nenhuma inscrição, vamos colocar em votação.

O SR. SERGIO ANTONIO GONÇALVES (DRH/MMA) – Perdão. Secretário, só, então, para... Nós estamos aqui com a projeção da nota, é uma nota. Perdão. Um parecer, porque não é nem uma Resolução. Não é isso. É um parecer de um processo e é um parecer que tem... Resgata pontualmente, é bem simples, o processo é bem extenso, mas no final, então, nós gostaríamos aqui, a CTIL, de pedir o referendo desse pleno para a conclusão. Nós concluímos que, a análise do processo a CTIL comunica ao Plenário que, ratificou a decisão do Comitê de Bacia Hidrográfica do São Francisco e definiu por iniciar a revisão da Resolução 5 de 2000. Então, nós estamos... A CTIL está colocando ao Plenário e gostaria que o Plenário referendasse o nosso parecer. Obrigado.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Ok. Então, em votação. Aqueles Conselheiros que aprovarem, por gentileza levantem o crachá? Ok. Os que rejeitam a proposta? Nenhum voto. Abstenção? Uma abstenção. Ok. Então, está aprovado, ratificado o parecer, o entendimento da CTIL. E gostaria de pedir agora, a autorização do Plenário para a revisão da Resolução 5, para que nós iniciemos o processo de revisão da Resolução 5, conforme foi dito aqui. Em votação. Aqueles Conselheiros que aprovam, por gentileza levantem o crachá? Ok. Os que rejeitam a proposta? Nenhum voto contrário. Alguma abstenção? Nenhuma abstenção. Aprovada por unanimidade a revisão da Resolução 5. Vamos dar prosseguimento a nossa Ordem do Dia. Daremos início agora à apresentação proposta para essa reunião. A situação hídrica na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. O representante da Agência Nacional de Águas e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Gostaria de convidar o Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, senhor Anivaldo Miranda,

para informar as razões do Comitê em relação a crise na bacia. Gostaria de convidar também o Joaquim Gondim para fazer parte da mesa e que ele será o próximo palestrante.

O SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (CBHSF) – Bem, eu sei que nos temos um final de dia exaustivo, mas quero agradecer, na pessoa do Doutor Jair este convite. Eu acho que boa prática aqui, desse Conselho Nacional, apesar que da exiguidade do tempo, mas debater de alguma forma ou tomar conhecimento de situações dramáticas, às vezes, que estão ocorrendo no contexto dos recursos hídricos. E a palavra é exatamente essa, situações dramáticas se nós quisermos descrever o que está acontecendo, e não só na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, mas no seu entorno, e em vários pontos do País. Não vou me detalhar aqui sobre a discussão das casas, nem detalhar esses processos, porque são parte de uma discussão bem mais ampla e profunda. Eu vou direto ao assunto. Ontem nós tivemos uma reunião da nossa direção colegiada aqui mesmo na Secretaria, aqui mesmo no Ministério do Meio Ambiente, mas ontem como é... Como é costumeiro, a Agência Nacional de Águas promove, a partir da sua sede, videoconferências semanais. O Comitê propôs e a Agência Nacional acatou essa ideia e desenvolveu durante 5 anos já, essa prática, desde o início das estiagens em 2013. Eram reuniões trimestrais, depois passaram a ser bimestrais, depois mensais e agora são reuniões semanais, onde nós começamos com a previsão, as previsões meteorológicas, as avaliações do clima e há uma ideia de fazer um gerenciamento compartilhado do encaminhamento de uma situação que é extremamente complexa, porque quem está a montante dos reservatórios quer evidentemente represar mais água e quem está à jusante quer que libere mais água. Esse é um contexto principal dos conflitos que tem sido evitados na sua agudeza, porque gerenciamento da crise procura encontrar as soluções que minimem da melhor forma os conflitos de interesse. Não vou falar sobre as previsões, o Doutor Joaquim está muito mais inteirado disso, até porque fazem duas segundas-feiras que eu não participo. Mas, eu quero dizer que, até provem o contrário, se o período úmido que está se iniciando agora, felizmente houve até anúncio de chuvas hoje, inclusive no território da Bahia, mas se as previsões, se não houver grandes... A menos que as grandes surpresas, mas ainda não temos muitas ideias de como esse período úmido vai se comportar. Se ele não se comportar minimamente dentro das expectativas de melhora, o que vai acontecer é um ano de 2018 ainda mais dramático do que 2017. Então, temo 2013, 14, 15, 16 e 17. Enfim, para contornar tudo isso e gerenciar, o que se utilizou, evidente que a Agência Nacional de Águas, o operador do sistema hidrelétrico e o IBAMA são as instituições que estão à frente do processo de operação dos reservatórios, mas a alternativa que havia era de redução contínua das vazões dos reservatórios, principalmente de Sobradinho, que é o maior regulador do regime das águas do Rio São Francisco. Recentemente, além da diminuição de vazões, recorreu-se a alternativa de restrições de uso, foi criado por iniciativa da Agência Nacional o Dia do Rio, significa que todas as quartas-feiras as captações excetuadas aquela de abastecimento humano são suspensas e isso tem permitido que, por exemplo, o reservatório de Sobradinho esteja algo em torno de 3%, talvez agora um pouco menos, e

talvez isso nos proporcione, até a chegada das chuvas agora em novembro, uma situação em que não seja necessário adentrar o volume morto, porque aí à luz vermelha realmente acenderia. Os princípios que o Comitê tem defendido na condução dessa crise são os princípios do comportamento equânime para a solução dos desafios. Ou seja, nós somos favoráveis ao princípio de que todos devem correr riscos iguais e todos devem também fazer sacrifício iguais, ressaltados aí, os usos prioritários para abastecimento humano e dessedentação animal como manda a Legislação. E é nesse sentido que nós temos trabalhado. Os usuários, evidente que têm interesses conflitantes, alguns usuários, inclusive praticamente cessaram as suas atividades, principalmente empresas de médio porte de navegação, porque as grandes já desapareceram há muito tempo, elas tiveram que cessar as suas atividades, bem como a pesca artesanal, por exemplo, no baixo São Francisco praticamente a pesca artesanal cessou por completo. As travessias, no contexto da navegação são hoje muito difíceis e vários problemas relativos, sobretudo a captação das águas, deram ensejo evidente a várias intervenções, envolvendo aí a Defesa Civil, envolvendo aí o Ministério da Integração, a CODEVASF e até o próprio Comitê. O Comitê tem participado de todo esse processo, inclusive agora com uso dos recursos oriundos da cobrança, para também ser parceiro na solução de alguns desses problemas. O nosso dinheiro é modesto, mas nesta escala e no que está previsto no nosso Plano de Aplicação Plurianual, acabamos agora de aprovar a minuta que vai para a Plenária de dezembro do novo Plano de Aplicação Plurianual e ali estão previstos os recursos para as ações emergenciais em situações hídricas críticas. Uma das intervenções que nós estamos fazendo é na Foz do São Francisco, onde a intrusão salina em função do enfraquecimento das vazões do rio se faz cada vez mais acentuada, isso transforma o problema que é de crise hídrica em crise de saúde pública, porque as pessoas estão ingerindo água salgada. Então, a Secretaria de Saúde de Alagoas passou a acompanhar isso no município de Piaçabuçu, que é o último do lado de Alagoas na Foz do São Francisco. E o número de hipertensos daqueles que são acompanhados, nos últimos 3 meses já dobrou e há perspectiva de que o número de hipertensos seja muito maior, atingindo não só pessoas de idade avançada, mas também pessoas de idade mediana, e até alguns jovens também, e principalmente mulheres grávidas que estão apresentando, evidentemente, os reflexos da ingestão dessa água. Então, o Comitê junto com... Em parceria com a Defesa Civil está agindo neste caso. A Defesa Civil está fazendo uma adutora de 4 quilômetros para captar água mais a montante nas cercanias da Cidade de Penedo, enquanto o Comitê vai investir recursos para a construção de um... De um tanque por mão, que permitirá a Companhia de Abastecimento de Alagoas ter maior possibilidade de manobrar na maré, para captar água de qualidade potável e assim ter como, nos períodos de maré alta, não interromper o abastecimento para toda aquela comunidade. São mais de 40 mil pessoas. Do lado de Sergipe, por demanda do Ministério Público Federal e do Instituto de reforma Agrária, o Comitê está investindo na construção de 1 quilômetro de estrada, isso em parceria com a Companhia de Abastecimento de Sergipe, a companhia vai furar um poço, nós vamos fazer estrada e a comunidade de resinas, que é uma comunidade tradicional, de populações tradicionais, vai também poder resolver essa questão. Como eu já disse, é uma

4246 questão também, agora, de saúde pública. Outros assuntos estão em
4247 discussões, havia uma ameaça mais preocupante, que é o abastecimento da
4248 cidade de Aracaju e sua região metropolitana. E já estamos falando de quase 1
4249 milhão de pessoas. E Aracaju tem uma transposição do São Francisco, é onde
4250 capta a água, e a situação de recuo do nível, porque o problema ainda não é
4251 propriamente de vazões, mas de nível, a média que a vazão diminui o nível
4252 recua, e a captação para Aracaju já apresentava problemas com assoreamento
4253 do canal de aproximação, e vários outros aspectos. Felizmente o Governo de
4254 Aracaju conseguiu com o Governo de São Paulo um empréstimo de algumas
4255 bombas de grande porte para captação flutuante, mas o Comitê se dispôs,
4256 antes de tomar conhecimento dessa notícia da ajuda do Governo de São
4257 Paulo, o Comitê até se dispôs a ser parceiro até na aquisição dessas bombas
4258 de maior porte para resolver o problema de Aracaju. Como já nos despusemos
4259 também com recursos da cobrança pelo uso da água, resolver assuntos de
4260 alguns dos municípios ribeirinhos. Não é? E aqui nós estamos falando não só
4261 do baixo, mas como do sub médio e outras... Em outras situações ao longo da
4262 bacia. Eu estou citando isso para mostrar que o Comitê trabalha de forma
4263 planejada, é um colegiado que de fato determina e decide quais são as
4264 prioridades de uso dos recursos. E quero até fazer um apelo aqui, porque
4265 nosso Comitê durante um ano e meio discutiu de forma detalhada a atualização
4266 da equação, da metodologia, e dos preços pela cobrança da água bruta na
4267 calha principal, ou seja, no Rio São Francisco. Foi um processo democrático,
4268 construímos através da contratação de uma das melhores empresas do Brasil
4269 uma metodologia que incorpora aspectos avançados hoje, no uso racional da
4270 água, premiando os usuários que de fato implantam melhores tecnologias e
4271 melhores técnicas de uso racional. Aprovamos isso na nossa Câmara Técnica
4272 de Outorga e Cobrança, a maior parte dos seus integrantes são usuários da
4273 água, desde o abastecimento até irrigação, e outros usos. Toda essa
4274 atualização foi pactuada, foram muitas reuniões, um processo muito complexo,
4275 mas chegou, evidentemente, a uma minuta que terminou sendo aprovada por
4276 ampla maioria, pela Plenária do Comitê. Tivemos o cuidado antes, de receber
4277 contribuições de todos os segmentos. Fizemos 4 em cada uma das regiões
4278 fisiográficas do rio, 4 audiências públicas com todos os interessados para
4279 definir, então, a proposta final, que foi aprovada, foi encaminhada a Câmara
4280 Técnica de Outorga e Cobrança deste Conselho. Estivemos presentes na
4281 última reunião dessa Câmara Técnica de Outorga e Cobrança, havia alguns
4282 setores que queriam discutir contestar, embora tenham sido minoria na
4283 Plenária, no âmbito da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança, isso é bom é
4284 um processo democrático. Não é? Não houve nenhum substitutivo
4285 apresentado, apenas a ideia de fazer retornar a matéria para a Câmara
4286 Técnica, coisa que nós recusamos, porque investimentos foram feitos, todas as
4287 possibilidades foram dadas, e o Comitê de fato aprovou a Plenária, já deu por
4288 encerrada essa questão, e evidentemente o Comitê entende que agora cabe
4289 ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, como manda a Lei, fechar o
4290 processo. Não é? Estamos esperando uma Nota Técnica da Agência Nacional
4291 de Águas, esperávamos que ela pudesse ter sido entregue agora, porque
4292 iríamos fazer em Aracaju, onde ocorre o Encontro Nacional de Comitês de
4293 Bacia, uma reunião da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança, entretanto a
4294 relatora da Câmara, bem como a coordenadora, a Livia que vocês conhecem

4295 muito bem, nos explicaram que era necessária essa Nota Técnica da agência.
4296 Tivemos um evento aí que nos enlutou a todos, o desaparecimento do nosso
4297 querido Murta. Nós vamos fazer uma homenagem a ele. Ele estava com esse
4298 processo em mãos, é quem estava liderando a solução mais rápida.
4299 Entendemos, evidentemente, a comoção que tomou conta lá da
4300 superintendência do Humberto, mas estamos aguardando que agora, talvez
4301 com a apresentação da Nota Técnica a CTCOB aqui possa reunir e na
4302 extraordinária aqui de dezembro esse Comitê possa aprovar esses valores. E
4303 eu estou inserindo esse assunto para dizer o seguinte, que queremos inaugurar
4304 2018 com a atualização desses preços que estão defasados há vários anos e
4305 dizer a vocês que esses recursos são fundamentais para enfrentar essa crise.
4306 Não dá para você enfrentar essa crise sem fazer sacrifícios. Os sacrifícios
4307 devem ser iguais para todos. Essa consciência precisa tomar conta, porque
4308 essa é uma questão também pedagógica. O preço da água é muito mais
4309 pedagógico do que propriamente, digamos assim, de caráter prático do ponto
4310 de vista da escala dos investimentos que são necessários. E os preços estão
4311 muito distantes da realidade hoje, da crise hídrica. Então, essa atualização
4312 mínima vai nos permitir ao Comitê nos somar aos governos dos Estados e ao
4313 Governo Federal, no atendimento dessas urgências, que vão aumentar. Quero
4314 dizer aqui que se a situação do período úmido não for satisfatória, está aqui o
4315 Doutor Joaquim, acredito que ele concorda comigo, a situação de 2018 será
4316 dramática. Mas dramática no sentido mais literal da palavra. Mais literal. O que
4317 nós vamos fazer? Daí que eu acho que a partir de agora esse Conselho poderá
4318 até nos ajudar, porque eu acho que se essa crise se aprofundar, evidente,
4319 vamos ter necessidade de medidas suplementares. Não é? A questão da água
4320 é uma questão que provoca comoções. Tivemos o exemplo disso há 2, 3 anos
4321 atrás, no baixo São Francisco, quando a diminuição das vazões propiciou, ao
4322 lado de outros eventos que estão sendo investigados, uma piora significativa
4323 da qualidade da água. Isso resultou em uma mancha de microalgas que de fato
4324 provocaram a suspensão do abastecimento de água em várias das adutoras do
4325 agreste do sertão de Alagoas. Felizmente ficou muito distante de ameaçar a
4326 qualidade da água que vai para Aracaju, mas algumas das audiências públicas
4327 como a do município de Delmiro Gouveia, realizadas para resolver a situação e
4328 esclarecer a suspensão do abastecimento por 10 dias, quase que provocaram
4329 uma tragédia de maiores proporções, porque quando não tem água e você
4330 sinaliza para a população que beber aquela água pode causar até óbito nas
4331 pessoas. Havia suspeita de uma grande quantidade de cianobactérias. Então,
4332 você causa o pânico. É inevitável. E os representantes do IBAMA tiveram que
4333 sair de lá protegidos, porque a multidão estava fora de si. Felizmente a
4334 situação não tinha chegado ainda no seu momento mais dramático. Eu estou
4335 falando isso para mostrar que crise de água não é como crise de emprego, não
4336 é como crise de abastecimento, nem de combustível, nem nada disso. É um
4337 outro patamar. É um outro patamar. E nós precisamos estar muito atentos a
4338 isso. Não é? Por isso que eu valorizo muito esse fórum aqui, eu acho que a
4339 inteligência da água do Brasil está aqui. Entendeu? Temos muitas fragilidades
4340 aqui, precisamos legitimar mais o Conselho, ampliar o apoio a ele, estamos
4341 favoráveis a tudo isso e este Conselho, evidentemente deve se preparar,
4342 porque se esse cenário não mudar a situação será dramática. Mas a longo
4343 prazo nós entramos definitivamente no barco do aquecimento global e nós

4344 vamos ter que enfrentar isso. Na bacia o que é que o Comitê imagina? Nós
4345 temos essa agenda de área, que é a agenda do gerenciamento permanente,
4346 não é? Quero elogiar mais uma vez a atitude da Agência Nacional que criou
4347 esse fórum, aceitou essa ideia, desenvolveu, criou, eu acho que ele serve hoje
4348 de modelo para outras bacias. Eu tenho uma convicção clara de que o Poder
4349 Público isoladamente não vai resolver nenhum dos problemas graves da
4350 humanidade, nem aqui nem em lugar nenhum do planeta, muito menos a crise
4351 ambiental. E muito menos a crise hídrica. Nós estamos em outro patamar da
4352 história humana, em uma mutação antropológica que precisa ser percebida,
4353 porque o Poder Público sozinho não vai resolver os problemas. Ou se
4354 convence que tem que buscar apoio dos usuários da água e apoio da
4355 Sociedade Civil, aqui entendida a Sociedade Civil em todo o seu amplo
4356 espectro, ou não vai resolver o problema da água. Vou citar um único exemplo,
4357 se você fizer restrições de uso todo na bacia inteira e perguntar quem é que vai
4358 fiscalizar isso? Não tem. O Estado não tem essa quantidade de fiscais para
4359 garantir isso. Isso pertence a uma visão do passado. Os fiscais hoje tem que
4360 ser os próprios usuários, claro que a partir de um processo de educação. Onde
4361 estão os espaços onde você pode hoje construir os consensos? Os comitês
4362 foram criados para isso. Por isso que ele precisa ser reforçado. Por isso que o
4363 Conselho Nacional tem que refletir essa representatividade da sua base até o
4364 topo. Eu vi que vocês estão discutindo aqui formas de representação. Mas me
4365 desculpem dizer, representação por procuração? Representação por
4366 procuração? Me desculpem, no nosso Comitê está absolutamente proibido
4367 isso. Porque a representação tem que ser absolutamente legítima, sem dar
4368 margem a qualquer dúvida. Então, se não tem condição ainda de fazer a
4369 eletrônica, você tem uma organização que não tem condição de pagar um
4370 deslocamento para participar de um processo de escolha. Então, fique fora,
4371 porque não tem significação nenhuma. Então, essa questão de melhorar a
4372 legitimidade é fundamental, porque se você quiser ter capacidade de resposta,
4373 você tem que ter representações que tenham capacidade de influência. E se o
4374 processo de escolha não for absolutamente, digamos assim, correspondente
4375 ao nível de representatividade que nós queremos hoje, a capacidade de
4376 resposta nossa será absolutamente, digamos assim, fragilizada, porque ela
4377 está na correspondência direta do peso e da influência que os que nos
4378 representam têm. Vide aí, a crise do nosso Congresso Nacional. Mas isso é um
4379 outro assunto, não é? Eu quero encerrar dizendo o seguinte, nós estamos,
4380 temos proposto a Agência Nacional, Joaquim é testemunha disso, que estamos
4381 indo muito bem no gerenciamento sob a liderança da ANA, na Agência
4382 Nacional. Gostaria que o IBAMA, no que diz respeito à questão da qualidade
4383 da água, tivesse a mesma visão e a mesma liderança que tem a ANA nesse
4384 processo. Mas nós estamos propondo também que, além da agenda do dia-a-
4385 dia nós temos uma... Tenhamos uma agenda mais estratégica de saída da
4386 crise. Então, o nosso Comitê tem propostas muito claras, aprovamos um novo
4387 plano. O nosso plano começou a ter vigência este ano. Investimos mais de 8
4388 milhões de reais da cobrança para fazer esse plano. Esse plano reuniu mais de
4389 6 mil pessoas na bacia inteira, todos os segmentos tiveram audiências
4390 públicas, oficinas, foram consultados, fizemos um diagnóstico socioambiental,
4391 ouvimos toda a bacia sobre tudo o que todo os segmentos da irrigação, da
4392 navegação, da pesca artesanal, dos povos tradicionais quilombolas indígenas,

da indústria, da mineração. Enfim, todos que usam a água tiveram a oportunidade de expressar o que queriam. Aprovamos o plano. O plano tem um caderno de investimentos, o plano tem metas. Ontem recebemos a visita do Ministério da Integração, que está querendo agora fazer um trabalho de compatibilização das metas dos Ministérios do Governo Federal com o Plano da Bacia do Comitê, para nós começarmos, de fato, a tirar da gaveta o programa da revitalização. Espero que 2018 finalmente esse programa possa ser deslanchado, valorizamos essa iniciativa agora, do Ministério da Integração, para nós de fato começarmos a fazer a compatibilização dos planos. Os comitês vão realizar 4 oficinas... 5 oficinas, uma em cada Estado da bacia, para fazer uma compatibilização dos planos estaduais de recursos hídricos com o Plano da Bacia e com essa planificação do Ministério da Integração do Governo Federal. Estamos em um diálogo estreito aqui, com a Secretaria Nacional de Recursos Hídricos, tem sido uma parceira permanente desse trabalho de planejamento. Estamos compatibilizando o Plano da Bacia com o zoneamento territorial e ambiental no contexto da bacia. Enfim, as coisas estão andando a pleno vapor. Agora, essa agenda estratégica que nós estamos propondo ela é muito clara e eu vou encerrar com isso, porque eu gostaria de não atrapalhar aqui, o nosso ..., o tempo já está avançado. A nossa proposta está consubstanciada na ideia de termos 3 pactos. 3 pactos. Primeiro é o pacto da água na Bacia do São Francisco. O pacto da água terá que ter a participação dos Estados e dos governadores no final do processo. Para quê? Para que nós determinemos quais serão as vazões de entrega dos rios estaduais, os grandes afluentes na calha do São Francisco, sobretudo de Minas e da Bahia. Isso é necessário fazer. Vocês estão acompanhando a crise agora do Paracatu, o maior afluente, tem trechos onde você já atravessa a bacia, aliás, o Paracatu caminhando. O pacto das águas incluiria mais o quê? Um pacto para mudar a matriz energética e estabelecer mudanças na matriz agrícola da bacia. Não dá mais para você fazer irrigação sem sustentabilidade. Não dá mais, evidentemente, para você conduzir o processo do crescimento econômico sem respeitar essas questões. E não dá mais para você resolver a questão energética com geração de energia hidroelétrica no São Francisco. Já não tem mais condição. São aí 40 reatores e só estamos usando 7 no sistema do Rio São Francisco. Então, é preciso haver mudança, eu estou vendo que nós estamos avançando nisso também. O segundo pacto que nós queremos oferecer e propor é o pacto da legalidade. Nós estamos calculando em 30 bilhões o dinheiro que o Governo Federal, o Governo dos Estados, Comitê e até usuários teriam que utilizar se nós quisermos ter a recuperação hidro ambiental dessa bacia até 2026. São 30 bilhões. 30. O Comitê vai entrar modestamente com 550 milhões, mas é a nossa meta, nós vamos querer cumprir essa meta. E esperamos que a União, com o direcionamento de vários orçamentos, não é dinheiro que está em Marte, está em Júpiter, nada disso. Está nos orçamentos, é só vontade política, é planejar e, de fato fazer esses investimentos, porque é isso que vai custar o projeto da transposição. E o acordo que foi feito com o povo brasileiro, não foi nem comigo, nem com o Comitê, é de que para cada centavo que fosse para transposição viria um para revitalização, e nós estamos perseguindo esta ideia. Agora, não vai adiantar nada investir esse dinheiro se os instrumentos da gestão, da gestão hídrica não forem implantados. Não dá para você usar água subterrânea sem pagar um

centavo por ela. Não para você considerar sistemas de outorga que não tem sustentabilidade, nem científica, nem administrativa, nem prática, nem do ponto de vista da fiscalização. A outorga não é um documento cartorial. Não é como um alvará de funcionamento de um quiosque. É diferente. A outorga tem que ter embasamento científico sobre a capacidade de suporte dos aquíferos sobre os quais você atua. E aí eu pergunto, nossos sistemas de outorga estão de fato universalizados na Bacia do São Francisco? E aí eu pergunto também, há um monitoramento concreto desses sistemas de outorga? Alguém paga pela água subterrânea em toda essa parte que são 7% do território brasileiro? Os planos de bacia dos rios estaduais estão eles atualizados? São eles executados? Eu pergunto também, a cobrança pelo uso da água na Bacia do São Francisco ela está, de fato, em um plano satisfatório para um momento como esse? Ou nós temos bacias e sub-bacias aí, completamente alheias a qualquer um desses instrumentos. E aí? evidentemente as pessoas vão dizer, não, mas não há recurso, temos a crise e tal, etc. Isso não explica, porque existem coisas que são prioridades. Eu sou uma das pessoas que me indigno quando você diz que governar agora é só cuidar da saúde, da educação e da segurança. E a água? E a sustentabilidade do futuro? Não exige recursos como os da saúde, nem da educação, nem da segurança. São recursos mínimos, mas que tem um efeito absolutamente amplo. Então, o que é o pacto da legalidade? Nós precisamos obter dos governadores dos Estados, frente a frente, o compromisso de que eles de fato vão investir nas suas políticas de recursos hídricos, para estabelecer os instrumentos da gestão hídrica. Apoiar, inclusive nos comitês que estão aí a míngua. Os comitês estão a míngua e não venham me dizer depois que o sistema não deu certo, que Comitê não dá certo. Como? Muitos comitês são uma pasta de papéis debaixo do braço de algum ambientalista que... Romântico, que... E nós temos que, efetivamente abraçar essas pessoas, porque ainda se propõem em manter um comitê que não tem sede, não tem notebook, não tem um centavo para funcionar, mas participa dos debates, está antenado com as coisas. Mas o Comitê não foi feito para ser uma ONG. Comitê não é ONG. Não é ONG, não é... Foi discutido isso aqui. Não é empresa... Não é? Privada nem usuário da água. Não é secretaria de Governo chapa branca e nem tudo isso ao mesmo tempo. O Comitê é uma coisa de natureza nova. É uma entidade para estatal, digamos assim. Ainda não foi definido o que é. Agora, é um espaço onde você constrói os consensos. A chefe, que é a hidrelétrica do São Francisco, tem mais de 4 mil demandas judiciais. O Comitê tem contribuído para que essa questão não seja judicializada, porque se for judicializada por ausência dos órgãos que fazem a arbitragem do processo, que somos nós aqui, todos, evidente que você vai judicializar isso tudo e a justiça vai quebrar, porque não vai conseguir. Isso não se resolve com judicialização. Isso resolve com construção de consenso, com decisões colegiadas, com gerenciamento dessa crise no dia-a-dia. E o último é dos pactos que nós estamos propondo, é da revitalização. É o da revitalização. Eu acho que ele está bem encaminhado, foi criado... Foi criado um novo Conselho gestor, o Comitê, os governadores, Presidente da República, a Casa Civil, só falta reunir esse Conselho. Nós esperamos que agora, antes de 2018, tão logo no começo, o Conselho possa... Eu entendo a dificuldade de você trazer esses governadores para cá, mas vai ser preciso e depois até ampliar, porque o Comitê foi... Discutiu muito o projeto da transposição, nosso Comitê

inclusive não pôde nem se fazer presente aqui nesse Conselho, quando esse Conselho aprovou aquele projeto, o Comitê tinha uma opinião contrária. O comitê era favorável de que o projeto fosse bem mais modesto, ele atendesse abastecimento humano, a concepção dele fosse mais sustentável, mas se entendeu o contrário. Tudo bem, agora não adianta chorar as pitangas, o projeto já está evidentemente a ponto de entra em funcionamento, o canal leste já começou a funcionar, só que capta 9 metros e o que está chegando em Boqueirão e Capina Grande é 1 metro e meio só, porque a água, como havia sido previsto, não precisava ninguém ser mágico, não só evaporação como os desvios estão ocorrendo e isso vai criar muito problemas. Não é? O caso da transposição é um caso que vai exigir o melhor da nossa gestão, o melhor da nossa inteligência para aquilo funcionar. O Comitê é parceiro daquilo. Agora, no canal da transposição e no Conselho Gestor da transposição, o Comitê está presente com 3 objetivos, fazer com que os termos da outorga sejam respeitados. Segundo lugar, conscientizar as bacias receptoras de suas populações de que agora Ceará, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte... Pernambuco não, porque está na bacia e fora da bacia. Mas tudo bem. Mas, o Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, que agora eles fazem parte da grande família do São Francisco e aquilo que dividiu o Nordeste agora pode unir. E o que pode unir agora o Nordeste inteiro e o Norte de Minas Gerais? É a luta pela revitalização, porque se não tiver água na bacia do São Francisco, não vai ter água para transposição. Como agora não tem. O máximo que pode ser utilizado ali é 26 metros cúbicos por segundo, nas situações de crise, talvez até diminua se a água diminuir mais ainda. Entretanto, portanto estamos todos agora no mesmo barco e evidente que esse é outro dos grandes desafios. Não adianta agora mais ficar discutindo se a obra deveria ser feita ou não. Ela já está feita, o que se tratar agora é de arregaçar as mangas para, de fato administrar isso da melhor forma possível. Então, era isso que eu queria colocar, são apenas algumas ideias sobre o que está acontecendo. Volto a reiterar que nós já devemos estar pensando o que fazer na Bacia do São Francisco em 2018, se as chuvas evidentemente de precipitarem. E mais uma vez renovar o convite para que esse Comitê envie uma delegação para a nossa Plenária, vai ser nos dias 7 e 8, se eu não me engano em Paulo Afonso. Eu recebi uma reprimenda ali, do Ednaldo, que ele é baiano e disse que eu disse que Paulo Afonso em Pernambuco. Paulo Afonso é na Bahia. Fica na fronteira do meu Estado que é Alagoas, foi um lapso, corrijam agora. Não é? E agradeço a vocês, desculpem a veemência, mas nós estamos trabalhando é em um contexto de muita, muita dramaticidade e, enfim. E as coisas se não forem feitas com entusiasmo elas não vão a lugar nenhum. Quero dizer que os membros do Comitê da direção são todos voluntários. Entendeu? Trabalham com o maior prazer. Eu sou aposentado, faço isso com o maior prazer, porque eu sei que o que nós estamos fazendo aqui tem resultado e, sobretudo, quando eu faço isso eu penso nas gerações futuras. Muito obrigado?

(Palmas!).

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Obrigado Presidente Anivaldo. Agradecemos muito a sua presença e a sua palestra. E só para colocar um ponto com relação à revitalização do Rio São Francisco, foi aprovado recentemente o Decreto, publicado o Decreto do Presidente de convenção de multas do IBAMA e o primeiro edital vai ser justamente com vistas à revitalização da Bacia do São Francisco, por determinação do Ministro Sarney Filho. Então, eu convido o Superintendente de Operações de Eventos Críticos da ANA, Joaquim Gondim, para realizar a sua apresentação.

O SR. JOAQUIM GUEDES CORREA GONDIM FILHO (Superintendente de Operações e Eventos Críticos/ANA) – Bom, Boa tarde a todos! A Agência Nacional ela tem como uma das diretrizes, mostrar sempre o trabalho que está fazendo em relação aos eventos críticos, sejam eles nas bacias para abastecimento humano, seja aquelas para usos múltiplos. E nós vamos mostrar uma apresentação da situação do São Francisco, nessa lógica de termos uma sequência que vem desde 2012, de anos de baixa pluviometria, mas que a crise hídrica é maior do que a seca, porque nós não podemos botar todas as responsabilidades na falta de água em um único parâmetro, que é a chuva. Existem outros parâmetros, desmatamento do Cerrado. Nós vamos mostrar aí, de onde, a origem das águas da bacia, e vocês vão entender que é uma conjunção de fatores que fazem com que a bacia fique em uma crise hídrica, e o gatilho é a seca. É a falta de água, mas a crise hídrica ela é maior de que simplesmente a falta de água para os diversos usos. Bom, por favor. Pode passar a próxima. Se você me der o microfone, eu preferia. Bom, essa figura é só para entender aí, o azul e o roxo aí, é onde chove na Bacia do São Francisco e aquela cor mais escura e onde as chuvas são menos intensas. Então, número 1, aonde deve chover no São Francisco para ter aporte d'água aos reservatórios, na parte mineira e na parte baiana. E aonde é mais utilizada a água da Bacia do São Francisco, na parte baiana, pernambucana, alagoana, sergipana e claro, na parte mineira mais fora da calha principal do São Francisco. Então, o que significa? Chover na bacia que, para ter efeito no armazenamento do sistema, a chuva tem que acontecer fundamentalmente em Minas e na Bahia. Por favor. Um ponto importante é que ao longo do tempo foram sendo construídos reservatórios que têm dupla missão, alguns deles são reservatórios de regularização, que pegam água dos meses chuvosos para levar para os meses secos e dos anos chuvosos para levar para os anos secos. Então, é uma sequência de reservatórios, 3 se destacam como reservatório de regularização, Três Marias, Sobradinho e Itaparica. No total, em números, só para ter a ideia de números, a bacia acumula hoje algo como 47 bilhões de metros cúbicos de volume útil. Só para nós termos ideia de números, um Cantareira é 1 bilhão. Certo? Então, aqui tem 47 Cantareiras, que abastece toda a região de São Paulo, 9 milhões de pessoas, mais de 5 milhões na região de Campinas. Por favor. Bom, esse gráfico aí é de Três Marias. Eu vou explicar para vocês entenderem. Se você tem uma chuva que transformada em vazão fica 25% acima da média ou 25% abaixo da média, você pinta de verde e diz que isso um ano normal. Então, chover 25% acima... De vazão e ter 25% abaixo está na normalidade. Então, essa é a normalidade

do verde. O azul, todas as vezes que no ano a vazão fica superior a 25% da média. Então, é azul. E o vermelho? Toda vez que a vazão que chega aos reservatórios fica 25%, mais que 25% abaixo da média. Bom. Então, a primeira coisa que se tem é, em uma sequência longa de anos como esse você tem, em termos de valores vermelhos, que é esses que ficam abaixo da média, 19 anos. Valores que ficam no verde, 53 anos. E valores que ficam no azul são os 16 anos. O que significa isso? Significa que, além de termos um rio, está certo? Que tem variabilidade no tempo, no ano, ele tem uma grande variabilidade interanual. Então, São Francisco é um rio que passa por períodos chuvosos, períodos secos. Uma sequência de períodos secos. Sequência de períodos chuvosos, sequência de períodos secos. Olhando só isso, que esse gráfico é de Três Marias, se vocês olhassem em qual é o período seco maior, é quando o reservatório fica mais vermelho, ou seja, choveu apenas e para vazões que ficaram com 35% da média. Então, tem uma média, só chegou 35% da média. Aqui é de 31 até 2016. Está certo? 85 anos. 86 anos. Bom. Então, o que significa? Passa mais um. Você se olhar o ano você não tem uma percepção boa do que acontece na bacia. Então, por isso nós utilizamos sempre uma coisa mais agregada, que se chama media móvel de 5 anos. O que é a média móvel de 5 anos? É, todo ano você simplesmente faz os 5 anos anteriores e calcula a média e faz as curvas. Esse de cima é o gráfico de Três Marias. O gráfico de baixo é o gráfico, o de Furnas. Se eu não dissesse que eles são diferentes, o que vocês acham em relação a um ou outro? Tem uma semelhança muito grande. Está certo? Uma semelhança muito grande entre o que acontece em Furnas e o que acontece em Três Marias. Por que eu estou mostrando isso? Porque todos nós temos a concepção, toda vez que nós estamos trabalhando em uma bacia, de achar que a nossa bacia ela está com mais crise do que as outras. Então, eu posso mostrar para vocês o seguinte, a crise em Furnas... Aqui tem mineiros? Não. Mineiro de Furna aí, tem? Como é que está Furnas? Está seco. E se o Conselho quiser fazer outra reunião só com o lago de Furnas para as outras, por quê? Porque a crise está também em toda aquela região de Minas Gerais, inclusive aqui no Distrito Federal, que vocês vem acompanhando. Então, esse é um ponto importante. Essa crise hídrica ela tem também um componente de falta de chuva que não é localizada na Bacia do São Francisco. Ela está hoje localizada na Bacia do Grande, na Bacia do Paranaíba, na Bacia do Araguaia Tocantins, na Bacia do São Francisco. Está certo? E eu vou contar uma história para vocês, na Bacia do Cantareira e na Bacia do Paraíba do Sul. Nós estamos vivendo no Paraíba do Sul o pior mês de setembro de todo o histórico. Graças as regras que foram implantadas, Rio de Janeiro não está sofrendo crise hídrica, porque nós reduzimos as vazões de entrega do sistema. Mas, estamos na Bacia do Paraíba do Sul, batendo os recordes históricos. Passa mais uma. Essa é o Sobradinho, aqui fica muito mais caracterizado essa grave crise. E sempre os repórteres perguntam, por que você diz que essa é a pior crise? Por isso. Se vocês olharem, é a maior sequência e a sequência mais profunda de falta d'água na Bacia do São Francisco. No tempo que tem registro, de 38 para cá. Eu fui para uma reunião um dia desse e o cara, não, em 1877 teve uma grande seca, não sei o que. Infelizmente eu não tinha registro. Está certo? Mas acredito que teve. Está certo? Mas de 31 para frente, com toda a segurança, é a maior sequência de anos secos da história. Por favor. E esse é o gráfico. Aí

nós já notamos uma diferença, o de cima é Três Marias e o do baixo é Sobradinho. Olha como a crise em Sobradinho é mais intensa. Certo? Aí é uma grande discussão da origem dessa crise, se essa crise é motivada por diversos fatores agregadores a falta de água subterrânea, a utilização dos aquíferos em maior intensidade, que está provocando esse desequilíbrio. Mas se vocês olharem, ela está muito mais intensa na bacia que vai de Três Marias para Sobradinho. Por favor. Bom. Então, o último ano normal, 2009. Nós estamos em 2017. O último ano normal que o reservatório encheu, 2009. Aí vem a sequência, se vocês olharem aqui, olha, 2009 encheu, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016. Essa é a sequência. Então, nós estamos em uma sequência. Uma quadra quando diz 4, 5 anos, é porque nós estamos minimizando a crise que nós estamos. Nós estamos em crise, sem ter esse nome desde a sequência de 2009, que foi o último normal, pelo menos de 2010 em diante. Está certo? Bom, vamos para frente. Eu espero que seja a crise dos 7 anos, que depois dos 7 anos venha 7 anos de fartura, não é? Por favor. Então, o que foi que a agência desenvolveu junto com todos os parceiros? Foi uma sala de reunião, que nós chamamos sala de crise. Por quê? Imagine nós todo mês manarmos convites para Governo dos Estados, Comitê, órgãos gestores e todos os grande usuários para participar dessa reunião, custo dificuldade de participar da reunião e uma coisa importante, representatividade, porque às vezes vinha uma pessoa, está certo? Que estava já fazendo uma outra coisa ou não sei o que. Então, que foi a grande transformação que aconteceu naquela sala de crise, foi a transformação de possibilidade da presença, da reunião ser presencial, com a reunião também poder ser feita por videoconferência. Hoje na reunião participam algo como 40 entidades ligadas com voz, está certo? Com voz, não é simplesmente ver uma reunião no YouTube, mas elas podem participar efetivamente da reunião. Certo? Isso é um caráter que deu 3 características principais, primeiro deu esse caráter de representatividade que as pessoas podem participar. Segundo garantiu uma parte importante, que é a tempestividade. Em vez de eu ter uma reunião que acontecia a cada 2 meses, depois a cada um mês, agora é toda segunda-feira, 10 horas da manhã. Certo? Isso acelerou o processo de conhecimento das informações da bacia, toda segunda-feira começa a reunião com o pessoal do Cemaden fazendo a retrospectiva do que passou em termos de chuva e a previsão dos próximos dias da questão da chuva. Nós vamos há 15 dias e um pouquinho além dessa previsão. Depois vem a previsão das afluições, porque uma coisa é chuva, depois outra coisa são as vazões, comportamento de reservatórios, esse tipo de situação. Então, essa é uma coisa importante. Então, garantiu tempestividade nas decisões, minimização de custos e representatividade, que eu acho o principal. Anivaldo nos dá o prazer de participar de Alagoas. E Alagoas, está lá em Alagoas participando da reunião ao vivo. E nós inovamos agora mais uma coisa, essas reuniões são gravadas, acabada a reunião, um dia após, 2 dias após ela está na Internet. Qualquer pessoa pode acessar a íntegra da reunião e ver tudo que aconteceu. Está certo? Qualquer pessoa. E isso faz com que nós também cumprimos uma função de fazer e dar transparência no processo. Por favor. Então, quem nunca participou, esse é o quadro que nós ficamos vendo. Essa é a sala da ANA e essas são as pessoas que estão participando o tempo todo a reunião. Marcelo, estou vendo aqui, participa em muitas dessas reuniões, o Anivaldo, tem várias

4686 pessoas aqui que participam, Maciel e outras que participam do processo
4687 dessa reunião. Então, isso é uma coisa importante. E eu digo para vocês com
4688 sinceridade, aí já é um lado de participante de Câmaras Técnicas. As Câmaras
4689 Técnicas do Conselho têm que fazer isso. Têm que fazer isso. Para garantir
4690 esse rol de pessoas participarem em tempo real com representatividade. Por
4691 favor. Essa é a queda. Existia um número mágico, que era 1300 metros
4692 cúbicos por segundo, que era um número que tinha sido fixado com as
4693 condições de captação, de navegação, e tinha esse viés de vazão mínima, e
4694 gradualmente ele foi reduzido. Por que você não diz, olha, por que não passou
4695 de 1300 para 550? Porque a redução ela se dá em função do agravamento da
4696 crise. Então, nós não infringimos as pessoas, os usuários, uma crise maior do
4697 que aquela que está chegando. Está certo? Então, ela vai gradativamente. E
4698 nós fizemos uma grande reunião em Recife, comitê, e na reunião de Recife nós
4699 tínhamos 3 alternativas, naquele dia nós estávamos com 700 metros cúbicos
4700 por segundo e disse, se você continua com os 700, você vai para menos 7% de
4701 Sobradinho. Se você baixa para 600, você vai para menos 3% de Sobradinho.
4702 E se você for para 550, você vai para 0 de Sobradinho. Isso em maio. Nossa
4703 reunião foi em maio, não foi? Maio. E nós tomamos a decisão lá em maio, de
4704 não ir para o volume morto de Sobradinho. E qual foi a vazão que foi adotada?
4705 550. E essa vazão tem sido perseguida, começou, passou por 600, foi para os
4706 550 e hoje eu vou mostrar o que aconteceu. Passa. Em maio. Esse traço
4707 vermelho é que soltasse 1300, como era o mínimo recomendado nos
4708 licenciamentos e o azul o realmente liberado. Sabe quanto é a diferença entre
4709 o mínimo que deveria ser liberado por Prefeitos lá do IBAMA e quanto foi
4710 liberado? Uma vez e meia de Sobradinho. Nós já poupamos entre o mínimo,
4711 um reservatório inteiro de Sobradinho, mais meio reservatório de Sobradinho.
4712 Ou seja, o reservatório não teria existido. Passa mais uma. Ele queria teria
4713 secado em 2014, era quando, se continuasse naquele ritmo de soltar 1300, ele
4714 teria ido todo o sistema do São Francisco ao zero. Zero. Em outubro de...
4715 Novembro... Outubro de 2014. Por favor. E esses últimos 2 anos, só para
4716 entender um pouco como é a dinâmica do que está acontecendo na bacia,
4717 porque muitos também colocam. Ah, essa água está só por conta também do
4718 desmatamento? É só por conta da retirada da irrigação? É só por conta da
4719 erosão? Do assoreamento? Todas as outras questões. Mas tem um
4720 componente muito forte também, que eu disse, da falta de chuva. E esse
4721 gráfico, o vermelho, é a linha de normalidade. O azul é o que está acontecendo
4722 mês a mês desde 2015. Se não fosse o mês de janeiro de 2016, que deu
4723 aquele pico de vazão que nenhum instituto de meteorologia, nenhum instituto
4724 de meteorologia previu, o sistema estaria em colapso lá atrás. E o que é que é
4725 importante? Uma coisa é faltar chuva no mês de setembro. Uma coisa é faltar
4726 chuva no mês junho, porque olha o déficit que fica, a diferença entre o
4727 vermelho e o azul, bem pequenininho. Agora, vê o que é faltar chuva no mês
4728 de outubro, que foi o que aconteceu. Olha o buraco. São pelo menos 100
4729 milímetros, tem que chover 120 para ficar na média, choveu 20. Então, essa
4730 diferença dá 100 milímetros, para recuperar, perdeu. Então, os próximos
4731 meses nós já vamos com um déficit desse mês aqui, olha, esse é o déficit, que
4732 nós vamos levar para frente. Novembro as previsões são boas de novembro,
4733 vai ficar na média. Aí sabe o que é que significa na média? Com os rios tudo
4734 seco, com rios todos... A bacia ressecada, é que chove na média e a vazão

4735 chega a 60%, 70%, porque as primeiras águas vão o que? Encher todo o solo,
4736 umedecer e depois começa o escoamento. Passa. Bom e hoje? Em um
4737 agregado estamos com 5,5%. 5,5% de água para enfrentar essa transição e
4738 dar segurança para o ano que vem, sendo que, sobradinho caiu dos 3. 2.97 era
4739 nosso número há 2 dias atrás. Significa o que para frente? Significa que, se
4740 aqueles 550 que eu falei não tivesse sendo liberado de Xingo para atendimento
4741 do baixo São Francisco, se a barragem não existisse, nenhuma, não existisse
4742 nenhum consumidor tirando água do rio, sabe quanto estava chegando hoje, na
4743 foz do São Francisco? 198 metros cúbicos por segundo. Era o número, 198
4744 metros cúbico por segundo. Aí aquela pessoa que disse para mim que a seca
4745 de 1877 foi a pior, ele não sabe que essa seca pode ter sido a pior por causa
4746 do efeito da barragem ele não está vendo, porque está chegando 550 quando
4747 deveria estar 200, 198. Então, historicamente nós fizemos as estatísticas, é
4748 seca para centenas de anos de recorrência. Está certo? Essa seca que está
4749 acontecendo hoje, na Bacia do São Francisco. Passa. E os reservatórios como
4750 vão ficar? Todo mundo quer saber o futuro, não é? O nosso futuro é mais ou
4751 menos previsível com os próximos 1 mês, 2 meses. Por quê? Porque a água
4752 tem que chegar na calha, tem que andar, tem que não sei o que, isso nós
4753 fazemos uma conta boa. O Marcelo aqui, eu estou citando muito o Marcelo
4754 porque ele gosta de fazer essas contas lá pela CEMIG, todo dia ele faz essas
4755 contas. Então, 7% para Três Marias. Primeiro de dezembro 7%. Ah, vai dar 8.
4756 Tudo bem. Vai dar 8. Mas está nesse entorno, 7, dependente dessa chuva que
4757 vai vir, esses próximos 7 dias, 8 dias que disse que vai ter uma chuva boa.
4758 Sobradinho 0,6. Está no erro da decimal, 0,6. E o que significa zero? Parou a
4759 água do São Francisco? Não. Simplesmente aquela água que hoje está
4760 passando pelas turbinas, a turbina não consegue mais gerar. Por onde ela vai
4761 passar? Nesse caso Sobradinho tem comportas laterais, você abre as
4762 comportas e a água vai passar sem geração, em uma época em que nós
4763 estamos precisando de energia. Nós vamos soltar água pelos vertedouros, sem
4764 passar pela geração, mas é o futuro muito próximo, nós estamos fazendo todo
4765 o esforço do mundo para que isso não aconteça. Por isso os 550 que nós
4766 falamos lá trás. Aqueles 550 era para chegar em zero, estamos chegando no
4767 06. Está certo? Isso previsto, que eu leio todo dia, repórter, tenho amigos que
4768 escrevem, e diz assim, eu não falei. Eu digo: meu amigo, você falou hoje e eu
4769 falei há 6 meses atrás que iria chegar no zero. Então, quando ele... Os nossos
4770 amigos que todo dia manda a notícia para nós, vocês já sabe, você diz, olha,
4771 essa notícia é velha, eu sabia disso desde maio. Desde maio nós estamos
4772 perseguindo o zero. Desde maio desse ano. Passa mais um. E onde é que está
4773 a segurança, se é que essa palavra possa ser empregada nesse caso, do
4774 sistema para o próximo período chuvoso e o próximo ano? É que abaixo desse
4775 nível zero tem 12% de água que pode ser utilizado, dos quais é possível com
4776 uma certa facilidade, nos primeiros 7%. Então, eu tenho, quando chegou no
4777 zero o que? Aquilo que em São Paulo usou, o volume morto, só que aqui não
4778 precisa bombas para tirar. Aqui simplesmente se abre as comportas do fundo e
4779 aí sai. Diferente, por exemplo, de Três Marias, porque Três Marias está com
4780 7% de previsão e aqui está com zero? É porque nós temos que deixar na
4781 cabeceira a água, porque Três Marias não tem comporta de fundo. Chegou no
4782 zero o que vai acontecer? Dificuldade de transpor a água à jusante, vai ter que
4783 fazer manobras, abrir turbina, deixar turbina rodando sem água, sem gerar, a

4784 Engenharia. Está certo? E Sobradinho tem essa facilidade, que são as
4785 comportas que vão possibilitar utilizar, ainda, mais 7%. Está certo? Por favor.
4786 Bom, e as pessoas que estão se preparando para isso? Esse é um grande
4787 projeto de irrigação, é um dos maiores, é o Nilo Coelho que produz frutas,
4788 muitos de vocês comem a manga, a uva, o melão desse projeto. E eles estão
4789 aqui. Sabe o que é isso aqui? Se lembra daquelas bombas de São Paulo, eles
4790 têm bombas semelhantes, tudinho preparado aqui para ligar no dia que chegar
4791 no zero. Então, eles estão preparados há 2 anos, que eles estão com essas
4792 obras. Só que aí tem um problema. Qual é o problema? É que essas bombas
4793 são a diesel e o projeto de irrigação, os agricultores estão fazendo a conta, aí é
4794 como se tivesse assim, aquele do carro que fica, do Taxi, como é que chama
4795 aquilo? O taxímetro, só queimando diesel aí, viu? Então, vai ser um negócio
4796 bem indigesto. Passa aí, por favor, Itaparica vai para os 10%. Por quê? Porque
4797 é um reservatório menor, nós conseguimos fazer um equilíbrio mais fácil.
4798 Então, nós deixamos ele com 10% estável. E Doutor Nivaldo falou de apropriar.
4799 Apropriar pega água do São Francisco. Mas se pegasse água do São
4800 Francisco era 10, mas não pega água do São Francisco. Pega água de um
4801 braço do São Francisco e o braço do São Francisco ele ainda faz um sistema
4802 de... Esse aqui é um braço, ele ainda pega em um canal. Então, a água tem
4803 que entrar em um braço do São Francisco, depois tem que entrar em um canal
4804 para chegar na estação de bombeamento. Claro que precisou nesses 3 anos, 4
4805 anos agora, desassorear toda essa parte aqui, desassorear o canal, está
4806 certo? Para garantir nível para chegar água nas bombas. E passa mais uma. E
4807 essas são as bombas do Cantareira. Está lá, parada, ouvindo a conversa, caso
4808 precise vão ser acionadas. Para o quê? Para garantir água para 800 mil
4809 pessoas. 800 mil pessoas dependem. Tem 550 metros cúbicos e essa bomba é
4810 2 e pouco, 3. Tudo bem. Mas está em um canal, em um braço. Então, precisa
4811 dessas bombas para captar e deixar em condições adequadas a água para
4812 Aracaju e dar essa segurança de Aracaju. Passa mais um. E o dia do rio? Uma
4813 grande discussão aconteceu. Qual era a grande discussão? O Nivaldo coloca
4814 muito bem, diz, olha, vamos dividir o ônus de todo mundo. Tem pessoa que
4815 não sabe que tem seca no São Francisco. O pessoal que pega água
4816 adequadamente botando a bomba no meio do rio, está pegando água e
4817 ninguém está nem sabendo que tem seca. Por quê? Tem 500 metros cúbicos
4818 por segundo, 600 metros cúbicos por segundo, 900 metros cúbicos por
4819 segundo e o cara pega 1 metro cúbico por segundo, meio metro cúbico por
4820 segundo. Esse cara não sentiu a seca até hoje. Aí o que foi que nós fizemos
4821 em maio? Dizemos, não meu amigo, vocês pelo menos vão tomar consciência
4822 que tem seca. Estabelecemos o seguinte, tem um dia... Não tem um dia que
4823 você faz jejum, não tem um dia que você não trabalha, não tem um dia que
4824 você não faz essas coisas? Então, toda quarta-feira está proibido todo mundo,
4825 com exceção do abastecimento humano, captações para a cidade, para
4826 povoados, de tirar água do rio e usar. E usar também, não é eu capto aqui na
4827 terça e uso na quarta-feira. Não. Parada a irrigação. Aí a pergunta que não
4828 quer fazer. E como é que você controla isso em uma bacia tão grande? Nós
4829 fizemos um acordo com uma pessoa que tem isso aí fácil. Companhia de
4830 energia. Passa mais uma. Todo mundo tem medidor, e hoje todo mundo paga
4831 energia pela tarifa de irrigação, por exemplo, aquela tarifa subsidiada, e para
4832 ter essa tarifa subsidiada tem que ter um medidor especial. Por quê? Porque

4833 você tem que utilizar a água só de 9 e meia da noite até de manhã. Então, ela
4834 tem um relóginho que marca bem direitinho, aí eu só fico olhando aqui. Olha,
4835 isso aqui pode olhar, isso aqui uma quarta-feira, outra quarta-feira, outra
4836 quarta-feira, outra quarta-feira e eu fico só olhando. Ligou a bomba eu digo,
4837 meu amigo, você ligou a bomba. Está certo? Então, nós recebemos essa lista.
4838 Passa mais um. Isso aí é na Bahia passa mais um. Pernambuco. Certo? Então,
4839 todo mundo controladinho. Está certo? Essa é a maneira de você poder fazer
4840 essa fiscalização tão ampla que... De tudo isso. Então, nós temos esse controle
4841 bem feitinho e sabemos quem usou, quem não usou e como usou. Passa mais
4842 um. Bomba a diesel. Aí você diz, não, a bomba a diesel existe. Mas
4843 dificilmente, hoje, o cara consegue, a não ser daquela para ser viável,
4844 pequenas bombas. Aí dona Maria da budegas, não sei quem, não sei quem. Aí
4845 vai passar. Mas quem tem o benefício está aqui, todo mundo listado. Bom.
4846 Então, essa era a apresentação. Eu sinto não trazer boas notícias, como o
4847 Doutor Anivaldo, mas esse é o mundo. Está certo? Há uma perspectiva de
4848 termos uma reversão nesses primeiros dias da chuva, que estava atrasada e
4849 vai começar, mas a grande dúvida é, essa chuva vai ser suficiente para cobrir
4850 os déficits, inclusive já do primeiro mês de chuva que não teve, que foi
4851 outubro? Está certo. Então, é a perspectiva, nós estamos com muita atenção
4852 na Bacia do São Francisco, toda semana e quem tiver interesse em ver uma
4853 reunião com essa, entra no site da ANA, toda as reuniões estão gravadas e
4854 quem quiser ter o interesse de participar eventualmente de uma dessas
4855 reuniões, pode ser na sede da ANA ou nós damos um link de acesso provisório
4856 para essas pessoas participarem. Muito obrigado.

4857
4858
4859 *(Palmas!)*
4860
4861

4862 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO**
4863 **CNRH)** – Muito obrigado Joaquim Gondim. Obrigado mais uma vez a Nivaldo,
4864 dois excelentes palestrantes, profundos conhecedores da situação hídrica da
4865 Bacia Hidrográfica do São Francisco, que com certeza nivelou bastante o
4866 conhecimento desse Conselho. Eu passo a palavra aos senhores Conselheiros
4867 que desejam fazer algum comentário a respeito das palestras. Alguém quer se
4868 manifestar? Ninguém? Então, vamos ao próximo item da pauta, que são os
4869 informes. Obrigado. Cada Conselheiro terá 10 minutos para apresentar as suas
4870 manifestações. Algum Conselheiro tem algum informe a fazer? Pois não
4871 Conselheiro.

4872
4873
4874 **O SR. IVO MELLO (IRRIGANTES)** – Ivo Mello, Irrigantes. Não é informe, mas
4875 de certa forma é uma cobrança do pessoal aí, para saber em relação a Câmara
4876 Técnica de Recursos Hídricos Transfronteiriços, que nós já fizemos inclusive
4877 uma proposta formal ao secretário, a Secretaria, para que houvesse uma
4878 reunião, inclusive descentralizada para aproveitar aí, o Júlio esteve lá presente,
4879 quando do evento, mas... E o Júlio até informou que estariam articulando para
4880 que acontecesse a reunião da Câmara Técnica de Recursos Hídricos
4881 Transfronteiriços e nós viemos, então, secretário, reiterar o nosso pedido aí,

porque nós estamos trabalhando com argentinos, e uruguaios, e paraguaios lá, nós precisamos que essa Câmara funcione, que ela tenha, atenda as pautas aí, que estão prementes.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – O pessoal já está em tratativas aí, justamente para nós retomarmos os trabalhos dessas Câmara Técnica, acredito que já na próxima reunião teremos alguma coisa mais propositiva para lhe oferecer. Conselheira Jussara, antes o Conselheiro ali atrás pediu.

O SR. PAULO ROBINSON DA SILVA SAMUEL (Comitê de Bacia) – Paulo Samuel, Comitê de Bacia. Uma informação para lembrar os Conselheiros que próxima semana de 6 ao dia 10 nós teremos o nosso 19º Encob, que vai ser em Aracaju. Então, estão todos convidados para participar. Obrigado

O SR. LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI (Mato Grosso) – Noquelli, Mato Grosso. Eu quero passar um informe para vocês, que a semana passada aconteceu no Acre, no Estado do Acre, a reunião do Fórum dos Governadores da Amazônia Legal, onde os secretários da Amazônia Legal e os governadores da Amazônia Legal se reúnem. E os Estados, 9 Estados que compõem a região, nós nos encontramos paralelamente a isso, tratando da Agenda Azul, nos intitulamos, não é? O grupo da Agenda Azul da Amazônia Legal. E foi reconhecido pelos secretários de meio ambiente da Amazônia Legal, a criação de uma Câmara Técnica de Recursos Hídricos dentro do Fórum dos secretários da Amazônia Legal. Então, quer dizer o seguinte, nós estamos conseguindo um espaço, o secretário estava lá, nós conseguimos um espaço de discussão dentro o Fórum dos secretários, que como eles mesmos se intitularam, nós nos reunimos para discutir desmatamento e queimada. E o foco nosso é para que eles se reúnam para discutir recursos hídricos. Só um informe para vocês. Obrigado.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Muito pertinente. Obrigado pela colocação. Muito pertinente. Conselheiro Jéferson, com a palavra, em seguida Conselheira Jussara.

O SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (UNESP) – Bem, boa noite a todos! Quase boa noite. Serei breve. São 2 informes básicos, um informe também que nós estamos participando do Encob, com alguns trabalhos já do ProfÁgua sendo apresentados lá. E com relação ao ProfÁgua, não sei se todos aqui sabem nesse encontro, que é um Mestrado Profissional em rede nacional sobre gestão e regulação de recursos hídricos, patrocinado pela Agência Nacional de Águas, com o apoio da CAPES. Esse Mestrado ele tinha até agora, setembro, 6 universidades públicas, a saber, Universidade Estadual do Amazonas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Universidade Estadual

Paulista Júlio de Mesquita Filho, Federação de Pernambuco, Federal do Espírito Santo, Federal do Rio Grande do Sul. Agora nós ampliamos essa rede para 14 universidades, temos mais duas universidades no Norte do país que serão, a Universidade Federal de Roraima e a Federal de Rondônia. Mais duas universidades no Nordeste do País, a Universidade Federal da Bahia em Salvador e a Universidade Federal de Campinas Grande em Sumé. Uma Universidade Federal no Sudeste a mais, que será a Universidade de Itajubá. Uma universidade no Sul do País a mais, que será a Universidade Tecnológica Federal do Paraná. E aqui em Brasília vamos ter a UNB e também a Universidade do Estado do Mato Grosso, em Cáceres. Então, nós ampliamos a nossa rede com mais... Eram 114 vagas, nós vamos passar de 200 vagas no País inteiro, a serem distribuídas como eu falei para os senhores. E divulguem isso, porque eu acho que isso também faz parte da capacitação dos gestores que já estão presentes no sistema, melhorando esse sistema, priorizando novas tecnologias e tentando gerenciar melhor a nossa água. Muito obrigado.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Obrigado Conselheiro Jéferson. Com a palavra a Conselheira Jussara.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH) – A minha intervenção seria lembrar e pedir que a CTCOST seja ativada, porque primeiro que faz parte de uma meta do plano, e nós somos um país de 8 mil quilômetros de costa, e a maioria da nossa população, enfim, tem todas as... Muitas justificativas para nós reativarmos e voltar a trabalhar com essa Câmara Técnica.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Com certeza e pertinente, da mesma que a Câmara Transfronteiriça também, a costeira está sendo reativada, inclusive essa gestão tem dado um enfoque muito grande para o problema da linha costeira, nós já estamos aí com os compromissos voluntários apresentados na Convenção de Nova York, com relação a 1014, que é dos mares. Vamos realizar a semana que vem, no Rio, o 1º Seminário Nacional de Combate ao Ouriço do Mar. Então, uma agenda bastante forte, com certeza o Conselho está atento a isso. Obrigado. Mais alguma inscrição. Mais nenhuma inscrição. Então, agradeço a manifestação dos senhores Conselheiros, conseguimos exaurir a pauta toda no dia de hoje. Agradeço a presença de todos. Os Conselheiros, presidentes de Câmaras Técnicas, convidados da equipe técnica da Secretaria Executiva. Solicito aos senhores Conselheiros que entreguem os crachás e o cartão de votação na saída. Declaro encerrada a presente sessão. Muito obrigado.

(Palmas!).